

MIRIAM DE CÁSSIA DO CARMO MASCARENHAS MATTOS

MULTICULTURALISMO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
Percepções e Ações dos Profissionais da Informação em Bibliotecas Escolares

Apoio:



Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Marília/SP
2011

MIRIAM DE CÁSSIA DO CARMO MASCARENHAS MATTOS

MULTICULTURALISMO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:

Percepções e Ações dos Profissionais da Informação em Bibliotecas Escolares

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguía Marañón.

Marília – SP
2011

Ficha catalográfica elaborada pelo serviço técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP – Campus de Marília



Mattos, Miriam de Cássia do Carmo Mascarenhas.
M444m Multiculturalismo em ciência da informação :
percepções e ações dos profissionais da informação em
bibliotecas escolares / Miriam de Cássia do Carmo
Mascarenhas Mattos. – Marília, 2011
143 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado – Ciência da Informação) -
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e
Ciências, 2011

Bibliografia: f. 126-135

Orientador: Eduardo Ismael Murguia Marañon

1. Biblioteca escolar. 2. Multiculturalismo.
3. Bibliotecário – Formação. I. Autor. II. Título.

CDD 027.8

MIRIAM DE CÁSSIA DO CARMO MASCARENHAS MATTOS

MULTICULTURALISMO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:

Percepções e Ações dos Profissionais da Informação em Bibliotecas Escolares

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação

BANCA EXAMINADORA

Orientador:

.....
Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguía Marañón.
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Membro:

.....
Prof. Dr. Oswaldo de Almeida Junior.
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Membro:

.....
Prof. Dr Cláudio Marcondes de Castro Filho
Universidade São Paulo USP

Marília, 24 de março de 2011.

*Dedico este trabalho a todos os trabalhadores e trabalhadoras que
não tiveram a oportunidade de dar continuidade aos seus estudos.*

*Dedico também àqueles que lutam pela igualdade de direitos e o fim
dos mais diversos preconceitos sociais.*

*Dedico a minha família que tem sempre me apoiado e me dado força
na minha jornada acadêmica.*

Dedico a minha irmã (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Agradeço por ter a oportunidade de estudar em uma universidade pública. Repito esse agradecimento, que já fiz na minha graduação, pela percepção da importância da existência das mesmas. Assim, agradeço a UNESP e sua Pós-graduação em Ciência da Informação, bem como a meu orientador Eduardo Ismael Murguia, que aceitou minha proposição de pesquisa. Suas orientações contribuíram para o aprimoramento deste trabalho, sendo sua amizade uma grande conquista.

Agradeço aos professores Osvaldo e Cláudio, que prontamente aceitaram participar da minha Banca. Suas considerações com certeza contribuíram muito para o aperfeiçoamento deste trabalho. Além de ser um prazer tê-los conhecido.

Agradeço a CAPES e a FAPESP por me proporcionarem bolsas de estudo, sendo fundamentais para minha dedicação exclusiva a esta pesquisa.

Agradeço aos bibliotecários, funcionários da Prefeitura de Florianópolis e professores universitários que dispuseram do seu tempo para contribuir com essa pesquisa.

Agradeço ao companheiro Edmilson Rodrigues, que gentilmente me permitiu ilustrar com seus lindos desenhos esta dissertação.

Agradeço aos colegas que cursaram junto comigo diversas disciplinas, bem como aos professores. Os debates em sala, e nos botecos, contribuíram para as minhas formulações acadêmicas, ampliando meu conhecimento. Agradeço também aos amigos do “Flet da Maria” onde morei em Marília. Foi muito bom conhecer pessoas e fazer novas e sinceras amizades. Todos contribuíram para que ficasse mais suave a saudade da família. Espero retornar a vê-los.

E por falar em família, acredito que nunca dei tanto valor à mesma como nesse período da minha vida. Agradeço a minha mãe e meu marido que foram os principais apoiadores de minha decisão de sair de Biguaçu/SC e tentar o mestrado em Marília/SP. Agradeço ao meu filho, que teve paciência de ficar longe da mãe por um ano, não fazendo questionamentos, e também me apoiando. Agradeço a toda torcida familiar das minhas tias e primos. Agradeço a minha irmã, por me dar de presente quatro sobrinhos maravilhosos e que sempre estão no meu coração e pensamento, e que sempre me receberam com saudade e alegria em meus retornos à SC. Assim igualmente lhes agradeço.

Agradeço aos amigos e amigas que torceram e continuam torcendo por mim! Espero que minha pesquisa e reflexões estejam à altura de todos que de alguma forma me deram apoio nessa caminhada.

Um grande e sincero abraço,

Miriam de Cássia do Carmo M. Mattos

Aula de Vôo

*O conhecimento
caminha lento feito lagarta.
Primeiro não sabe que sabe
e voraz contenta-se com cotidiano orvalho
deixado nas folhas vividas das manhãs.*

*Depois pensa que sabe
e se fecha em si mesmo:
faz muralhas,
cava Trincheiras,
ergue barricadas.
Defendendo o que pensa saber
levanta certeza na forma de muro,
orgulha-se de seu casulo.*

*Até que maduro
explode em vôos
rindo do tempo que imagina saber
ou guardava preso o que sabia.
Voa alto sua ousadia
reconhecendo o suor dos séculos
no orvalho de cada dia.*

*Mas o vôo mais belo
descobre um dia não ser eterno.
É tempo de acasalar:
voltar à terra com seus ovos
à espera de novas e prosaicas lagartas.*

*O conhecimento é assim:
ri de si mesmo
E de suas certezas.
É meta de forma
metamorfose
movimento
fluir do tempo
que tanto cria como arrasa*

*a nos mostrar que para o vôo
é preciso tanto o casulo
como a asa*

Mauro Iasi

RESUMO

Este estudo teve como objetivo investigar a percepção e ações dos bibliotecários quanto às mudanças ocorridas no contexto educacional nas últimas décadas, no que se refere às leis de inclusão e à temática do multiculturalismo, e no que concerne à sua ação profissional cotidiana. O universo da pesquisa constituiu-se dos bibliotecários escolares atuantes nas escolas públicas municipais de Florianópolis. Através de questionários e entrevistas com bibliotecários escolares e outros agentes que influenciam na formação acadêmica e continuada dos mesmos, foi realizada uma pesquisa, para depois ser analisada qualitativamente. Os dados levantados indicaram a necessidade de desenvolvimento de uma política pública mais abrangente de combate a preconceitos e promoção da dignidade humana, com a ampliação de uma política de formação continuada dos profissionais da educação integrando os bibliotecários. Também foi feita uma revisão bibliográfica que abordou os temas Biblioteca escolar, Mediação da Informação, Multiculturalismo e Paradigma Social em Ciência da Informação, que subsidiou a interpretação do trabalho.

Palavras-chave: Formação-Bibliotecários; Biblioteca Escolar; Multiculturalismo; Diversidade.

ABSTRACT

This study has as objective to investigate the library worker's perception and actions about the changes happened on the educational context in the last decades, in reference to the inclusion laws, the multiculturalism themes, and about his routine professional action. The research universe was composed by school library workers who act on municipal public schools in Florianópolis. Through questionnaires and interviews with these workers and another people who have influence on their academic formation, a research was realized and it was qualitatively analyzed. The data founded showed that is necessary a new public politic, more expansive about the combat against the prejudice and about the promotion of human dignity, with a larger politic of continuous education professional's formation socializing the library workers. A bibliography revision was done too, and it brought up themes as school library, mediation of information, multiculturalism and social paradigm in information science, witch has subsidize this work's interpretation.

Keywords: Training- Librarians, Library School, Multiculturalism, Diversity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Ensino fundamental anos finais – percentual de escolas segundo infraestrutura.....	34
Ilustração 2	Ensino fundamental anos iniciais – percentual de escolas segundo infraestrutura.....	34
Ilustração 3	Foto da Biblioteca Central da Rede 1.....	87
Ilustração 4	Foto da Biblioteca Central da Rede 2.....	87
Ilustração 5	Folder (frente) de atividades de formação rede de bibliotecas.....	88
Ilustração 6	Folder (verso) de atividades de formação rede de bibliotecas.....	88
Ilustração 7	Cartaz Programa de Diversidade Étnico Racial	91
Ilustração 7	Cartaz CAP Tudo bem ser diferente.....	95
Ilustração 8	Cartaz CAP 2.....	95

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - AMOSTRA DOS QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS PELOS BIBLIOTECÁRIOS.....	82
--	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS PESQUISADOS	98
QUADRO 2 - PÓS-GRADUAÇÃO DOS PESQUISADOS	99
QUADRO 3 - PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA	103
QUADRO 4 - PREPARAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO USUÁRIO SOBRE AS TEMÁTICAS PROPOSTAS.....	104
QUADRO 5 - PERCEPÇÃO SOBRE MULTICULTURALISMO E DIVERSIDADE CULTURAL	105
QUADRO 6 - CONHECIMENTO DE LEIS DE INCLUSÃO	106
QUADRO 7 - ACERVO E POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS	107
QUADRO 8 - AÇÕES DESENVOLVIDAS NAS BIBLIOTECAS	108
QUADRO 9 – DIFICULDADES ENFRENTADAS NAS BIBLIOTECAS	109

LISTA DE SIGLAS

ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros

AEE - Atendimento Educacional Especializado (Prefeitura de Florianópolis)

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

CADARA - Comissão Assessora de Diversidade para Assuntos Relacionados aos Afrodescendentes do Ministério da Educação

CEAFRO - Programa de Educação e Profissionalização para Igualdade Racial e de Gênero do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia

CEAP - Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (Prefeitura de Florianópolis)

CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades

CIDAN – Centro de Informação e Documentação do Artista Negro

CGDIE - Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional.

CNDH – Comissão Nacional de Direitos Humanos

CONSED - Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação

DEBEC - Departamento de Bibliotecas Escolares e Comunitárias (Prefeitura de Florianópolis)

DMC - Divisão de Mídias e Conhecimento (Prefeitura de Florianópolis)

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia

ERER - Educação das Relações Étnico-Raciais (Prefeitura de Florianópolis)

FAPESC – Fundação de Apoio à Pesquisa Científica de Santa Catarina

FAPESP – Fundação de Apoio à Pesquisa Científica de São Paulo

FNDE – Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação – MEC

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial para a Implementação da Lei Federal nº 10.639/03

IFLA – Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias.
(*International Federation of Library Associations and Institutions*)

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC/UNIAFRO - Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior do Ministério da Educação

NEAB/UDESC - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina

NEN – Núcleo de Estudos Negros,

ONU – Organização das Nações Unidas

PDEE/UNIAFRO - Programa Diversidade Étnica na Educação do NEAB/UDESC

SECAD/MEC - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC – Ministério da Educação

SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

SEMTEC - Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

SM - Salas Multimeios (Prefeitura de Florianópolis)

TEA - Transtorno do Espectro Autista

UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina

UF - Unidades da Federação

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

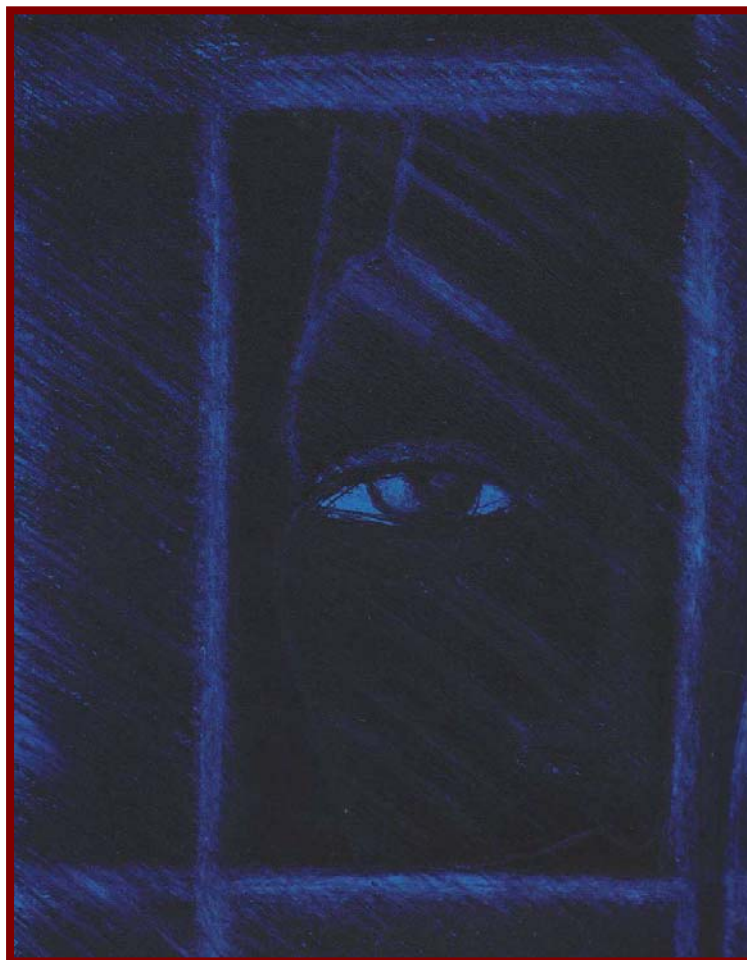
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	10
LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE QUADROS	12
LISTA DE SIGLAS	13
1 INTRODUÇÃO	16
2 - MULTICULTURALISMO EM BIBLIOTECAS E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO .30	
2.1 - MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: DESAFIOS NA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS NO CONTEXTO MULTICULTURAL.....	45
2.2 - MULTICULTURALISMO: INTRODUÇÃO À LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS MULTICULTURAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	51
2.2.1 - POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	55
2.2.2 - POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ACESSIBILIDADE A DEFICIENTES	63
2.2.3 - POLÍTICAS DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA	70
3 - METODOLOGIA.....	77
3.1 - UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA.....	78
3.2 - COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	80
3.3 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS ATORES CONSULTADOS	81
3.3.1 - FORMAÇÃO CONTINUADA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS.....	83
4 - ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS DA PESQUISA	96
4.1 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS PESQUISADOS	98
4.2 - FORMAÇÃO CONTINUADA	102
4.3 - PERCEPÇÕES DOS BIBLIOTECÁRIOS ACERCA DO MULTICULTURALISMO.....	105
4.4 - AÇÕES MULTICULTURAIS NAS ESCOLAS	107
4.5 - CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS DA PESQUISA	110
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICE I PARECER DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS AUTORIZANDO A PESQUISA DIRIGIDA AO ORIENTADOR	137
APÊNDICE II - PARECER DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS AUTORIZANDO A PESQUISA DIRIGIDA À PESQUISADORA	138
ANEXO I – QUESTIONÁRIO APLICADOS AOS BIBLIOTECÁRIOS.....	139
ANEXO II – QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO DIRECIONADO A PROFESSORAS DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA QUE DESENVOLVEM ESTUDOS COM A TEMÁTICA DA BIBLIOTECA ESCOLAR ...	143

1 - INTRODUÇÃO



*No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra
Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra*

Carlos Drummond de Andrade

Através de experiências acadêmicas de pesquisa, ensino e extensão ao longo do curso de graduação em Biblioteconomia, Habilitação em Gestão de Informação, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), e como pesquisadora associada do NEAB – Núcleo de Estudos Africanos e Afrobrasileiros - entre 2004 e 2008, buscamos articular o conhecimento produzido na universidade com um diálogo com diferentes gestores e educadores dos sistemas de ensino Estadual e de cinco municípios de Santa Catarina em torno das políticas públicas focadas no direito à diferença.

Como fruto desse trabalho, obtivemos a publicação de um livro financiado pelo programa UNIAFRO/MEC, com resultados da pesquisa de conclusão do curso de Biblioteconomia, intitulada **“A diversidade cultural presente nos estoques informacionais das escolas públicas de Santa Catarina”**.¹ Neste estudo foram pesquisadas dez escolas, com foco na avaliação dos acervos escolares, no profissional bibliotecário e sua importância para a implementação da Lei Federal 10.639/03. Tais atividades culminaram, também, com nossa participação no projeto de pesquisa **“Diversidade Cultural, Africanidades e Acervos em Escolas Públicas de Santa Catarina: um estudo sobre a implementação da Lei Federal nº. 10. 639/03”**, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão de Santa Catarina - FAPESC, concluído em 2009.

Agora, dando continuidade a estes estudos através do Mestrado em Ciência da Informação pela UNESP, investigamos a percepção dos bibliotecários quanto às

¹ MATTOS, Miriam de Cássia do Carmo Mascarenhas. A diversidade cultural presente nos estoques informacionais das escolas públicas de Santa Catarina: um estudo sobre a implementação da Lei Federal N° 10639/03. Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008. Coleção África Brasil. **Pode ser encontrado nas bibliotecas universitárias da UDESC e UNESP.**

mudanças ocorridas no contexto educacional nas últimas décadas, buscando relacionar sua percepção de multiculturalismo e leis de inclusão à ação profissional de seu cotidiano. Neste sentido, abordamos a temática multiculturalismo nos contextos étnico-racial, de inclusão e acessibilidade aos portadores de deficiência, como também de gênero e sexualidade, todos, principalmente no ambiente escolar.

Dessa forma pretendemos, também, estimular o debate sobre estas questões junto às pesquisas em Ciência da Informação e na universidade, de modo a contribuir para orientar sua atuação, principalmente no âmbito da formação inicial e continuada dos profissionais da informação.

Entendemos que o bibliotecário, gestor da informação educacional nos seus diversos suportes, nas redes públicas de ensino, atento à pluralidade cultural existente entre seus usuários - professores, crianças e adolescentes -, pode atuar como um “tradutor”, mediando o contato entre a cultura letrada da escola e as diferentes culturas, manifestas de forma quase sempre oral, contribuindo para maior eficiência da educação escolar.

Acreditamos que as pesquisas podem e devem ser instrumentos para a reflexão sobre a sociedade em que vivemos. Assumir a diversidade cultural significa muito mais do que um elogio às diferenças, ou somente fazer uma reflexão densa sobre as particularidades dos grupos sociais, “mas também implementar políticas públicas, alterar relações de poder, redefinir escolhas, tomar novos rumos e questionar a nossa visão de democracia.” (GOMES, 2003, p. 23)

Sabemos que todas essas ações alteram as relações de poder, perpassando o acesso e uso da informação e, por consequência, a Ciência da Informação. Neste

campo de pesquisa, em Ciência da Informação, espera-se contribuir na reflexão acerca de desafios que vão para além dos avanços tecnológicos. Assim, tal reflexão pode colaborar com os debates de uma superação das relações sociais humanas discriminatórias, passando pela formação intelectual de pesquisadores e profissionais que atuam como mediadores da informação. Quando imaginamos a Ciência da Informação como ciência focada na gestão do conhecimento, a pertinência deste estudo parece-nos evidente.

Por tudo isso, acreditamos que uma pesquisa centrada na adequação do profissional bibliotecário a este novo contexto educacional contribui para avaliar o grau de aplicabilidade da legislação em vigor a ele relacionada. Neste sentido, espera-se colaborar para uma avaliação da eficácia das ações do poder público, bem como debater a formação inicial e continuada oferecida pelas universidades públicas responsáveis pela preparação e qualificação do profissional bibliotecário. Concordando com Almeida Jr.,

A educação, mesmo a formal, não se dá, não se concretiza apenas em sala de aula, nem pode a escola estar divorciada do seu entorno. Ao contrário, a educação só pode ser entendida a partir de um vínculo concreto e real com os valores presentes na comunidade a quem deve servir. Esse vínculo é que lhe propicia a consecução da sua função social. (ALMEIDA JR., 2006. p. 46)

A valorização e respeito pela diversidade e multiculturalismo passa pela escola, pelos seus professores e, concomitantemente, pelos profissionais bibliotecários e bibliotecas escolares, fontes de formação e informação nas unidades de ensino. Enfim, a biblioteca escolar precisa ser um organismo inovador, criativo, dinâmico (MACEDO; SIQUEIRA, 2000) e também Multicultural.

Quanto à escolha do universo e amostra desta pesquisa, observa-se que

diferentemente de outras cidades de Santa Catarina e do País, Florianópolis se destaca nos esforços para melhoria da qualidade da educação escolar por ser uma das pioneiras na criação de leis municipais para implementação de políticas de diversidade cultural na educação, sendo referência inclusive para a criação de leis no âmbito nacional como as Leis Federais 10.639/03 e 11645/08, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de conteúdos indígenas, africanos e afro-brasileiros em todos os níveis de ensino do País.

Entre as ações que se destacam em Florianópolis está a inclusão de temáticas que abordam a diversidade cultural e política de inclusão nos conteúdos dos concursos e processos seletivos para professores da Rede Pública Municipal de Educação. A Prefeitura da capital catarinense também já organizou e realizou um conjunto de ações sobre essa temática, como projetos culturais com crianças, oferecimento de capacitação a docentes, diálogo com diretores das unidades de ensino e demais gestores sobre a necessidade de inclusão dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, indígena e acessibilidade, nos planos político-pedagógicos.

No campo da Biblioteconomia, Florianópolis é uma das poucas cidades que tem o cargo de bibliotecário escolar em seu quadro funcional, como também tem consolidada uma Rede de Bibliotecas Escolares e Comunitárias.

Assim, vale perguntar, em que medida o profissional bibliotecário atuante na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis está qualificado para lidar com o novo contexto educacional, onde temáticas como multiculturalismo, acessibilidade e diversidade implicam no reconhecimento da diversidade cultural e no respeito ao direito à diferença? Esses profissionais conhecem e contribuem para a aplicação das

leis que normatizam essas temáticas? Qual a percepção desses profissionais sobre multiculturalismo? A formação inicial e continuada dos bibliotecários contribui para a plena adequação dos mesmos à implementação de uma educação multicultural?

Nesse sentido definiu-se como objetivo geral desta pesquisa trazer a discussão dos estudos multiculturalistas para o campo da Biblioteconomia, com a finalidade de demonstrar a pertinência de uma reflexão na qual essa instituição se adapte às novas exigências sociais e cidadãs.

Da mesma forma especificamente buscamos:

- Investigar a percepção e ações dos bibliotecários quanto às mudanças ocorridas no contexto educacional nas últimas décadas, no que se refere às leis de inclusão e a temática multiculturalismo, no que concerne à sua ação profissional cotidiana;
- Identificar a existência ou não de fatores ligados à formação acadêmica e continuada que possam corresponder às necessidades educacionais no novo contexto social multicultural e de respeito às diferenças;
- Apreender, por meio de coleta de dados, a percepção dos profissionais bibliotecários sobre o papel dos mesmos na implementação de uma educação multicultural.

Optamos por perseguir tais objetivos ao observarmos que debates e transformações sociais, incluindo algumas preocupações como cidadania, acessibilidade para deficientes, gênero, sexualidade e multiculturalismo ganharam importância, visibilidade e geraram, por sua vez, abordagens específicas em diversas áreas do conhecimento e da participação social principalmente a partir da

segunda metade do século XX no Brasil. Mais destacadamente desde os anos de 1980, verificou-se a emergência de discussões em torno de questões de identidade e diversidade cultural no âmbito da formação de um “novo movimento social” (DURHAM, 1984 e EVERS, 1984 apud LOPES, 2007), ainda fortemente balizado por questões de classe. As ciências sociais passaram então a desmistificar com maior ênfase visões essencialistas e a analisar as múltiplas relações entre classe, raça/etnia, gênero, entre outras categorias.

Neste sentido, essa crescente mobilização de diversos setores sociais em favor do reconhecimento da legitimidade de suas diferenças tem correspondido a uma percepção cada vez mais aguda do papel estratégico da educação para o respeito à diversidade. Ela tem sido vista como fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar toda forma de preconceito, discriminação e violência.

O ambiente escolar - seus diversos espaços pedagógicos, incluindo também a biblioteca – é espaço privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. Nesta perspectiva, cresce a importância de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora, de se questionar relações de poder, hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização ou de exclusão, que as concepções curriculares e as rotinas escolares tendem a preservar (SILVA, 2001).

Porém, a inclusão de tais temáticas na agenda política em geral - e na educacional em particular - é algo ainda em fase inicial de construção, principalmente nos anos de 1990 e nesta primeira década do século XXI. Com

frequência, seus diversos componentes não têm sido abordados simultaneamente, nem de maneira uniforme e tampouco com a mesma ênfase. Apesar de tais assuntos terem enfrentado mais resistências no passado, ainda hoje é variado o grau de sua recepção nos movimentos sociais, no mundo acadêmico, entre formuladores/as de políticas públicas e no campo escolar.

Nesse sentido, esses debates ganham respaldo em manifestos nacionais e internacionais, como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL CNDH/MEC, 2006) cujo pressuposto é de que “a educação em direitos humanos se faz paralelamente à educação para a valorização da diversidade”. Nele encontra-se a afirmação de que se deve fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, orientação sexual, pessoas com deficiências, enfim, o combate a todas as formas de discriminação e violações de direitos. Da mesma forma, é importante assegurar a formação continuada dos (as) trabalhadores (as) da educação para lidar criticamente com esses temas (BRASIL/CNDH/MEC, 2006, p. 24).

Segundo Lopes (2006) e Mattos (2008), até recentemente as disciplinas escolares, bem como os estoques informacionais disponibilizados nas unidades de ensino, tendiam a apresentar uma visão homogeneizada dos brasileiros. Nesse sentido, segundo Lopes (2006) a escola precisaria aprender para propor situações de aprendizagem que considerem a presença fundamental dos afrodescendentes e indígenas em nossa sociedade e, com isso, no currículo cotidiano e na biblioteca escolar, proporcionar outros encontros culturais, mas, dessa vez, de inclusão, de sucesso e, portanto, de aprendizagens positivas.

Na questão étnico-racial, ainda se constitui uma esfera marcada por

fortíssimas desigualdades no acesso e na permanência dos indivíduos dos diferentes grupos populacionais. Esta é uma característica muito importante na medida em que o acesso à escolaridade é uma das formas por excelência de ascensão social e de potencialização do acesso a muitos bens produzidos pela sociedade.

Também se constata que é no sistema educacional que são reproduzidos muitos dos estereótipos de gênero existentes em nossa sociedade. Em relação às discriminações ligadas a gênero e sexualidade, podemos constatar que “a escola brasileira foi historicamente concebida e organizada segundo os padrões da heteronormatividade, valorizando e edificando como padrão um único componente: o adulto, masculino, branco, heterossexual”. Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2004, p. 26)

Da mesma forma, em relação aos portadores de deficiência, a eliminação de barreiras arquitetônicas e de formação profissional, bem como a adoção de métodos e práticas de ensino adequados às diferenças, são indispensáveis às escolas que devem oferecer alternativas que contemplem a diversidade. Assim, as escolas devem dispor de recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos seus alunos.

Sabe-se, no entanto, que muitas leis foram implementadas ao longo das últimas décadas com o objetivo de combater a discriminação e garantir a pluralidade tanto na educação como na sociedade em geral. Porém, a questão não é passível de superação apenas com a edição de leis. Também é preciso um corpo teórico, somado a metodologias e pesquisas que resgatem valores quase desconhecidos, ou mesmo apagados por um contexto de discriminação ao longo da história. Acredita-se

que, assim, ampliar-se-ão as possibilidades de sensibilização social e busca de alternativas.

Algumas pesquisas comprovam o quanto os diversos tipos de preconceitos ainda são muito marcantes, principalmente nas escolas. Uma delas é a pesquisa “Retrato das desigualdades de gênero e raça”, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2006). Nela é descrito que “a discriminação motivada por sexo e por pertencimento a um grupo de cor/raça encontra-se disseminada em diversos campos da vida social”.

Outro exemplo mais recente são os resultados da pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), realizada em 2009, a pedido da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (MEC). Alguns dos dados de tal estudo foram divulgados em 18 de junho de 2009 no jornal “O Estado de São Paulo”.

Segundo tal pesquisa, o preconceito está presente entre estudantes, pais, professores, diretores e funcionários das escolas brasileiras. “As pessoas com deficiência, principalmente mental, seguidas de negros e pardos são as que mais sofrem com esse tipo de manifestação”, diz o estudo. A principal conclusão foi de que “99,3% dos entrevistados têm algum tipo de preconceito e que mais de 80% gostariam de manter algum nível de distanciamento social de portadores de necessidades especiais, homossexuais, pobres e negros. Do total, 96,5% têm preconceito em relação a pessoas com deficiência e 94,2% na questão racial.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009)

Assim, acredita-se que a escola tem um papel fundamental na formação de

cidadãos capazes de conviver e de dialogar com a diversidade cultural e histórica do Brasil, além de promover a maior identificação dos estudantes com os conteúdos e práticas ensinados. Estes são fatores que influenciam diretamente no interesse pelo aprender e na auto-estima dos estudantes.

Portanto, à escola cabe o papel de reconhecer que tanto as pessoas que a compõem como as que integram a sociedade brasileira apresentam aspectos que as diferenciam: têm especificidades de gênero, de raça/etnia, de religião, de orientação sexual, de valores e outras diferenças definidas a partir de suas histórias pessoais. (RIBEIRO et. al., 2007, p. 2)

É no ambiente escolar que crianças e jovens, podem dar-se conta de que todas as pessoas são diferentes, mas que a diferença não deve pautar a construção de relações desiguais, podendo se tornar promotores da transformação do Brasil em um país onde haja direitos iguais e respeito à diferença.

Mas qual o papel da biblioteca escolar e do bibliotecário nesse contexto? A biblioteca escolar pode contribuir com a promoção de debates e eventos na escola, tanto na parte educacional e cultural, quanto na adoção de acervos informacionais da área. Além disso, os bibliotecários precisam, assim como outros atores educacionais, superar a barreira do preconceito, buscando informações e formação a respeito.

Para Perrotti, a biblioteca escolar “[...] não pode restringir-se a um papel meramente didático-pedagógico, ou seja, o de dar apoio para o programa dos professores. Há um eixo educativo que a biblioteca tem de seguir, mas sua configuração deve extrapolar este limite, porque o eixo cultural é igualmente essencial”. (PERROTTI, 2006, p. 24)

Já segundo Almeida Jr., o bibliotecário deve estar em constante

questionamento, procurando conhecer sua área de atuação. Para o autor, o verdadeiro bibliotecário tem consciência de que o usuário é seu fim último; sabe que as informações com as quais lida não são neutras e imparciais; está sempre procurando conhecer os motivos, o que há por trás de suas ações; e sabe que informação é imprescindível para a formação do cidadão. “O bibliotecário escolar é aquele que reconhece sua profissão como importante e necessária para a sociedade e se reconhece como um agente de transformação social”. (ALMEIDA JR. 2006. p. 54)

Neste sentido, acredita-se que há uma relação muito próxima entre a importância de estudos sobre mediação na formação do profissional da informação e a realização de ações ligadas à diversidade cultural, gênero, sexualidade, acessibilidade de deficientes e multiculturalismo, sendo a formação do profissional um dos maiores desafios hoje no campo da Ciência da Informação e em Biblioteconomia.

Pensar pesquisas que beneficiem públicos minoritários, políticas de acessibilidade, formação de bibliotecas e espaços multiculturais, espaços em empresas e escolas que valorizem outros padrões culturais, são desafios a serem enfrentados e espaços a serem conquistados perante a sociedade.

Porém, conseguir ter uma dimensão da percepção do profissional bibliotecário quanto à diversidade não é fácil, pois, corroborando com Candau (2001, p. 4), “Articular igualdade e diferença constitui outra questão que permeia todo o nosso trabalho. No entanto, o problema não é afirmar um pólo e negar o outro, mas sim termos uma visão dialética da relação entre igualdade e diferença”.

Assim, buscou-se uma delimitação desta pesquisa em espaço escolar que

tivesse atuação direta de bibliotecários. Além de já possuir o cargo de bibliotecário escolar em sua estrutura funcional, tendo bibliotecários atuando em quase 100% de suas escolas, inclusive com a constituição de uma Rede de Bibliotecas Escolares e Comunitárias que atualmente conta com 32 profissionais bibliotecários, no debate acerca do multiculturalismo, a capital catarinense também possui um Programa Municipal de Diversidade Étnico-cultural na Educação e uma Gerência de Educação Inclusiva. Além disso, dois cursos de Biblioteconomia estão localizados na capital catarinense, os das Universidades Federal (UFSC) e Estadual (UDESC).

Nestas Universidades estão adiantados os debates sobre programa de cotas. A UDESC, inclusive, está implantando as modificações recomendadas pelas Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais nos currículos das graduações, iniciando pelos cursos de Pedagogia e História.

Assim, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundamento do estudo sobre as mudanças ocorridas na sociedade, principalmente nos contextos sociais e educacionais, os fatores que levaram a essas mudanças, bem como sobre a adequação, percepção e ações dos bibliotecários escolares e profissionais da informação frente a esta nova realidade.

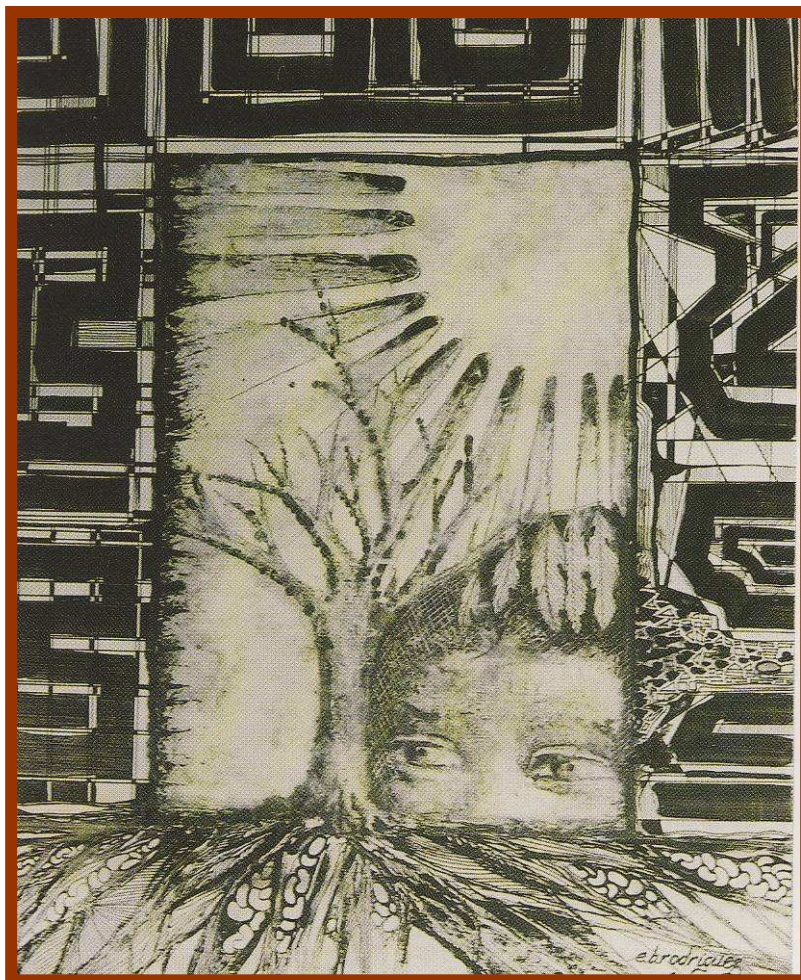
Com o intuito de melhor apresentar este trabalho, ele foi organizado em cinco partes inter-relacionadas. Introduzindo o tema, apresentamos a contextualização, o problema, os objetivos e a justificativa da pesquisa. Na sequência, para embasar teoricamente este estudo, abordamos o Multiculturalismo em Bibliotecas e sua relação com a educação, pormenorizando-o na análise do papel da biblioteca e do bibliotecário escolar na perspectiva da educação multicultural, na identificação de alguns desafios na formação e atuação dos profissionais para a mediação da

informação no contexto multicultural, além de resgatarmos elementos da legislação e políticas multiculturais na educação brasileira.

Apresenta-se, posteriormente, a metodologia da pesquisa, que esclarece a natureza deste estudo, o universo da pesquisa e as técnicas utilizadas para a coleta e análise dos dados, a caracterização dos atores consultados, os resultados da pesquisa de campo, abordando a formação dos bibliotecários, ações multiculturais nas escolas de Florianópolis e percepção dos bibliotecários escolares acerca do multiculturalismo, expondo-se as considerações finais, limitações e recomendações da pesquisa.

Por fim, o documento elenca três partes pós-textuais que são as referências, os apêndices e anexos.

2 - MULTICULTURALISMO EM BIBLIOTECAS E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO



*Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas ...
Que já têm a forma do nosso corpo ...
E esquecer os nossos caminhos
que nos levam sempre aos mesmos lugares ...
É o tempo da travessia ...
E se não ousarmos fazê-la ...
Teremos ficado ...
para sempre ...
À margem de nós mesmos..."*
Fernando Pessoa

Durante muito tempo, de acordo com Martucci (1999), a biblioteca escolar, em virtude do cenário desanimador no qual ela não conseguia cumprir seu papel educativo, esteve relegada a segundo plano em pesquisas das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Apesar de já contarmos atualmente com uma significativa produção teórica sobre o papel da biblioteca escolar na educação e na sociedade como um todo, esta ainda pode ser considerada aquém das necessidades sociais e científicas da área diante da importância da biblioteca escolar e seus impactos, mesmo que muitas vezes em potencial, em relação à formação das crianças e jovens brasileiros. Como exemplos concretos podemos citar a existência de apenas dois grupos² de pesquisa em Ciência da Informação cadastrados no CNPq que abordam a temática biblioteca escolar, sendo um deles criado em 2010. Outro exemplo é relativo às Bases de Dados da área. Numa rápida pesquisa, em outubro de 2010, pudemos constatar a recuperação de 95 trabalhos que abordavam biblioteca escolar em um universo de 7.869 títulos, ou seja, apenas 1,20% dos artigos e trabalhos desta base³ tratavam deste assunto. Só para fazermos uma breve comparação, na temática tecnologia, nessa mesma base, o índice subiu para 24%.⁴

De acordo com o Censo Escolar de 2004 (BRASIL, INEP, 2005), diversos

² **Práticas e reflexões sobre biblioteca escolar**, Universidade de São Paulo – USP coordenado pelo prof. Dr. Cláudio Marcondes de Castro Filho - **Ano de formação:** 2010 com 2 pesquisadores cadastrados; **Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar**, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, coordenado pela professora Dr^a Bernadete Santos Campello, **Ano de formação:** 2000, com 7 pesquisadores cadastrados <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>

³ Pesquisa realizada na “Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação” (Brapci) em 05 de outubro de 2010. <http://www.brapci.ufpr.br/>

⁴ Constatamos que também existem bases que tratam de forma específica a temática biblioteca escolar, como a base LIBES – Literatura em Biblioteca Escolar – e a BES - Bibliografia Escolar de Biblioteconomia.

dados apontavam para a situação precária das bibliotecas escolares no Brasil, sendo baixos os percentuais de bibliotecas e de bibliotecários nas escolas de educação básica (infantil, fundamental e média) e profissionalizante no país. Segundo este Censo, apenas 25% das escolas possuía bibliotecas em suas estruturas. Os dados levantados comprovaram, ainda, o inexpressivo número de profissionais bibliotecários que atuavam nessas poucas bibliotecas. Apenas 1,4% das bibliotecas de escolas brasileiras de ensino básico e profissionalizante possuíam bibliotecários como responsáveis pelo setor.

Ja o censo escolar 2010, que divulgou recentemente alguns dados preliminares⁵, aponta para mudanças significativas quanto à existência de bibliotecas nas escolas de ensino fundamental. Apesar de tal pesquisa dar pouco destaque às bibliotecas escolares, apenas relacionando-as no item infraestrutura, nela consta que atualmente 30,4% das 42,029 escolas que oferecem ensino fundamental nos anos iniciais possuem bibliotecas. Já em relação as escolas que oferecem os últimos anos de ensino fundamental (36.417), este índice aumenta para 58,7% . Ainda assim, nada consta, nos dados preliminares divulgados, sobre qual a situação dessas bibliotecas, ou mesmo sobre os profissionais que nelas atuam.

Abaixo, gráficos apresentados no relatório preliminar da pesquisa do INEP – Censo Escolar 2010.

⁵ http://www.inep.gov.br/download/censo/2010/divulgacao_censo2010_201210.pdf - publicado relatório parcial no dia 20 de dezembro de 2010.

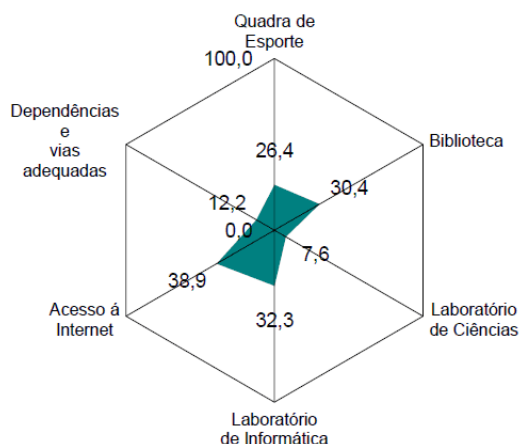


Ilustração 1 - Ensino fundamental anos iniciais – percentual de escolas segundo infraestrutura Brasil 2010.

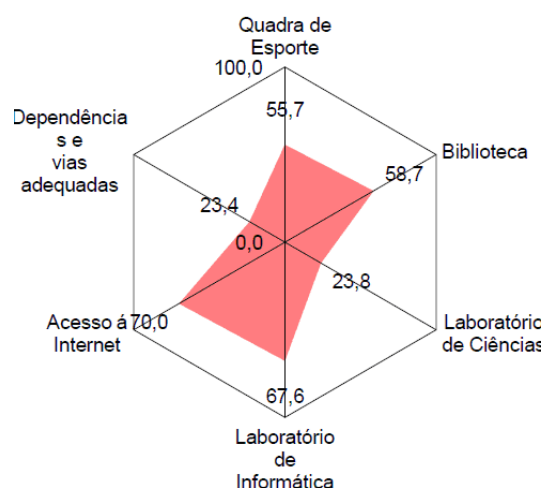


Ilustração 2 – Ensino fundamental anos finais – percentual de escolas segundo infraestrutura Brasil 2010.

Sem o bibliotecário presente nas bibliotecas escolares, as normas de funcionamento, a formação da coleção, o tratamento da informação e os serviços oferecidos pela biblioteca são instituídos sem discussão e sem critérios adequados, deixando de atender de forma satisfatória às necessidades da comunidade escolar e de criar e/ou incentivar, nessa mesma comunidade, mudanças quanto ao hábito de leitura e de pesquisa. (GARCEZ, 2007, p. 36)

Em 2010 foi aprovada a Lei nº 12.244, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Além de afirmar que “as instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas”, tal Lei também determina que

Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, **respeitada a profissão de Bibliotecário**, disciplinada pelas Leis nº 4.084, de 30 de junho de 1962, e nº 9.674, de 25 de junho de 1998. (BRASIL, 2010, p.1) **grifo nosso**

Da mesma forma outras Leis foram implementadas ao longo das últimas décadas com o objetivo de combater a discriminação e garantir a pluralidade na educação, com destaque às relacionadas ao impacto do multiculturalismo e leis de inclusão nos planos político-pedagógicos relativos às temáticas de discriminação, educação das relações étnico-raciais dos afrobrasileiros e indígenas, acessibilidade aos deficientes, como também de gênero e sexualidade. A inserção desses novos temas nos planos político-pedagógicos passa a atingir também o fazer biblioteconômico nas bibliotecas escolares. Possivelmente isto fará com que a Ciência da Informação incorpore esses novos temas ainda mais em suas ações investigativas, inclusive para contribuir com a atuação dos bibliotecários nesse contexto.

No documento elaborado em 1999 pela Comissão Internacional sobre Educação para a UNESCO, conhecido como “Relatório Jacques Delors”, pode-se observar alguns aspectos dessa transformação, principalmente na área educacional.

A descoberta do outro - A educação tem por missão, por um lado, transmitir conhecimentos sobre a diversidade da espécie humana e, por outro, levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta. Desde tenra idade a escola deve, pois, aproveitar todas as ocasiões para esta dupla aprendizagem. (DELORS, 1999, p. 3)

Também no livro “Biblioteca pública/Biblioteca escolar de um país em desenvolvimento: diálogo entre bibliotecária e professora para a reconstrução de significados com base no ‘Manifesto da UNESCO’”, de Neusa Dias de Macedo e Idméa Semeghini-Siqueira, observa-se que no conteúdo, entre outras temáticas relevantes, o debate sobre a “biblioteca pública sem preconceitos” também está presente. A Biblioteca pública baseia seus serviços em termos de igualdade de

acesso a todos os indivíduos, independentemente de raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social. Portadores de deficiências, inaptos por alguma razão, minorias linguísticas e pessoas sediadas em hospitais ou prisões merecem serviços e materiais especiais. (MACEDO; SIQUEIRA, 2000)

Bernadete Campello et al (2001) explica que, em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN -, a escola pode criar oportunidades para que crianças e jovens usem a linguagem em suas diferentes modalidades. Na visão da pesquisadora, a biblioteca deve ser participante da formação de crianças e jovens, numa perspectiva construtivista questionadora. E mais: “[...], além disso, é necessária uma política explícita, que trace diretrizes que orientarão o trabalho de seleção de maneira criteriosa e eficaz, direcionando o acervo de maneira a atender a missão e os objetivos da biblioteca e a proposta pedagógica da escola”. (CAMPELLO et al, 2001, p. 3)

Segundo a Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA/UNESCO, 1999), em seu manifesto para bibliotecas escolares,

A biblioteca escolar é aquela que propicia informação e idéias fundamentais para seu funcionamento bem sucedido na atual sociedade, baseada na informação e no conhecimento e habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis.

Por sua vez, Válio (1990) define biblioteca escolar como uma instituição que organiza a utilização dos livros, orienta a leitura dos alunos, coopera com a educação e com o desenvolvimento cultural da comunidade escolar e dá suporte ao atendimento do currículo da escola.

Já Fragoso (2005) entende que a biblioteca escolar tem função educativa e

cultural. Tendo em vista a função educativa, a biblioteca escolar “[...] representa um reforço à ação do aluno e do professor, complementa as informações básicas e oferece seus recursos e serviços à comunidade escolar de maneira a atender as necessidades do planejamento curricular” (FRAGOSO, 2005, p. 1).

Para Perrotti; Verdini (2008), “A Era da informação continua reclamando a afirmação do indispensável ideal de acesso à educação e à cultura para todos”, exigindo, também, novos caminhos que reconfiguram e ampliam este ideal, uma vez que a dinâmica cotidiana faz renascerem necessidades a cada novo momento. “Reivindicações históricas também se atualizam, acompanhando as mudanças, para que não se cristalizem e percam sua força original”. (PERROTTI; VERDINI, 2008, p.13). Os autores formulam o conceito de “Estações do conhecimento”⁶ como capazes de orientar a constituição de ambientes especialmente preparados para a apropriação sistemática de saberes e fazeres informacionais,

Desse modo, se no passado os referidos ideais de acesso ao conhecimento e à cultura geraram mobilizações que resultaram na renovação e/ou criação de instituições como, por exemplo, bibliotecas públicas, museus, centros de documentação, memória, destinados especialmente a disponibilizar bens culturais de diferentes naturezas, no presente, ater-se exclusivamente a essas preocupações iluministas de acesso aos bens culturais é atitude extremamente limitada, insuficiente, especialmente – mas não só – em países como o Brasil onde questões sociais básicas, com grandes repercussões no âmbito da vida educacional e cultural estão ainda para serem firmemente enfrentadas e vencidas. (PERROTTI, VERDINI, 2008, p. 14)

Castro Filho (2008), também aborda a biblioteca escolar como instituição sociocultural. Para o autor esta deve ter uma participação ativa na comunidade da qual faz parte, devendo funcionar como pólo cultural atuando junto com outras

⁶ Estação do conhecimento é um conceito resultante de pesquisas na Escola de Comunicações e Artes, da USP, por equipe coordenada pelo Prof. Dr. Edmir Perrotti, e que tem como objeto de estudos os processos socioculturais de apropriação da informação e da cultura. **(nota dos autores)**

instituições, podendo participar de campanhas educativas, informativas e culturais.

De acordo com Perrotti; Verdini (2008), o bibliotecário é “mediador de processos de apropriação cultural, envolvendo conceitos, práticas, organização e mobilização de processos e recursos informacionais que são de seu domínio exclusivo”. Os autores completam afirmando que essas mediações possibilitam liberdade dos usuários de protagonizar as próprias escolhas, as leituras, as significações, numa retomada constante de memórias e reaproveitamento de informações.

Neste sentido a escola é, depois da família, a instituição responsável pelas relações de sociabilidade de crianças e jovens (LOPES, 2006, p. 2), sendo nela experimentado, sob a ótica do grupo de origem, o aprendizado sobre as regras e valores sociais. As experiências iniciais com a escola devem ser desenvolvidas com profunda seriedade, pois podem definir a base de uma trajetória escolar mais tranqüila ou mais atribulada. Afinal, sentir-se acolhido, incluído e integrado facilita a construção de uma auto-estima positiva, elemento fundamental para o sucesso escolar e social.

Contudo, serão as bibliotecas escolares realmente espaços onde todas as culturas estejam representadas? Isso faz diferença na formação educacional de uma criança? Segundo Candau (2001)

A perspectiva intercultural quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural. Uma educação capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade. (CANDAU, 2001, p. 2),

Segundo o Manifesto IFLA (2008) - *“La biblioteca multicultural: portal de acceso a una sociedad de culturas diversas en diálogo”* - podemos observar algumas dessas tendências dentro dos afazeres biblioteconômicos. Tal manifesto afirma que todos os tipos de bibliotecas devem refletir apoiar e promover a diversidade linguística e cultural em nível local, nacional e internacional e, portanto, trabalhar para o diálogo intercultural e cidadania ativa. Bibliotecas, para atender a interesses diversos e comunidades, servem como centros de aprendizagem, cultura e informação.

Ao lidar com a diversidade cultural e linguística, serviços da biblioteca são regidos pelo seu compromisso com os princípios das liberdades fundamentais e igualdade de acesso à informação e ao conhecimento para todos, no respeito pelos valores culturais e de identidade. (IFLA, 2008) (tradução nossa)

Ainda segundo o manifesto da IFLA (2008), cada pessoa em nossa sociedade global tem direito a uma ampla gama de serviços bibliotecários e de informação. Ao abordar a diversidade linguística e cultural, as bibliotecas devem:

- Servir a todos los miembros de la comunidad, sin discriminación alguna por origen cultural o lingüístico;
- Ofrecer información en lenguas y alfabetos apropiados;
- Dar acceso a un amplio rango de materiales y servicios que reflejen a todas las comunidades y sus necesidades;
- Disponer de personal que refleje la diversidad de la comunidad, formados para trabajar y dar servicio a comunidades diversas. (IFLA 2008, p. 2)

Tal manifesto ainda afirma que as bibliotecas, na perspectiva da diversidade cultural, devem incluir a prestação de serviços para todos os tipos de usuários, como também devem prestar particular atenção aos grupos que muitas vezes sofrem de marginalização na sociedade com a diversidade cultural: “minorias, refugiados y

solicitantes de asilo, personas com permisos de residencia temporales, trabajadores inmigrantes y comunidades indígenas”.

Já no Manifesto da IFLA/UNESCO para bibliotecas públicas (1994), entre as funções das bibliotecas está a tarefa de fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural bem como apoiar a tradição oral, cultivar diversos tipos de atos de linguagem a fim de prover o desenvolvimento da oralidade.

De acordo com “Os Quatro Pilares de uma Educação para o Século XXI”, é necessário o desenvolvimento de processos educacionais que levem o indivíduo a “aprender a aprender”, “aprender a fazer”, “aprender a ser” e “aprender a conviver” num processo de aprendizagem permanente. (DELORS, 1999). Por isso, acredita-se ser necessário um aprofundamento na formação desse profissional da informação, para que o mesmo consiga superar o olhar hegemônico.

Segundo Fragoso (2002), de nada servirá uma bela biblioteca escolar, com espaço físico e acervo adequados às necessidades escolares se, para exercer as funções e cumprir seus objetivos, não estiver em seu comando um profissional consciente, com sensibilidade e habilitações básicas para manter esse espaço de cultura e informação bem azeitado e atraente, onde a técnica seja utilizada para produzir conhecimento. Entre as habilitações a autora inclui: conhecimentos subjetivos – interativos, cognitivos e éticos; conhecimentos profissionais – fontes de informação, organização e classificação, geração e uso de bases de dados; conhecimentos pedagógicos – adaptação dos conteúdos específicos para ações de orientação e instrução (formar e informar) . Porém, Almeida Junior ressalta que

Os bibliotecários, embora se considerem os verdadeiros intermediários entre os usuários e a informação, têm uma estranha

concepção daqueles a quem devem prestar seus serviços: consideram o seu público apenas os que já possuem uma iniciativa mínima, ou seja, uma pequena e reduzida parcela da população que talvez represente exatamente o segmento que deles menos necessita. (ALMEIDA JR.,1997, p. 19)

Como todas as unidades de informação, as bibliotecas escolares devem ter um corpo de profissionais capacitados e políticas que respaldem suas necessidades no tratamento, organização e disseminação da informação. Como a maioria do público usuário do referido espaço encontra-se em processo de formação educacional, a biblioteca escolar passa a proporcionar ideias fundamentais para que estes sejam bem sucedidos na sociedade atual, baseada na informação e no conhecimento.

Com base nesta concepção, a biblioteca escolar não deve ser só um espaço de ação pedagógica, servindo como apoio à construção do conhecimento e de suporte a pesquisas. Deve ser, sim, um espaço para que todos que nela atuam possam utilizá-la como uma fonte de experiência, exercício de reflexão e formação para toda a vida. É consenso entre os educadores que o desempenho escolar flui melhor quando a escola tem uma biblioteca dinâmica, como comprovam pesquisas de Campelo; Silva (2000) e Kuhlthau (2002).

Para Castro Filho (2008), são muitos os caminhos a percorrer para qualificar a biblioteca escolar, e cabe aos profissionais da informação contribuir significativamente para a evolução da sociedade. Segundo o autor a inclusão da biblioteca escolar “é o primeiro passo para chegarmos a um modelo educativo não de etapas, mas sim de uma ação formadora que se mantém ao longo de toda vida”. (CASTRO FILHO, 2008, p. 89)

Muitas tensões que caracterizaram o pensamento educacional face às transformações históricas, sociais, políticas e culturais que atingem sujeitos individuais e coletivos foram fundamentais para debates e mudanças sociais, seja em espaços educacionais ou profissionais ou na sociedade em geral, incluindo temáticas como inclusão social, acessibilidade dos deficientes, inclusão digital, debates sobre gênero e multiculturalismo.

Estes movimentos sociais aos quais nos referimos tiveram como consequência o abalo da Ciência, da Razão, dos padrões "universais" e hegemônicos de ser, sentir e estar no mundo. Hoje, em todo o planeta, olhos se abrem para os "outros" principalmente para os "outros" que não fazem parte do padrão e do projeto eurocêntrico. Da mesma forma, a Ciência da Informação busca se adequar às condições sociais dentro das tecnologias que nos permitam atuar numa perspectiva de respeito com a diversidade cultural. (MATTOS, 2009).

Concordamos com Barité (2001), quando afirma que

Cada estadio de acumulación de conmoción de conocimiento cambia en la medida en que las funciones y necesidades sociales así requieren, [...] Por otra parte, la distribución social y la generación de nuevo conocimiento esta expuesta a los vaivenes políticas, económicas y culturales de cada momento histórico. (Barité, 2001, p. 46)

A concepção de uma Ciência da Informação com responsabilidade social não é nova. Já em 1975, em um estudo em Berlim, Wersig e Neveling propunham um fundamento social para a Ciência da Informação. Eles afirmavam que a "ciência não é algo justificável em si mesma, mas sempre pode ser justificada pelas necessidades sociais as quais foram as razões específicas que conduziram ao desenvolvimento da ciência da informação". (WERSIG; NEVELING, 1975 apud

FREIRE, 2004). Esses autores, afirma Freire, foram além dos limites impostos pelo quadro teórico original, quando reconhecem que a necessidade de informação permeia todos os grupos sociais e não somente aqueles diretamente ligados à produção de bens e serviços.

No Brasil o debate sobre responsabilidade social é atual, sendo inclusive tema do maior evento nacional da área de Ciência da Informação, o ENANCIB⁷. Nos últimos três anos tal evento abordou como temáticas principais respectivamente “Diversidade Cultural e Políticas de Informação (2008)”, “A responsabilidade social em Ciência da Informação (2009)” e “Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação (2010)”.

Numa pesquisa rápida em grupos de pesquisa e bases de dados, encontramos alguns números interessantes para fazermos uma análise. Ao procurar bibliografia da área nas temáticas desta pesquisa junto ao projeto da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras, encontramos⁸ 147.134 teses e dissertações de 95 instituições de ensino superior no Brasil.

Em tal levantamento foram encontrados com o termo **Multiculturalismo**, apenas 94 trabalhos, ou seja, 0,06% do total. Com o termo **Sexualidade** foram identificados 765 trabalhos (0,52%) e com o termo **Étnico-racial** 101 (0,068%). Nas temáticas **Gênero**, e **Acessibilidade** este número subiu consideravelmente, para 5.338 (3,62%) e 432 (0,29%).

⁷ Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

⁸ Pesquisa realizada no dia 05 de outubro de 2010.

A mesma pesquisa foi realizada na base de dados referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), que tem 7.869 textos publicados em 29 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área. Na mesma direção da breve pesquisa anteriormente citada, encontramos com o termo **Multiculturalismo** 4 trabalhos (0,05%) e com o termo **Sexualidade** 5 trabalhos (0,06%). Novamente se verificou que estes índices sobem um pouco quando as temáticas são referentes a **Gênero** – 22 trabalhos encontrados (0,27%), e **Acessibilidade** 21 (0,26%). Para se ter um comparativo, o termo **Tecnologia** recuperou 486 trabalhos (6,17 % do total).

Por outro lado, podemos destacar algumas produções acadêmicas referentes ao multiculturalismo, diversidade étnico-racial, gênero e sexualidade. Estas perpassam o paradigma social em Ciência da Informação e aos poucos incorporam estudos nesse campo. Da mesma forma, já se pode observar, ainda que timidamente, a inserção de temáticas transversais como integrantes do arcabouço teórico de muitos pesquisadores da área de Ciência da Informação como: responsabilidade social⁹, multiculturalismo¹⁰, diversidade étnico-racial¹¹, gênero¹², educação sexual¹³, acessibilidade¹⁴ e ética¹⁵, entre outros.

⁹ FREIRE, I. M. Da construção do conhecimento científico à responsabilidade social da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.2, n1, 2004.

¹⁰ MATTOS, Miriam de C. C. M. Multiculturalismo em Ciência da Informação: percepções e ações dos profissionais da informação em bibliotecas escolares de Florianópolis. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 10. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009.

¹¹ NUNES, Érica Melanie Ribeiro. **Cidadania e multiculturalismo: a Lei 10.639/03 no contexto das bibliotecas das escolas municipais de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, UFMG, 2010. Dissertação de mestrado. E também AQUINO, Miriam; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de. Informação étnico-racial: um conceito operacional como contribuição para repensar a responsabilidade social da Ciência da Informação. **Anais...** ENANCIB, 2009.

¹² MILANI, Suellen Oliveira. **Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras**. 2010. 140f. Dissertação (Mestrado).

¹³ PACHECO, Raquel. Atuação do bibliotecário educador: educação sexual na biblioteca escolar. **PerCursos**, Vol. 7, N° 2 (2006).

Nesse sentido, acredita-se que produções sobre essas temáticas tendem a fazer parte, cada vez mais, das pesquisas em nossa área, consolidando o paradigma social e contribuindo para o debate sobre multiculturalismo e respeito à diversidade em Ciência da Informação e Biblioteconomia, evidenciando a necessidade de ampliação de debates sobre os currículos de tais cursos.

Para Mortali et al (2002, p. 56), “a educação, currículo, formação de professores e pesquisa educacional têm que responder ao desafio central de incorporar a pluralidade cultural e os questionamentos à construção das diferenças em suas propostas e práticas”. Considerando as mudanças sociais, educacionais e na legislação brasileira, o profissional precisa avançar em sua reflexão, buscando outras percepções do mundo. Além disso, precisa participar dessas mudanças de forma ativa, utilizando todo seu potencial de mediador para propor ações educativas e culturais, envolver saberes didático-pedagógicos especiais, situados entre a formalidade das salas de aula e a informalidade dos espaços culturais.

Da mesma forma, se a biblioteca pretende funcionar como espaço de ação pedagógica, o agrupamento de documentos, representado pela sua coleção, precisa estar em consonância com as Diretrizes Nacionais da Educação, levando em conta questionamentos sociais e culturais na elaboração das políticas de desenvolvimento de coleções, contemplando critérios para a aquisição de obras sobre diversidade étnico-racial, de gênero, sexualidade e acessibilidade. Só assim seus estoques informacionais atingirão o conjunto de seus usuários de forma mais equânime.

¹⁴ PAULA Sonia Nascimento de; CARVALHO, José Oscar Fontanini de. **Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia.** Ci. Inf., Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.64-79, set./dez., 2009.

¹⁵ GUIMARAES, José Augusto. PINHO, Fabio Assis. **Aspectos éticos em organização do conhecimento** (O.R.C). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 9. Salvador, 2007. **Anais...**Salvador: UFBA, 2007.

Acredita-se que a biblioteca é um espaço fundamental na luta contra a discriminação, podendo ser fonte de diversidade cultural, de contribuição para as políticas de ação afirmativa e equidade social. Para tanto, é preciso superar o despreparo verificado nas mesmas para atingir tal objetivo, tanto no que se refere ao seu acervo informacional, quanto à percepção e formação do profissional que nela atua.

2.1 - MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: DESAFIOS NA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS NO CONTEXTO MULTICULTURAL

*Nem muito alto, nem muito largo, nem imperador, nem rei.
Você é só um marco na estrada, que se ergue junto à rodovia.
As pessoas passam. Você indica a direção certa, e impede que se percam.
Você informa a distância que se precisa ainda percorrer.
Sua tarefa não é pequena e toda gente lembrará sempre de você.
Ho Chi Minh¹⁶*

As diversas literaturas da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação apontam a crescente ampliação do escopo de habilidades e adaptações necessárias para que seus profissionais atendam de forma satisfatória aos usuários e tenham sucesso em sua carreira no mercado de trabalho. Nesta perspectiva, os profissionais da informação vêm acompanhando e buscando alternativas para sua atuação frente ao avanço e popularização da tecnologia e sua influência junto aos usuários.

O surgimento de novas técnicas de produção, circulação e transmissão de informações implica, aos profissionais da informação, não apenas uma adaptação a

¹⁶ Ho Chi Minh, cujo nome verdadeiro era Nguyen Tat Thanh, foi um líder comunista vietnamita e principal articulista da luta do Vietnã contra o domínio colonial francês.

novas mecânicas e ferramentas, mas realmente um novo modo de pensar, sentir e viver. Atualmente é necessária uma nova mentalidade, uma nova maneira de ver o mundo face às transformações históricas, sociais, políticas e culturais. Tais preocupações ganharam importância e visibilidade. E geraram, por sua vez, abordagens específicas em diversas áreas do conhecimento e da participação social, influenciando também o fazer biblioteconômico.

Na área social, estes mesmos profissionais passam a adaptar seus serviços aos debates sobre multiculturalismo, diversidade cultural, inclusão digital, acessibilidade e usabilidade aos deficientes, principalmente no campo educacional, em bibliotecas escolares, universitárias e públicas. Ou seja, os profissionais preocupam-se, cada vez mais, com o acesso social à informação, ao conhecimento e à cultura em todos os níveis de sua intervenção.

O caráter técnico, que até então simbolizava o fazer destes profissionais, passa por uma transformação dialética, onde se soma a experiência anterior de 'guardião do conhecimento acumulado pela humanidade' e 'organizador de livros' com as novas atividades de gestão tecnológica e social da informação.

Neste novo contexto a mediação passa a se destacar no cotidiano do profissional da informação. Frente às diversas mudanças na sociedade, o papel deste profissional fica mais visível e relevante nos processos de comunicação, transferência da informação e de mediação na construção de novos conhecimentos.

Mas o que é mediação? Nas pesquisas sobre mediação da informação que vem desenvolvendo há alguns anos, Almeida Jr. defende a modificação do objeto da Ciência da Informação. Ele aponta que hoje a informação – principalmente a

informação registrada - é aceita como sendo esse objeto, mas sustenta a necessidade de reconsideração. Ou seja, a mediação da informação deve ser o principal objeto da Ciência da Informação.

Almeida Jr. e seu grupo de pesquisa 'Interfaces: informação e conhecimento' através do projeto de pesquisa 'Mediação da Informação e Múltiplas Linguagens', têm como objetivo, "analisar a mediação da informação, não só no âmbito de sua relação mais estreita com a disseminação e a transferência da informação, mas também" [...] "as implicações que sobre ela incidem o trabalho e o conhecimento de outras linguagens, presentes nas várias mídias informacionais". Para o grupo mediação da informação é

[...] Toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. (ALMEIDA JR., 2009, p. 3)

Debray (1993, p. 28-29) afirma que "mediações permeiam todo o processo de comunicação e de transferência de informações. O conjunto dinâmico dos procedimentos e corpos intermédios que se interpõem entre uma produção de signos e uma produção de acontecimentos".

Já para Nanci Oddone, (1998) o bibliotecário tem sido definido, na estrutura desse processo, como intermediário das ações de comunicação da informação. Estando situado por muitos autores no meio caminho entre o emissor/produtor do conhecimento e o receptor/consumidor do conhecimento gerado. Segundo a autora, é papel do bibliotecário identificar e atender as necessidades informacionais de seus usuários imediatos e potenciais, procurando estabelecer uma "dinâmica entre os

repositórios estáticos do conhecimento que se encontram sob sua responsabilidade e as questões vivas dos indivíduos na busca de novas informações e conhecimentos”. (ODDONE, 1998, p. 2)

No contexto dessa nova realidade sócio-cultural que vemos se desenvolver, o trabalho do profissional bibliotecário deve configurar-se, de fato, como tarefa de mediação, de interfaceamento, de filtragem, de elo no processo de apropriação de novos conhecimentos, requerendo qualificações diferenciadas e em constante evolução.

A compreensão das novas dimensões que caracterizam seu exercício profissional passa, necessariamente, pelo resgate do relevante papel social do bibliotecário. Nesse sentido, é fundamental que os profissionais da informação tenham a percepção de que o papel de mediador é inerente à sua atuação. Porém, para muitos profissionais da área a mediação se explicita principalmente nos serviços de referência, ou no processo de disseminação. Sendo pouco abordada em sua formação, a mediação da informação acaba sendo considerada implícita e não explicitada, principalmente como objeto de pesquisa científica.

A mediação está presente em todo conjunto de atividades do ‘fazer’ biblioteconômico. Desde o processo de seleção e aquisição do acervo, na definição do que expor ou não na biblioteca, no momento de indicação de materiais e até mesmo nas palavras que são utilizadas no momento de indexação do acervo nas bases de dados. Está presente, também, no momento de definir políticas que podem discriminar ou não os usuários, e quando o profissional se posiciona ou não frente a debates políticos de questões relevantes à área.

Segundo Perroti; Verdini (2008), a tarefa é bem mais abrangente e complexa que a simples distribuição física, implicando em mediações socioculturais que necessitam ser mobilizadas e mobilizadoras para que os materiais sejam efetivamente apropriados em suas múltiplas dimensões culturais.

Dessa forma, concordando com Almeida Jr. (2009, p. 6) e seu grupo de pesquisa, “Se todo fazer do profissional da informação é voltado para a mediação – quer implícita, quer explícita – considerarmos a mediação da informação como objeto da área é um encaminhamento lógico e natural”.

A partir do momento em que aceitamos que o objeto da Ciência da Informação é a mediação da informação, levamos em conta que não só a informação registrada é relevante. Assim diversas ações culturais já existentes em unidades de informação ganham sentido, pois, segundo Almeida Jr., se nosso campo está apenas circunscrito à informação registrada, por que fazer atividades culturais?

Sendo assim, a finalidade da ação cultural é desenvolver o processo de criação, favorecendo meios para que os indivíduos sejam criadores e façam suas próprias escolhas. Assim o profissional da informação deve proporcionar um ambiente para que o usuário participe, no sentido de opinar, formular e criar.

Isso favorece diversos usuários e potenciais usuários que têm a oralidade como principal fonte de informação. Também inclui comunidades étnicas, ou grupos diferenciados que têm a possibilidade de, através de ações culturais nesses espaços, se identificarem com o ambiente, sentindo-se pertencentes ao mesmo. Além de possibilitar ao usuário “padrão” visualizar o “outro” e a troca de experiências

e identificações mútuas, a ação cultural contribui para o debate sobre o multiculturalismo que deve estar presente nos ambientes informacionais.

Segundo Santos (2005), a cultura é uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade em todos os aspectos da dinâmica social, não sendo legítimo se considerar, portanto, que a cultura exista em alguns contextos e não em outros. Assim, devemos explicitar a diversidade cultural, sendo que a mediação nessas ações é fundamental.

Concordando com Mortali et al (2002, p. 56), que considera multiculturalismo “um mecanismo para lutar contra toda forma de intolerância e em favor de políticas públicas capazes de garantir os direitos civis básicos a todos”. Ou seja, políticas que levem em conta os múltiplos modos de ser e estar no mundo, que caracterizam populações diversas, com especificidades culturais. Acredita-se que há uma relação muito próxima entre a importância de estudos sobre mediação na formação do profissional da informação e a realização de ações ligadas à diversidade cultural, Não sendo as unidades de informação e suas atividades e políticas de coleções elementos neutros e desinteressados na transmissão de conteúdos dos conhecimentos. Por isso não se deve incorrer no erro de transmitir visões de mundo particulares como se fossem universais, reproduzindo valores que irão participar da formação de identidades individuais e sociais e, portanto, formando sujeitos sociais.

Já houve muitas mudanças nos currículos dos cursos com o objetivo de uma melhor adequação às novas demandas sociais informacionais. Estas modificações ocorreram principalmente nas áreas tecnológica e administrativa. No entanto, a presença de disciplinas que explicitem e ampliem debates que abordem temáticas como ética da profissão, diversidade cultural dos usuários, acessibilidade e

usabilidade aos portadores de deficiência, políticas públicas, bibliotecas comunitárias, entre outros, ainda são muito tímidos. A mediação não é abordada como um objeto de pesquisa e, portanto, passa quase que despercebida pela formação destes profissionais.

A mensagem de Ho Chi Minh, registrada na epígrafe que abre essa seção, foi deixada aos professores vietnamitas do século passado. E pode ser reportada aos bibliotecários e profissionais da informação, destacando o caráter de mediadores da informação e a responsabilidade sobre suas ações perante a sociedade. Mediar é também ser um marco na estrada, e indicar a direção certa. Esta função intrínseca no fazer biblioteconômico é tão importante, quanto ir à direção certa.

2.2 - MULTICULTURALISMO: INTRODUÇÃO À LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS MULTICULTURAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

*As pessoas têm direito a serem iguais sempre que a diferença
as tornar inferiores; contudo, têm também direito a serem
diferentes sempre que a igualdade colocar em risco suas
identidades.*

Boaventura de Souza Santos

A palavra multiculturalismo é um termo típico do contexto do mundo globalizado contemporâneo. Na “Declaração Universal sobre Diversidade Cultural” da UNESCO¹⁷ (2002) “Diversidade Cultural” e “multiculturalismo” são citados como “a convivência e interação em harmonia das diferentes culturas”. O documento

¹⁷ Os principais documentos da UNESCO contra a discriminação e o racismo são a Convenção contra a Discriminação na Educação, de 1960; a Declaração sobre Preconceito Racial, de 1978; e a Declaração sobre Princípios de Tolerância, de 1975,

define a cultura como “conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas”. (UNESCO, 2002, p. 2)

No Brasil, principalmente a partir do chamado período de redemocratização, dos anos de 1980, o multiculturalismo surge em meio à proliferação de movimentos sociais, culturais, do negro, do índio, da afirmação feminina, de ONGs e de outros espaços que trazem à tona o caráter multicultural e desigual da sociedade em que vivemos. Ao mesmo tempo, o multiculturalismo se choca com,

[...] Desconfianças, medos e desejos de se restabelecer o pensamento único, a brasilidade única, a escola única, a qualidade única, a ciência única, bem como as competências universais, as pretensões globalizantes e a busca da homogeneização cultural. (CANEN; XAVIER, 2008, p. 70)

Nesse sentido percebe-se a influência de organismos internacionais, nas últimas décadas, na aceleração da implantação de políticas inclusivas e de ação afirmativa. Segundo Nunes (2010), para o Banco Mundial e outros organismos financeiros internacionais, a preocupação com a temática se apresenta associada ao discurso do alívio à pobreza, e para os organismos multilaterais, como ONU e UNESCO, a preocupação se liga à defesa dos direitos humanos e à discussão do multiculturalismo.

Embora no Brasil muitos estejam encantados e ideologicamente comprometidos com o "Mito da Democracia Racial", constatamos que nosso sistema educacional prossegue sendo produtor e reproduzidor de desigualdades sociais e étnicas. Por isso a criação de leis que proíbem e punem a discriminação e violência

contra homossexuais e mulheres - entre muitas outras que trazem à tona o caráter multicultural e desigual da sociedade brasileira - contribuiu para a ampliação deste debate e busca da superação deste problema.

Assim, a crescente mobilização de diversos setores sociais em favor do reconhecimento da legitimidade de suas diferenças tem correspondido a uma percepção cada vez mais aguda do papel estratégico da educação para a diversidade. Ela é vista como fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar toda sorte de preconceito, discriminação e violência.

O Ministério da Educação, no que se refere à pauta de políticas afirmativas do Governo Federal, vem instituindo e implementando um conjunto de medidas e ações “[...] com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro” (BRASIL, 2008), concluindo que,

Entre a orientação normativa e a efetividade das mudanças sugeridas existe uma distância a ser trilhada que impõe a identificação de quais são os atores sociais que, conjuntamente com os entes federados, podem contribuir com a tarefa de implementar as alterações previstas na lei. A educação, ao ser entendida como um direito humano fundamental implica que os Estados têm a obrigação de garanti-la mediante sua promoção, proteção e respeito à diversidade de experiências e culturas, assegurando à população a igualdade de oportunidades para o acesso e a apropriação do conhecimento (BRASIL, 2008, p. 3).

O impacto do multiculturalismo no pensamento educacional brasileiro e no currículo tem sido alvo de debates constantes no Brasil, sendo composto de um corpo teórico e político de conhecimentos que privilegia o múltiplo, o plural, as identidades marginalizadas e silenciadas, e que busca formas alternativas para sua

incorporação no cotidiano educacional. Entre essas ações está a constante elaboração de diretrizes, como a publicação pelo Conselho Nacional de Educação dos “Cadernos SECAD¹⁸”, que contemplam temáticas multiculturais e a inserção das mesmas nas escolas.

Estas políticas estão baseadas na Constituição Federal que, em seu Art. 3º, inciso IV, repudia “[...] o preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, e reconhece que “[...] todos são portadores de singularidade irreduzível e que a formação escolar tem de estar atenta para o desenvolvimento de suas personalidades”. (BRASIL, 1988)

Já o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, CNDH MEC, 2006), parte da concepção de que a educação em direitos humanos se faz paralelamente à educação para a valorização da diversidade. Elaborado pelo Comitê Nacional de Educação e Direitos Humanos por meio de diversas estratégias, entre elas consulta à sociedade civil, o Plano define como uma de suas ações programáticas para a Educação Básica:

[...] fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos (as) trabalhadores (as) da educação para lidar criticamente com esses temas (BRASIL/CNDH/MEC, 2006, p. 24).

A escola e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos

¹⁸Caderno1- Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade; Caderno2 - Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas; Caderno 3 - Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola; Caderno 4 - Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos; Caderno 5 - Proteger para Educar: a escola articulada com as redes de proteção de crianças e adolescentes. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad-educacao-continuada>

comportamentos relativos a diferenças. Nesse sentido, na agenda política em geral e na educacional em particular, a inclusão de tais temáticas, a partir desse ponto de vista, é algo ainda em fase inicial de construção. Com frequência, seus diversos componentes não têm sido abordados simultaneamente, nem de maneira uniforme e tampouco com a mesma ênfase. Apesar de tais assuntos haverem enfrentado mais resistências no passado, ainda hoje é variado o grau de sua recepção nos movimentos sociais, no mundo acadêmico, entre formuladores/as de políticas públicas e no campo escolar.

A seguir apresentamos resumidamente três aspectos temáticos onde podemos observar mais de perto essas transformações, principalmente no campo educacional. São eles: Política para educação das relações étnico-raciais; Políticas de inclusão e acessibilidade para portadores de deficiência e Gênero e diversidade sexual na escola.

2.2.1 - Política para a educação das relações étnico-raciais

“A regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigalam. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real.”
Rui Barbosa

No contexto educacional brasileiro destacam-se recentes modificações nas diretrizes curriculares para combater a discriminação étnico-racial nas escolas. Entre elas as introduzidas com a aprovação da Lei Federal nº 10.639/03, que alterou a Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - e incluiu no

currículo oficial dos estabelecimentos de ensino das redes públicas e privadas do País a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Em 2008 a Lei nº. 11.645/08 altera a Lei nº 10.639 e estabelece que o ensino da História do Brasil leve em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena e africana. Com a aprovação destas leis as questões da Diversidade passam a ser elementos fundamentais na formação dos educadores e de outros agentes educacionais.

No entanto, a Lei 10.639/03 efetivou-se no bojo do debate da implantação das políticas de ações afirmativas para a população negra que, embora reivindicadas pelo movimento social negro, fazem parte do discurso estratégico dos organismos internacionais¹⁹ que defendem a instituição de políticas sociais focalizadas para os mais pobres, entre os quais, os negros. Assim, de acordo com Rocha (2006), o debate já iniciado pela sociedade civil brasileira, a intervenção do movimento social negro e uma conjuntura econômica internacional favorável à instituição de políticas compensatórias contribuíram para a construção de políticas afirmativas para a população negra, incluindo-se aí a Lei 10.639/03.

O Estado brasileiro, ao estabelecer estas leis, contemplou uma das solicitações presentes no Programa de Ação da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (2001)²⁰ no que diz respeito à necessidade de os Estados promoverem a plena e

¹⁹ Dentre os organismos internacionais que dão ênfase à instituição de políticas focalizadas ou compensatórias podemos destacar o Banco Mundial, a ONU e a UNESCO, guardadas as contradições e diferenças de interesses desses organismos

²⁰ Plano de Ação de Durban, instar aos Estados a facilitarem a participação de pessoas de descendência africana em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade, no avanço e no desenvolvimento econômico de seus países e a promoverem maior conhecimento e maior respeito pela sua herança e cultura; a reforçarem medidas e políticas públicas em favor das mulheres e jovens de origem africana, dado que o racismo os afeta de forma mais profunda, colocando-os em condição de maior marginalidade e em situação de desvantagem; a assegurarem o

exata inclusão da história e da contribuição dos africanos e afrodescendentes no currículo educacional.

Sabemos que o documento final da Conferência não materializa, por si só, mudanças concretas, conceituais e de atitudes na perspectiva de uma educação anti-racista e de implementação de políticas de ação afirmativa, mas é um instrumento legal assumido pelos estados signatários, entre eles, o estado brasileiro, e que deve servir como parâmetro para a implementação dessas políticas.

Outro passo essencial para a regulamentação das referidas leis foi a elaboração das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, conforme o Parecer do Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno, CNE/CP nº 003/2004²¹, e a Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 (BRASIL/CNE/CP 2004).

Essas diretrizes, entre outras orientações, dispõem que cabe aos administradores dos sistemas de ensino e das mantenedoras proverem as escolas, seus professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos, além de acompanhar os trabalhos desenvolvidos, a fim de evitar que questões tão complexas, muito pouco tratadas, tanto na formação inicial como continuada de professores, sejam abordadas de maneira resumida, incompleta ou com erros. Diante da enorme demanda surgida com a Lei 10.639/03, o MEC tomou iniciativas significativas. Como exemplo, podemos destacar:

acesso à educação e a promoverem o acesso a novas tecnologias que ofereçam aos africanos e afrodescendentes, em particular, a mulheres e crianças, recursos adequados à educação, ao desenvolvimento tecnológico e ao ensino à distância em comunidades locais. Texto disponível no site: www.afirma.inf.br, acessado em 30 de abril de 2010.

²¹ A lei o Parecer e a Resolução podem ser acessados pela Central de Informações do MEC: www.mec.gov.br/secad/diversidade/ci bem como no site do CNE: www.cne.gov.br.

- Constituição de um Grupo de Trabalho para propor a regulamentação da Lei nº 10.639/03 (Portaria SEMTEC/MEC²² nº 8, de 17 de abril de 2003);

- Criação de uma Comissão Assessora de Diversidade para Assuntos Relacionados aos Afrodescendentes (Portaria Ministerial nº 1.942), que posteriormente foi ampliada e passou a ser uma Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afrobrasileiros – CADARA (conforme Portaria n.º 4.542 de 28 de dezembro de 2005).

- Em 1999, em razão da demanda por livros e publicações sobre a temática étnico-racial - tanto por parte do movimento negro como por parte de alguns educadores - foi publicado o livro “Superando o racismo na escola”, organizado pelo especialista e pesquisador Kabengele Munanga, que foi reeditado em 2005;

- Criação do Programa Diversidade na Universidade com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros;

- Em março de 2004, com as reformas ministeriais ocorridas no primeiro semestre daquele ano, o MEC passou por uma reestruturação, que implicou na criação de duas Secretarias, a de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e a de Educação Tecnológica (SETEC). As modalidades de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio passaram a ser atribuições da Secretaria de Educação Básica (SEB), a qual passou a integrar a Secretaria de Educação Média, antiga SEMTEC;

²² Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec) do Ministério da Educação.

- Constituição de uma Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional (CGDIE);

Apresentam-se a seguir, de forma resumida, algumas ações desenvolvidas, pelo MEC com parcerias externas, que foram acompanhadas pela Subcoordenação de Políticas Educacionais²³ e divulgadas em diversos eventos²⁴ que fazem o debate da educação para as relações étnico-raciais:

- Inserção de aspectos relacionados às Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, as temáticas étnicas e de gênero no Edital de Seleção do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) da Secretaria de Educação Básica (SEB) para os anos de 2006 e 2007.

- Uma política de diversidade étnico-racial para a elaboração e distribuição de livros e materiais didáticos na educação básica com novas contribuições na medida em que for elaborada a partir dos valores civilizatórios afrobrasileiros, subsidiando o trabalho dos educadores.

- Articulação para a realização de programas de vídeos, tratando da temática étnico-racial, nas séries da “TV Escola”, o Programa “Salto para o Futuro”²⁵ da Secretaria de Educação à Distância: Série Brasil Alfabetizado em Movimento

²³ Tem como missão o fortalecimento institucional da temática étnico-racial, interna e externamente ao Ministério da Educação.

²⁴ Fórum Municipal de Educação e Diversidade Étnico-racial de Curitiba, promovido pela Prefeitura da capital paranaense; I e II Seminário de Educação para as Relações Étnico-raciais, ocorridos em 2008 e 2009 em Florianópolis, promovidos pelo NEAB/UDESC.

²⁵ Os programas são transmitidos pela TV Escola, seus textos norteadores podem ser acessados no Boletim do Programa “Salto para o Futuro” no site: www.tvebrasil.com.br/salto. É possível também solicitar cópias dos vídeos à Coordenação do Programa Salto para o Futuro.

(2004)²⁶;

- Parceria entre a Secretaria de Ensino Superior (SESU) e a SECAD para criar um convênio com os Núcleos de Estudos Afrobrasileiros (NEABs) das Instituições de Ensino Superior, para o provimento de recursos para a Capacitação de Profissionais de Educação, bem como a elaboração de material didático-pedagógico sobre a temática étnico-racial, que resultou no Programa de Ações Afirmativas para a População Negra em Instituições de Ensino Superior, denominado UNIAFRO;

- Subsídio para a inclusão de questões acerca das relações étnico-raciais, de gênero e orientação afetivo-sexual no questionário socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas “Anísio Teixeira” (INEP), bem como sugestões para inclusão da temática étnico-racial em itens das provas.

- Parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) na elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com ações para a implementação no MEC de políticas públicas para afrobrasileiros e indígenas, com foco nas relações de gênero;

- Organização de publicação e disseminação de uma cartilha sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e

²⁶ Série Repertório afrobrasileiro: entre o clichê e a pesquisa em sala de aula (2004). - Série Valores Afrobrasileiros na Educação (2005), _ Programa Contos e Re-encantos: vozes africanas e afrobrasileiras, veiculado na Série Contos e Re-contos: literatura e recreação (2005), _ Série Currículo, Relações Raciais e Cultura Afrobrasileira, que teve como intuito oferecer aos/as educadores/as possibilidades de trabalho com práticas pedagógicas sobre relações raciais mais próximas da realidade da comunidade escolar;

para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana em parceria com a SEPPIR e o INEP;

- Parceria na realização do 2º e 3º Prêmio Nacional “Educar para a Igualdade Racial: experiências de Promoção da Igualdade Racial/Étnica no Ambiente Escolar” do CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades);

- Constituição de Grupo de Trabalho com a SEPPIR para realizar um levantamento das ações desenvolvidas pelo MEC para a promoção da igualdade racial;

- Parceria na realização do II Encontro Nacional – Negros, Negras e Educação “Educar o Brasil com Raça: Construindo a Pedagogia Multirracial e Popular” do Núcleo de Estudos Negros (NEN), de Florianópolis/SC;

- Apoio na realização do III e IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as, propiciando um intercâmbio entre pesquisadores/as negros/as ligados/as a diversas instituições de ensino e pesquisa no país;

- Cooperação para a implementação do Portal Unidade na Universidade²⁷, onde são disponibilizados materiais práticos e teóricos que auxiliam os profissionais da educação – professoras(es), coordenadoras(es), diretoras(es), funcionárias(os) de Secretarias de Educação, entre outros – a valorizarem as diferenças de gênero e de raça como aspectos enriquecedores da humanidade;

- Apoio à elaboração de Kits educativos do Projeto “A Cor da Cultura”, o qual tem como objetivo incentivar a valorização da cultura afro-brasileira, resultado de

²⁷ <http://www.unidadenadiversidade.org.br>

uma parceria com o Canal Futura, a Petrobrás, o CIDAN – Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, a TV Globo, MEC e a SEPPIR;

- Desenvolvimento de uma Central de Informações que disponibiliza, dentre outras informações, uma série de publicações sobre relações raciais e educação, organizadas pela CGDIE para a Coleção Educação para Todos²⁸.

Para contribuir com a efetividade das Leis 10639/03 e 11645/08, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), juntamente com o MEC, cria o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), com a tarefa de “Elaboração do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares da Educação das Relações Étnico-raciais”.

O Grupo de Trabalho, além de elaborar um documento-referência, buscou ampliar a participação e debate social nos estados sobre a temática e preparou uma rodada de atividades denominadas “Diálogos Regionais”²⁹. Esses eventos ocorreram no ano de 2008, em seis unidades da federação (UF).

Entre as ações elencadas neste documento, destacamos as seguintes:

1) Política de formação inicial e continuada para profissionais de educação e gestores - O estudo da diversidade cultural étnico-racial deve estar presente na formação de **todos aqueles que atuam na comunidade escolar**, habilitando-os a compreendê-la do ponto de vista da educação das relações étnico-raciais como parte das condições concretas de vida dos (as) alunos (as), superando a tendência de hierarquização entre os grupos humanos. **2) Política de material didático e paradidático** - O Programa Nacional do Livro Didático pode se constituir em uma das principais ferramentas da

²⁸ - Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03;

- Superando o Racismo na Escola -

- História da Educação do Negro e outras histórias Educação como exercício de diversidade

- Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Orientações e Ações para a Educação das Relações étnico-raciais. Todos disponíveis em: www.mec.gov.br/secad/diversidade/ci.

²⁹ Espaços para o debate da implementação das diretrizes curriculares da educação das relações étnico-raciais nas regiões.

democratização do acesso ao conjunto de saberes e conhecimentos que estão na base tanto do processo de desenvolvimento do país quanto de seus entraves, assim uma política de material didático deve necessariamente refletir a diversidade regional daqueles saberes e conhecimentos. 3) Avaliar a utilização do material pelos professores de todos os níveis de ensino. (BRASIL, 2008 p. 5), grifos nossos

O documento final foi concluído em julho de 2008, definindo que as ações devem ser aplicadas em todo Brasil. Porém, para a concretização das ações apontadas no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares da Educação das Relações Étnico-Raciais, será necessário um trabalho longo de formação e conscientização da população e, principalmente, das comunidades escolares.

2.2.2 - Políticas educacionais de acessibilidade a deficientes

*Passa uma borboleta por diante de mim
E pela primeira vez no universo eu reparo
Que as borboletas não têm cor nem movimento [...]
A cor é que tem cor nas asas da borboleta,
No movimento da borboleta é que o movimento se move.
Fernando Pessoa*

O mundo, segundo a ONU, abriga cerca de 500 milhões de pessoas com deficiência. (ONU, 2006) Os dados do Censo de 2000 informam que 24,5 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência.

Segundo Néri et al, (2003), os chamados portadores de deficiência possuem limitações físicas sensoriais ou mentais que muitas vezes não os incapacitam, ou provocam desvantagens para determinada atividade, mas geram inferioridades individuais e coletivas. Essas deficiências sociais se apresentam como

desvantagens cruciais, uma vez que estereótipos e discriminações impedem que a pessoa com deficiência tenha vida normal em sociedade. Para o autor uma das principais fontes de preconceito é a desinformação existente acerca das dificuldades, anseios e potencialidades deste grupo da população.

O movimento mundial pela educação inclusiva “é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação”. (BRASIL/MEC/SEESP, 2007) Este movimento vai de encontro à tradicional forma de organização da educação especial, pelo atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum levando à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais.

Constituindo-se em um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, a “educação inclusiva”, que busca conjugar igualdade e diferença como valores indissociáveis, avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

O desenvolvimento na educação dos deficientes ocorreu em consonância com a transformação do pensamento educacional que perpassou o desenvolvimento da própria sociedade ao longo do tempo. Nesse sentido, as leis tanto refletem o pensamento que predomina em determinado momento histórico, quanto influenciam na superação de um modo de pensar tido como ultrapassado, frente a uma nova configuração social. Assim, apresentamos alguns “marcos institucionais” que foram tomados como fonte primária, pois possibilitam a compreensão da realidade e seu contexto de elaboração mediante conceitos, concepções e princípios que determinam as orientações e diretrizes que eles contêm. Elencamos, a seguir,

alguns documentos que estabelecem e orientam as políticas de educação inclusiva no âmbito nacional brasileiro, todos encontrados no site do Ministério da Educação:

- Constituição Federal do Brasil (1988) - traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208);

- Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (1990) – A Lei nº 8.069/90, no seu artigo 55, reforça os dispositivos legais ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”;

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB (1996) - A Lei nº 9.394/96, no seu artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais

apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37);

- **Plano Nacional de Educação (PNE - 2001)** - A Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado;

- **Decreto 3.956/2001** – promulga a Convenção da Guatemala; afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

- **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001)** - Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para

uma educação de qualidade para todos”. (MEC/SEESP, 2001);

- Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (2007) - Define estratégias para assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades (superdotação), orientando os sistemas de ensino para garantirem tal direito. “O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”. (BRASIL/MEC/SEESP, 2007 p. 10).

No caso dos portadores de deficiência, apesar de uma longa lista de leis e decretos que buscam garantir seus direitos³⁰, a efetivação das mesmas na prática não tem sido tão simples. Porém, esse grupo de pessoas com deficiência é pioneiro em algumas conquistas sociais. Por exemplo, enquanto a sociedade brasileira avança com muitos questionamentos para a implementação de cotas para afrodescendentes em algumas instituições de ensino, já existem leis de cotas em

³⁰ **Lei 10.048/00** Dá prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo; **Lei 10.098/00** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; **Lei 7.853/89** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências; **Lei 8.112/90** (artigo 5º) Assegura às pessoas portadoras de deficiência o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso; **Lei 7.752/89** Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto sobre a renda e outros tributos, concedidos ao desporto amador - (desenvolvimento de programas desportivos para o deficiente físico); **Lei 8.160/91** Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva; **Lei 9.249/91** Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas; **Lei 10.845/04** Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência; **Lei 11.126/05** Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. <http://www.soleis.com.br/deficiencia.htm>.

operação para pessoas com deficiência há muitos anos. Bem como outras garantias como salário mínimo mensal às pessoas de baixa renda com deficiência.

Inclusão, portanto, é um movimento que se iniciou em torno da busca pela educação de qualidade para todos. Em paralelo, a legislação brasileira, gradativamente estabelece normas, regulamentos e definições, numa perspectiva inclusiva.

No campo escolar, de acordo com a redação da LDB 9394/1996 e do Decreto Lei nº 3.298/99, a criança portadora de necessidades educacionais especiais deverá ser matriculada em escola comum, convivendo com quem não tem deficiência e, caso seja necessário, tem o direito de ser atendida no contra-turno em uma dessas classes ou instituições, cujo papel é buscar recursos, terapias e materiais para ajudar o estudante a ir bem à escola comum onde garantiria a diversidade de cultura e desenvolvimento humano. Esse acompanhamento – a Educação Especial – nada mais é que um complemento do ensino regular. (ALVES, et al. [200?])

O Brasil assinou, em 2001, a “Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência”, celebrada na Guatemala e posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001, e promulgado pelo Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, da Presidência da República. Neste documento foi afirmado que

É indispensável que os estabelecimentos de ensino eliminem suas barreiras arquitetônicas e adotem métodos e práticas de ensino adequados às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade, além de recursos de ensino e equipamentos especializados, que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com e sem deficiências, mas sem discriminações” [...] “os

critérios de avaliação e de promoção, com base no aproveitamento escolar, previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 24), não podem ser organizados de forma a descumprir os princípios constitucionais da igualdade de direito ao acesso e permanência na escola, bem como do acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. Para tanto, o acesso a todas as séries do ensino fundamental (obrigatório) deve ser incondicionalmente garantido a todos (BRASIL, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2004, p. 32.) grifo nosso

Muito recentemente, os portadores de deficiência estão tendo acesso às escolas regulares de ensino. Porém, quando o conseguem de fato, se deparam com a necessidade de mudanças significativas na estrutura, acervo e no funcionamento das escolas, bem como na formação humana dos educadores e mediadores educacionais.

A política da educação especial adotada pelo Ministério da Educação estabelece que a educação inclusiva seja prioridade. A política trouxe consigo mudanças, que permitiram a oferta de vagas na educação básica valorizando as diferenças e atendendo às necessidades educacionais de cada aluno, fundamentando a educação especial na perspectiva da integração.

Pode-se constatar isso pelos dados preliminares apresentados pelo Censo Escolar de 2010. Tal censo apresenta como dados positivos o aumento de 10% no número de matrículas na modalidade de ensino educação especial, em relação a 2007. Em 2009 registrou-se 639.718 matrículas, e, em 2010, 702.603.

Quanto ao número de alunos incluídos em classes comuns do ensino regular o aumento foi de 25%. Nas classes especiais e nas escolas exclusivas houve diminuição de 14% no número de alunos. Segundo relatório do INEP,

Os importantes avanços alcançados pela atual política são refletidos em números: 62,7% do total de matrículas da educação especial em 2007 estavam nas escolas públicas e 37,3% nas escolas privadas. Em 2010, estes números alcançaram 75,8% nas públicas e 24,2% nas escolas privadas, mostrando claramente a efetivação da educação inclusiva e no empenho das redes de ensino em enviaar esforços para organizar uma política pública universal e acessível às pessoas com deficiência (Brasil, MEC, INEP, 2010, p. 12)

Enfim, o objetivo da inclusão, com base nas políticas públicas existentes, é fazer com que nenhuma criança seja separada das outras por apresentar alguma diferença ou necessidade especial. Do ponto de vista pedagógico, a integração assume a vantagem de existir interação entre as crianças, procurando um desenvolvimento conjunto, com igualdade de oportunidades para todos. Entretanto, jamais se pode esquecer que isso só se dará quando houver pleno respeito à diversidade humana.

2.2.3 - Políticas de gênero e diversidade sexual na escola

*Liberdade, essa palavra que o sonho humano alimenta que não
há ninguém que explique e ninguém que não entenda!*
Cecília Meireles

As preocupações em torno das sexualidades³¹, das diversidades sexuais³² e das identidades e expressões de gênero³³ também não são tão novas no espaço

³¹ Consideramos nesse trabalho sexualidade como um conjunto de descobertas, crenças, práticas, escolhas, fantasias e experiências relacionadas ao ato sexual, construídas ao longo da vida das pessoas. Tal conceito consta do Caderno de Orientação Sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>. Acesso em 26 de dezembro de 2010.

³² Diversidade Sexual, termo usado para designar as várias formas de expressão da sexualidade humana.

³³ Gênero deve ser visto como elemento constitutivo das relações sociais baseadas em diferenças

escolar. Porém, há poucos estudos educacionais acerca dessas temáticas. Isso segundo Diniz (2008) ocorre provavelmente por conta da “predominância de proposições essencialistas e excludentes nos conceitos utilizados para pensar identidades sexuais e de gênero”.

No Brasil, só a partir da segunda metade dos anos de 1980, elas começaram a ser discutidas mais abertamente em diversos espaços sociais – entre eles, a escola e a universidade, sobretudo nos programas de pós-graduação, a partir dos quais se constituíram núcleos de estudos e pesquisas sobre Gênero e a área de Estudos Gays e Lésbicos³⁴.

Essas pesquisas que circulam nos meios escolares indicam a preocupação frente às inúmeras agressões homofóbicas, desde piadas até a agressão física, passando também pela rejeição, ridicularização e constrangimento. No artigo “O inferno são os outros” (CASTILHO; CASTRO, 2004), publicado na Revista Educação, os autores registram que “na escola, os homossexuais são alvo de agressões e piadinhas homofóbicas, por vezes, ignoradas pelos professores”. Divulgado em 2004, “Juventude e Sexualidades” é outro estudo realizado na investigação do espaço escolar e abrangendo distintas dimensões da vida sexual dos jovens, tais como: iniciação, relações afetivo-sexuais como o “ficar” e o namorar, tipos de violência como assédio, estupro, entre outros. Novamente são enfatizados

percebidas entre os sexos, e sendo um modo básico de significar relações de poder (SCOTT, 1990).

³⁴ Em **educação** existem apenas 5 grupos de pesquisa que estudam esta temática, são eles Diversidade em Educação – **UFSCAR**; Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero e Diversidade Sexual – **UNIFESP**; Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Sexualidades – **UNESP**; Núcleo de Diversidade Sexual na Educação – **UNESP**; Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre e Diversidade Sexual – UEM. Em Ciência da Informação não consta a existência de nenhum grupo de pesquisa sobre esta temática.

os casos que confirmam a prática de homofobia, na postura de discriminação violenta aos homossexuais.

Resgatam-se, a seguir, algumas das ações realizadas no âmbito educacional sobre educação sexual e de gênero nas escolas brasileiras, encontradas a partir da bibliografia da área. Verifica-se que já em 1920 houve uma primeira tentativa da feminista Berta Lutz de implementar ensino oficial de educação sexual. (KAMEL, 2008). Em 1971 foi aprovada a Lei nº 5.692, que tratou das ações de educação sexual como de responsabilidade dos orientadores educacionais ou dos professores da área de ciências ou programas de saúde.

Na década de 1980, no Brasil, diversas experiências de inserção da temática diversidade sexual nas escolas e capacitação de professores foram realizadas e serviram de referência para outros projetos na área. Entre eles o “Projeto de Educação Sexual para Comunidade Escolar”, realizado em Pernambuco. Também houve a experiência da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo de incluir um programa optativo de educação sexual para alunos, funcionando antes ou depois da aula, sendo ampliado em outros estabelecimentos de ensino do município. No mesmo ano, surgiu a proposta do Ministério da Saúde e da Universidade Estadual de Campinas de incluir no currículo regular um Programa de Educação Sexual para crianças e adolescentes de 4 a 19 anos.

Na década de 1990 houve programas de educação sexual nas escolas municipais de Porto Alegre e a criação de um programa intitulado “Salto para o Futuro”, da TV Escola, canal educativo do Ministério da Educação que tinha como proposta promover programas de educação à distância. Este programa em 1995 foi incorporado à grade da programação diária da TV Escola.

O Ministério da Educação, em 1996, incluiu a sexualidade como tema transversal³⁵ nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (BRASIL/MEC/SEF, 1998). No entanto, o discurso institucional, que poderia ensejar o alargamento e o aprofundamento do debate em termos críticos e inovadores, ainda gravitava em torno de preocupações de combate à Aids e DSTs. Acerca disso observa Guacira Lopes Louro: [...] “as condições que possibilitaram a ampliação da discussão sobre a sexualidade também tiveram o efeito de aproximá-la das idéias de risco e ameaça, colocando em segundo plano sua associação ao prazer e à vida” (LOURO, 2004, p. 36).

Em 2001 e 2002 foram lançados, respectivamente, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/01) e o Programa Nacional de Direitos Humanos II, que visa fortalecer os artigos da Constituição Brasileira referentes ao direito à livre orientação sexual e à proibição da discriminação por orientação sexual. Neste mesmo ano aconteceu o lançamento da campanha “Travesti e respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos”. Em 2003, surgiram o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), uma ação conjunta entre os Ministérios da Educação e da Saúde com o apoio da UNESCO e do UNICEF, e o lançamento da campanha “Na escola toda discriminação deve ser reprovada”.

Em 2004 o Governo Federal lançou o programa “Brasil sem Homofobia”, que teve em sua agenda ações ligadas à área de educação, como a criação da

³⁵ Segundo o documento de Apresentação dos Temas Transversais (TTs), estes são considerados “questões sociais relevantes”, ou ainda “problemáticas sociais atuais e urgentes, de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal” (BRASIL/MEC, 1997, p. 64). Segundo tais critérios foram selecionados os temas: 1.Ética; 2.Meio Ambiente; 3.Saúde; 4.Pluralidade Cultural; 5.Orientação Sexual. Neste sentido foram lançados os chamados “Cadernos SECAD”, documentos de orientação educacional de como tratar tais assuntos nas escolas.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC).

Também foi lançado o Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

Guacira Lopes Louro observa que, no espaço da educação,

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na seqüência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO, 2004, p. 27).

Atualmente são diversos os fatores que demandam da sociedade brasileira a constituição de uma agenda social, política e educacional que, além de não mais negligenciar questões relativas a gênero, identidade de gênero e orientação sexual, ao mesmo tempo, as situe entre suas prioridades e as contemple a partir das perspectivas da inclusão social e da cultura dos direitos humanos. São eles, por exemplo: as profundas transformações sociais, culturais, políticas por que vem passando o mundo; a realização de estudos e pesquisas que fornecem quadros nítidos acerca da desigualdade nas relações de gênero e das situações vividas por homossexuais e transgêneros; a crescente percepção de que gênero e sexualidade se entrelaçam e envolvem praticamente todos os campos da vida; o aprofundamento da compreensão do papel da sexualidade na construção do conhecimento; a ampliação, o fortalecimento e a crescente visibilidade dos movimentos feminista, de mulheres e de GLBT.

Ao se falar em gênero, não se fala apenas de *macho* ou *fêmea*, mas de *masculino* e *feminino*, em diversas e dinâmicas *masculinidades* e *feminilidades*. Gênero, portanto, remete a construções sociais, históricas, culturais e políticas que dizem respeito a disputas materiais e simbólicas que envolvem processos de configuração de identidades, definições de papéis e funções sociais, construções e desconstruções de representações e imagens, diferentes distribuições de recursos e de poder e estabelecimento e alteração

de hierarquias entre os que são socialmente definidos como *homens e mulheres* e o que é – e o que não é – considerado *de homem* ou *de mulher*, nas diferentes sociedades e ao longo do tempo. (MEC/SECAD, 2007, p. 32)

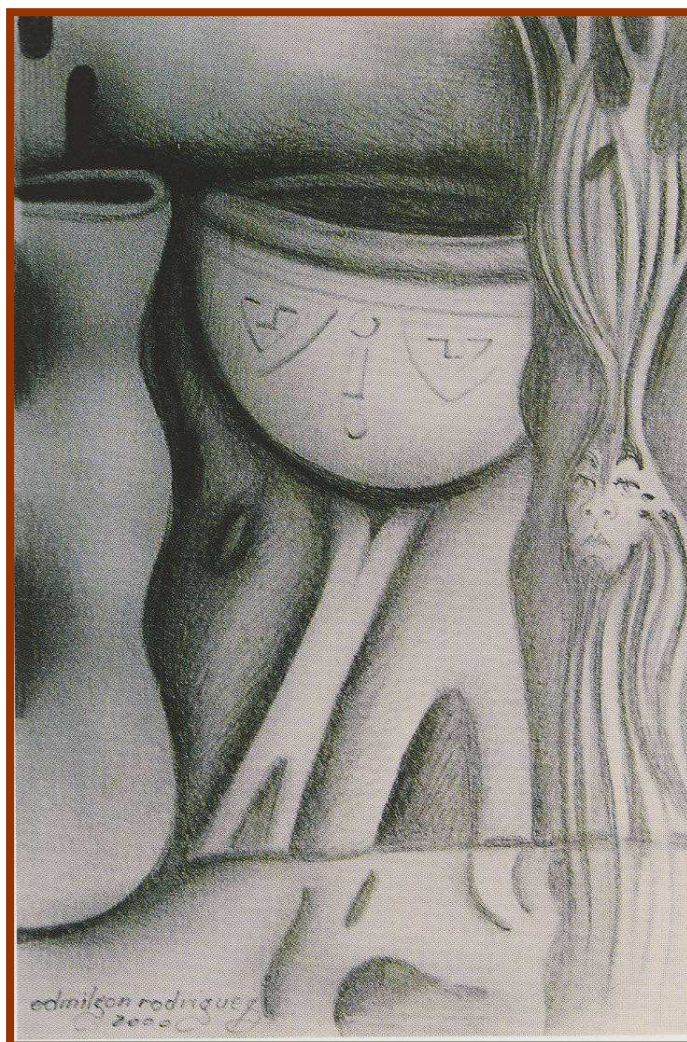
Neste sentido é necessário considerar a experiência escolar como fundamental para que tais conceitos se articulem, ao longo de processos em que noções de corpo, gênero e sexualidade, entre outras, são socialmente construídas e introjetadas. Uma experiência que apresenta repercussões na formação identitária de cada indivíduo pode incidir em todas as suas esferas de atuação social e é indispensável para proporcionar instrumentos para o reconhecimento do outro e a emancipação de ambos.

A pesquisa “Perfil dos Professores Brasileiros”, realizada pela UNESCO entre abril e maio de 2002, em todas as unidades da federação brasileira, na qual foram entrevistados 5 mil professores da rede pública e privada, revelou, entre outras coisas, que para 59,7% deles é inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais e que 21,2% deles tampouco gostariam de ter vizinhos homossexuais. (UNESCO, 2004: 144-146)

Outra pesquisa, realizada pelo mesmo organismo em 13 capitais brasileiras e no Distrito Federal, forneceu certo aprofundamento na compreensão do alcance da homofobia no espaço escolar dos níveis fundamental e médio. Constatou-se, por exemplo, que: o percentual de professores (as) que declara não saber como abordar os temas relativos à homossexualidade em sala de aula vai de 30,5% em Belém a 47,9% em Vitória; o percentual dos que percebem a homossexualidade como doença: 7,0% em Florianópolis, 17,1% em Goiânia, 20,5% em Manaus, 22% em Fortaleza; entre os estudantes do sexo masculino, não gostariam de ter colegas de classe homossexuais 33,5% dos de Belém, 39,6% do Rio de Janeiro, 40,9% de São

Paulo, 42% de Porto Alegre, 42,3% de Fortaleza, 44% de Maceió, 44,9% de Vitória; estudantes do sexo masculino, ao classificarem ações consideradas mais graves, colocaram “bater em homossexuais” em sexto lugar, em uma lista de seis exemplos de violência. (ABRAMOVAY, CASTRO e SILVA, 2004: 277-304)

3 - METODOLOGIA



*"De tudo ficaram três coisas:
a certeza de que estamos sempre a começar,
a certeza de que é preciso continuar,
e a certeza de que seremos interrompidos antes de terminar.*

*Portanto, devemos:
fazer da interrupção um caminho novo,
da queda, um passo de dança,
do medo, uma escada,
do sonho, uma ponte,
da procura, um encontro".*

Fernando Sabino

Para esta pesquisa nossa abordagem deu-se de forma qualitativa por entender que a mesma pode ser caracterizada como a “tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.” (RICHARDSON, 1999, p. 40)

Segundo seus objetivos, tal pesquisa é avaliativa e descritiva. Alvira Martín (1985), citado por Ohira; Davok (2007, p. 4), afirma que “[...] a pesquisa avaliativa pode ser considerada uma avaliação de programas, definindo-a como a reunião de informações sobre o funcionamento, os efeitos e conseqüências de um programa”.

Em relação aos procedimentos técnicos, tal pesquisa se classifica como bibliográfica, tendo em vista a elaboração da revisão de literatura e a definição do embasamento teórico, e como levantamento, tendo em vista a forma de interagir e interrogar, relacionada ao problema de pesquisa. Segundo Ohira; Davok (2007, p. 5), “Pesquisas que objetivam a análise de diferentes aspectos ou posições acerca de um problema, costumam ser bibliográficas, como pesquisas sobre ideologias”.

3.1 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

O universo da pesquisa constituiu-se dos bibliotecários escolares atuantes nas escolas públicas municipais de Florianópolis.

Foram pesquisados através da aplicação de um questionário 9 bibliotecários escolares. Também foram realizadas 2 entrevistas com bibliotecários escolares, além de entrevistas com profissionais da Prefeitura que desenvolvem atividades de

formação com a temática pesquisada, como o Coordenador do Programa Municipal de Diversidade Étnico- Racial na Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis e as Coordenadoras da Rede de Bibliotecas Escolares e Comunitárias do Município. Além disso, foram coletados dados a partir das ações disponíveis na internet da Gerência de Educação Inclusiva do Município de Florianópolis.

Para aprofundar a reflexão da formação relacionada às temáticas abordadas nessa pesquisa no âmbito da graduação em Biblioteconomia, foram realizadas duas entrevistas com professoras universitárias que pesquisam e atuam com a temática biblioteca escolar, a Prof^a Dr^a Bernadete Campelo³⁶ (da UFMG) e a Prof^a Dr^a. Magda Teixeira Chagas³⁷ (da UFSC). Perguntamos a elas sobre a pertinência de abordagens sobre multiculturalismo, diversidade étnico-racial, acessibilidade a portadores de deficiências e gênero e sexualidade para a formação desses profissionais e como estas temáticas poderiam ser melhor trabalhadas na graduação em Biblioteconomia. Também perguntamos se as duas professoras conheciam disciplinas que enfoquem esses temas atualmente na graduação de Biblioteconomia.

³⁶ **Bernadete Santos Campello** é doutora em Ciência da Informação e mestre em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professora da Escola de Ciência da Informação da mesma Universidade, onde coordena o Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar. Desenvolve e orienta pesquisas nas áreas de biblioteca escolar e letramento informacional, tendo vários artigos publicados. Coordenou o trabalho de tradução e adaptação do livro “Como Usar a Biblioteca na Escola: um programa de atividades para o ensino fundamental”, de Carol Kuhlthau. É uma das autoras das coletâneas “A Biblioteca Escolar: temas para uma prática pedagógica”, “Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais” e “Introdução às Fontes de Informação”. É autora de “Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola”.

³⁷ **Magda Teixeira Chagas** Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1980), mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (1987) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001). Atualmente, é professora adjunta da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua principalmente nas áreas de leitura, bibliotecas escolares e gestão de unidades de informação.

Para a realização da pesquisa, foi solicitada a devida autorização do órgão competente, nesse caso a Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis, através da Gerência de Formação Permanente.

3.2 COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Quanto aos instrumentos de coleta de dados, foram utilizados questionários aplicados aos bibliotecários com questões abertas que forneceram resultados quanto a sua formação, percepção e ações junto às temáticas Diversidade Cultural, Multiculturalismo, Gênero e Acessibilidade e Respeito às Diferenças.

Tal questionário é reproduzido no apêndice desta pesquisa e foi elaborado com o objetivo de obter informações mais completas e peculiares de cada pesquisado, proporcionando uma análise mais abrangente dos mesmos. Para preservar o anonimato dos profissionais pesquisados – que poderia ser quebrado com a identificação de suas respectivas escolas -, apenas enumeramos cada uma das escolas nos resultados apresentados nesta pesquisa.

Destaque-se que, previamente à aplicação do questionário geral, realizou-se a aplicação de um questionário-piloto e uma entrevista com uma bibliotecária da área escolar que não fez parte do universo pesquisado. Para a mesma, o questionário estava excelente, fácil de responder. Ela mesma também registrou que “o tema da pesquisa é bem interessante, atual e necessário”. Logo após, este mesmo questionário foi aplicado ao universo selecionado.

3.3 CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS ATORES CONSULTADOS

Atualmente o município de Florianópolis conta com 32 bibliotecários. Cinco destes profissionais atuam na Coordenação de Bibliotecas Escolares e Comunitárias e não diretamente nas escolas. No período da aplicação da pesquisa também observamos que este contingente já foi de 36 profissionais, mas quatro bibliotecários licenciaram-se, aposentaram-se ou se afastaram por terem sido aprovados em outros concursos.

Com o objetivo de maior sensibilização quanto à importância da pesquisa, bem como de obtenção de autorização para a mesma, procuramos a Coordenadoria de Bibliotecas Escolares e Comunitárias, na pessoa da senhora Liliana de Oliveira Granemann Rosa, que agendou uma reunião juntamente com a Gerência de Formação Permanente, órgão responsável pela autorização oficial da pesquisa pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. Esta reunião ocorreu no dia 11 fevereiro de 2010 e, como resultado após apresentarmos o projeto, obtivemos a autorização para iniciar a coleta de informações que se encontra em anexo.

Houve, também, alguns comprometimentos assumidos entre a pesquisadora e a Gerência de Formação Permanente. Um deles foi de disponibilização da dissertação ao final da pesquisa, na qual serão apresentados os resultados, suas respectivas análises e possíveis contribuições. Outro compromisso assumido foi, dentro das possibilidades, a disponibilização da pesquisadora em realizar atividades de formação com os profissionais bibliotecários da Rede Municipal de Florianópolis.

Num primeiro momento, o questionário, como primeiro instrumento de coleta, foi enviado à Coordenadoria, que o avaliou e o encaminhou para os bibliotecários através de endereço eletrônico no dia 15 de março 2010. O prazo estabelecido inicialmente para respostas foi de três semanas. Porém, nessa primeira abordagem houve poucas respostas. Nova abordagem foi realizada a partir de ligações telefônicas para as escolas com o objetivo de contatar os bibliotecários e sensibilizá-los para a pesquisa.

Como podemos observar na tabela abaixo, com o contato feito pela Coordenadoria e as ligações telefônicas obtivemos nove questionários respondidos, o que representa 33% do universo proposto inicialmente. Após esta etapa, foram realizadas duas entrevistas com bibliotecários para nova avaliação do questionário. Estes bibliotecários identificamos no decorrer dos resultados como bibliotecária A e bibliotecária B.

Total de bibliotecários na Rede Municipal de Florianópolis	32
Total de escolas com bibliotecário atualmente	27
Total de profissionais que responderam os questionários	9
Total da amostra da pesquisa.....	33%

Tabela 1 - Amostra dos questionários respondidos pelos bibliotecários

Com o intuito de aprofundar informações de formação continuada junto aos bibliotecários e cruzar os dados com os questionários aplicados, realizou-se entrevistas com outros atores. Estes ajudaram a resgatar a história e os trabalhos que vêm sendo realizados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis quanto às temáticas pesquisadas.

Dentre esses atores, destacam-se as entrevistas que ocorreram no dia 28 de maio de 2010, com o Sr. Vânio Cesar Seeman, que integra a Coordenação do

Programa de Diversidade Étnico-Racial e é membro da Comissão de Proposição de Ações Afirmativas, ambas da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Ressalta-se que o mesmo participou do processo de criação do programa e atua nele até os dias atuais. Para essa entrevista, utilizamos um roteiro semi-estruturado pedindo-lhe que abordasse a história do surgimento dessa Coordenação, as principais ações do programa e a relação dos bibliotecários escolares com o programa, tanto na parte de formação quanto no trabalho com a adequação dos acervos.

Outras entrevistas foram realizadas com pessoas ligadas à Rede de Bibliotecas Escolares e Comunitárias da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Uma delas foi com a Sr^a Fernanda Luckman, que foi Coordenadora desta Rede no período de 2005 a 2008 e que hoje atua como bibliotecária na Biblioteca Central da Rede. Também entrevistamos a Sr^a Liliana de Oliveira Granemann Rosa, atual Coordenadora desta Rede.

3.3.1 Formação continuada da Prefeitura Municipal de Florianópolis

Para abordar a formação continuada dos bibliotecários que atuam na Rede de Bibliotecas de Florianópolis, apresentamos inicialmente três órgãos que estão diretamente ligados ao contexto da pesquisa: a Rede de Bibliotecas Escolares e Comunitárias; o Programa Municipal de Diversidade Étnico-Racial na Educação; a Gerência de Educação Inclusiva. Na sequência apresentamos as respostas obtidas através dos instrumentos de pesquisa em relação à formação continuada junto aos profissionais.

Rede de Bibliotecas Escolares e Comunitárias de Florianópolis

Florianópolis se destaca nacionalmente por fazer parte de um seleto grupo de municípios que têm bibliotecários atuando em escolas. Essa condição faz parte de todo um processo e ainda tem muitos desafios. Resgatamos de forma resumida a trajetória da Rede de Bibliotecas Escolares e Comunitária de Florianópolis, baseando-nos em documentos disponibilizados e nas entrevistas realizadas com as coordenadoras atual e anterior desta Rede.

A implantação de uma Rede de Bibliotecas Escolares e Comunitárias de Florianópolis, atualmente composta de 36 bibliotecas escolares e uma Biblioteca Central está ligada à criação do Departamento de Bibliotecas Escolares e Comunitárias – DEBEC, órgão da Prefeitura Municipal de Florianópolis. O DEBEC tem como função planejar, avaliar e implementar ações de aperfeiçoamento nas bibliotecas das unidades escolares do município, como também gerenciar as mesmas junto ao Programa Nacional das Bibliotecas Escolares do MEC.

O DEBEC foi criado em 1984. O cenário da época nas escolas era marcado pela falta de local adequado para armazenamento dos livros, pelo acervo pobre qualitativa e quantitativamente, pela falta de controle e manutenção dos acervos existentes. Mas o principal aspecto que marca esse momento é que predominava a atuação de profissionais não capacitados para trabalhar nas bibliotecas. Nesse período a Prefeitura mantinha 28 unidades escolares e criou um Sistema Integrado de Bibliotecas Públicas e Escolares.

A preocupação de não só implementar bibliotecas, mas também ter profissionais capacitados para gerenciá-las, foi expressada pela abertura de

concursos públicos de 1992 a 2004³⁸, sendo abertas mais de 30 vagas para bibliotecários no município.

Mas foi em 1995 que se oficializou a criação de vagas no Quadro do Pessoal Civil para o cargo de bibliotecário. Segundo Salles (2004, p. 33)

A criação deste cargo pela Prefeitura Municipal³⁹ resultou da mobilização da categoria bibliotecária atuante em Florianópolis. As negociações tinham por objetivo a ampliação de mercado que pudesse alocar profissionais qualificados em um dos setores carentes de serviços especializados, ou seja, as bibliotecas escolares.

A descrição oficial do cargo atribui ao bibliotecário as atividades de “organizar, dirigir e executar trabalhos técnicos relativos às atividades de Biblioteconomia desenvolvendo sistema de catalogação, classificação, referência e conservação do acervo, para armazenar e recuperar informações.” (FLORIANÓPOLIS, apud Salles 2004, p. 34). Segundo a autora, este mesmo documento elenca entre suas atividades a execução de serviços de registro, catalogação e classificação de livros, folhetos, periódicos e outros materiais, indexação de periódicos, organização de fichários, catálogos e índices, estatísticas de movimento da biblioteca, controle de empréstimo de livros, coordenar cursos para dinamizadores e professores, promover concursos literários na área da educação, contribuir com as atividades educativas, elaborar projetos para criação de bibliotecas e implementar métodos de disseminação de informação.

A Rede de Bibliotecários Escolares é coordenada pela Divisão de Mídias e

³⁸ 1992 – 4 vagas; 1998 – 17 vagas; 2004- 15 vagas.

³⁹ Os textos legais que dispõem sobre a criação do cargo de bibliotecário pela Secretaria Municipal de Educação são limitados. O que se sabe é que tal ato foi agregado à Lei nº 2897/88 que dispõe sobre o Plano de Cargos e Empregos, de Vencimentos e Salário, do Quadro Único do Pessoal Civil da Administração Direta do município e dá outras providências. O bibliotecário é enquadrado no Grupo Ocupacional III – Nível Superior desta Lei.

Conhecimento – DMC – da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis. Segundo Fernanda Lukman, uma das preocupações da Rede sempre foi a formação e constante debate entre os profissionais. Os mesmos se reúnem periodicamente com a finalidade de melhorar os serviços oferecidos à comunidade escolar através da troca de experiências e de programas de qualificação. É um grupo que tem como objetivo discutir e possibilitar melhorias no acesso à produção do conhecimento pelos alunos da Rede. A seguir, algumas ilustrações da Biblioteca Central da Rede de Bibliotecas Escolares, apresentadas no 13º PROLER⁴⁰, cedidas pela Coordenadora do Programa.



Ilustração 3: foto da Biblioteca Central da Rede de Bibliotecas Escolares de Florianópolis



Ilustração 4: foto da Biblioteca Central da Rede de Bibliotecas Escolares de Florianópolis

Fernanda destaca que, no ano de 2008, foi realizada uma atividade que abordava a implantação da Lei 10.639/03. Essa atividade se destacou por incentivar a pesquisa pelos bibliotecários no que se refere às temáticas africana e indígena. Há relatos, segundo ela, de profissionais que reproduziram essa atividade nas escolas

⁴⁰ Evento realizado em Blumenau/SC nos dias 11 a 24 de maio de 2010. O Programa de Incentivo à Leitura foi criado em 1992 pelo Governo Federal e está vinculado à Fundação Biblioteca Nacional. Em 2002 o Comitê Regional do PROLER foi instalado em Blumenau, que atualmente conta com representantes dos municípios de Blumenau, Brusque, Gaspar, Indaial e Timbó. O Comitê tem por objetivo desenvolver eventos de formação e promoção em leitura. <http://prolervale.libertar.org/>

de forma lúdica, resgatando através de contações de histórias as culturas africanas e indígenas.



Ilustração 5: Folder (Frente) de atividade de formação Rede de Bibliotecas

OBJETIVO GERAL: Promover a educação para diversidade étnico-cultural e disseminação de informações sobre as culturas africanas/afro-brasileiras através de atividades como contação de histórias com objetos e personagens africanos entre outros, despertando o interesse pela pesquisa da cultura Africana e Afro-brasileira. MINISTRANTES: Miriam Mattos Acadêmica do curso de Biblioteconomia 8ª fase da FAED/UDESC e pesquisadora do NEAB Virginia Boff Discente do Departamento de Pedagogia da FAED/UDESC PÚBLICO ALVO: Bibliotecários das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.	LOCAL: Centro de Educação Continuada Rua Ferreira Lima, 82 - Centro Florianópolis - SC Sala 04 DATA: 15 de setembro. HORÁRIO: 14h. VAGAS: 30 participantes. MATERIAIS NECESSÁRIOS: • Novelas de lã colorido nas cores vermelho, amarelo, laranja, azul, branco e verde. • Tesoura • CD com músicas Africanas (opcional) INSCRIÇÕES: A inscrição deverá ser feita na Coordenadoria de Bibliotecas Escolares e Comunitárias, através do telefone: (48) 2106-5913 ou 2106-5914 ou pelo email gisele.biblio@pmf.sc.gov.br, de 10 à 12 de setembro de
---	--

Ilustração 6: Folder (verso) de atividade de formação Rede de Bibliotecas

Atualmente a formação dos profissionais da Rede de Bibliotecas está ligada à informatização do acervo, que, segundo Liliana Rosa, é tida como prioridade, pois irá facilitar a recuperação da informação, bem como centralizar as atividades de catalogação e indexação na Rede. Uma das queixas dos profissionais bibliotecários que atuam nas bibliotecas escolares é que como executam suas tarefas praticamente sozinhos, têm dificuldade de implementar outras atividades como as culturais e até mesmo de pesquisa.

Programa Municipal de Diversidade Étnico-Racial na Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis

O Programa Municipal de Diversidade Étnico-Racial na Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis também se destaca por realizar atividades de formação nas escolas com temáticas relacionadas ao multiculturalismo. Assim, apresentamos, a seguir, um pouco da história da criação deste Programa, suas ações e desafios, baseados nas informações relatadas em entrevista com o Coordenador do Programa, Vânio Seeman, complementadas por documentos oficiais da Prefeitura.

Iniciado em 2006, o Programa Municipal de Diversidade Étnico-Racial na Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis é resultado de anos de mobilização do movimento negro da cidade. Vânio relata que por volta de 1994 e 1995 o NEN - Núcleo de Estudos Negros -, já produzia materiais e documentos com intenção de formar e fazer formação sobre a temática multiculturalismo. Segundo ele, experiências de Leis Municipais nesse período em Florianópolis, Itajaí e

Salvador, “se tornaram uma referência no campo das relações étnico-raciais”, e deram sustentação para a criação da Lei nº 10.639/03.

Na Prefeitura de Florianópolis, a partir da criação da Lei nº 10.639/03, houve novas parcerias com formadores do Movimento Negro e a Secretaria Municipal de Educação voltadas para funcionários, diretores de escola e diversas áreas técnicas. Vânio Seeman ressalta que durante muito tempo essas ações eram isoladas, abrangendo apenas o Núcleo de Educação Fundamental.

Com a mudança de gestão, de 2004 a 2005, algumas alterações no campo das Políticas Pedagógicas da Secretaria de Educação se alteram, principalmente o organograma e fluxograma. Os projetos são redivididos, surgindo algumas propostas de trabalho diferenciadas. Nesse período é que Vânio assume a Coordenação do Programa e convida a Sr^a Sonia Carvalho, que já tinha uma vivência no Movimento Negro e era funcionária da Prefeitura, atuando na Educação de Jovens e Adultos (EJA), para compor a equipe.

Ele cita um evento importante realizado em 2005, um Seminário Municipal onde se teve a participação de todas as escolas do Ensino Fundamental, Movimentos Negros e representações do Movimento Indígena, entre elas a FUNAI. Neste Seminário, foi debatida a Educação, o tema Relações Étnico-Raciais e a História e Cultura da África e Cultura Indígena nas Escolas e no Município. No evento foram organizados Grupos de Trabalho, sendo montado um planejamento estratégico do chamado ERER (Educação das Relações Étnico-Raciais) no Município.

Segundo Vânio, “esses grupos tinham uma tarefa de pensar como estava

essa questão na sua escola, ou se caso não estivesse, o que nós deveríamos fazer enquanto uma política de município”. Assim, foram listadas diversas ações que deveriam ser deflagradas a partir das discussões do movimento na Rede Municipal de Ensino para constituir o programa.

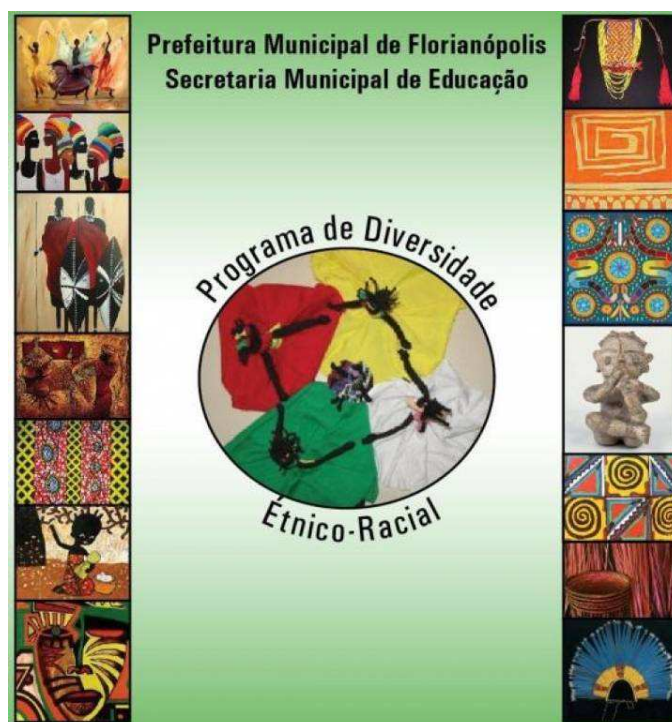


Ilustração 7: Cartaz Programa de Diversidade Étnico-Racial

Terminada essa fase, o programa foi levado à Secretaria de Educação. Com a chegada de uma nova chefia, com “outra visão sobre essas questões”, esse novo gestor⁴¹ “passa a dar peso e espaço para a gente ir atuando”. Mas isso ainda ocorria apenas no âmbito do Ensino Fundamental.

Conta Vânio que, de posse desse documento, ficou muito claro no

⁴¹ Pedro Rodrigues da Silva - **Diretor de Educação Fundamental**

levantamento da Rede que seria necessária uma ação integrada de outros órgãos municipais e não apenas do Departamento. “O dia 13 de maio é quando a gente apresenta o Programa para a Secretaria e para o gabinete do Secretário Municipal de Educação⁴² [...] sendo apresentado um conjunto de ações que se tinha pensado, e a necessidade de redefinir e resignificá-lo junto ao município [...]. Após alguns meses a Secretaria de Educação baixa uma portaria constituindo uma comissão propositiva de ações afirmativas que analisa outras experiências e apresenta ao colegiado que aprova, e este passa a ser um documento orientador para todos os Departamentos. Este documento não abrangeria mais apenas a Educação Fundamental, mas a totalidade no âmbito da Secretaria de Educação.

A partir do ano de 2006, foram realizadas atividades de formação com mais intensidade, inclusive com recursos federais. Vânio ressalta que teve a participação de alguns bibliotecários, mas que isso só ocorreu por interesse dos mesmos, pois na divisão de organograma da Prefeitura, a formação para bibliotecários é relacionada à Rede de Bibliotecas.

Vânio ressalta que “o MEC no projeto, não autoriza formação para bibliotecários, [...] não existe Política de Formação para Bibliotecários aos olhos do MEC, [...] então você nunca pode incluir Bibliotecário em nada que tenha formação do MEC”, afirma.

Em relação à preocupação da composição de um acervo com as temáticas afins, o Coordenador diz que houve uma discussão sobre o processo de formação nas áreas bibliográficas e inclusive a aquisição de bibliografias a partir do que era discutido lá.

⁴² Rodolfo Pinto da Luz

Mas nesse caso, os bibliotecários eram passivos, pois apenas recebiam o acervo, não participando das discussões que definiam os mesmos, ficando ao seu cargo apenas a distribuição. As bibliotecas escolares no processo relatado tiveram voz apenas através da diretoria, ou seja, a Coordenação da Rede de Bibliotecas.

Atualmente entre as atividades realizadas pela Secretaria de Educação, em favor da Diversidade Étnico-Racial, estão os projetos “Raiz”, “Teia” e “Identidades e Corporeidades”. O Projeto “Raiz” pretende oportunizar o debate sobre a representação do Negro, abordando questões históricas que são responsáveis pela exclusão social. Os temas são debatidos entre os educadores e levados para a sala de aula. A partir daí são realizadas atividades pedagógicas com os alunos, visando trabalhos coletivos com outras turmas e professores.

O projeto “Teia” propõe gerar tecnologia e acervo para auxiliar a ação dos educadores e o projeto “Identidades e Corporeidades” subsidia projetos de pesquisa que colaborem com o resgate da história das diferentes etnias, com o objetivo de fortalecer a identidade dos alunos.

Gerência de Educação Inclusiva do Município de Florianópolis

Segundo o documento orientador da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, a mesma visa garantir as condições para que o aluno com deficiência⁴³, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades/ Superdotação, frequente na escola comum, com a qualidade e as condições de acesso ao conhecimento formal.

⁴³ Por deficiência compreende-se: deficiência física, deficiência mental, surdez, cegueira, baixa visão, Surdo/cegueira e deficiência múltipla.

Entre os serviços oferecidos pela Gerência, se destaca o Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP/Florianópolis). O CAP é uma unidade de serviços de apoio pedagógico e suplementação didática do sistema de ensino que tem por objetivo produzir, para os alunos cegos e os de baixa visão, o material didático utilizado nas escolas regulares, da educação infantil ao ensino médio, prioritariamente da Rede Pública de Ensino de Florianópolis.

O CAP produz materiais pedagógicos como livros didáticos, textos, literatura e outros no sistema Braille, livros digitais acessíveis, materiais táteis, livros didáticos, jogos, textos, etc., em tipos ampliados e de acordo com a necessidade/especificidade dos alunos com baixa visão conforme a orientação clínica. O CAP também tem a função de articular, em parceria com a Gerência de Educação Inclusiva, a capacitação dos Profissionais das Redes Regulares e dos professores do Atendimento Educacional Especializado – AEE -, quanto ao uso e manuseio do Sistema Braille, dos sistemas Dosvox, Jaws, Livro Digital acessível no sistema mec daisy, Braille Fácil, grafia e simbologia Braille, Sorobã, Adaptação Tátil, Musicografia Braille, entre outras.

Outro serviço oferecido pela Gerência são as Salas Multimeios (SM). As SMs são espaços localizados em 19 Unidades de Ensino - EU - da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, com o objetivo de oferecer o Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação. Este serviço constitui oferta obrigatória dos sistemas de ensino, com participação facultada ao aluno e/ou seus pais e/ou responsáveis no AEE. A matrícula no AEE está vinculada à frequência no ensino regular, no caso dos

alunos com idade entre 6 e 14 anos, cujas ações são complementares e/ou suplementares na formação do aluno.

Para a Gerente de Educação Inclusiva da SME, Geisa Bock,

É importante que se tenha a consciência de que a consolidação da proposta da educação inclusiva exige a derrubada dos muros que foram erguidos pelo preconceito, pela padronização estabelecida nas instituições sociais e pela crença na separatividade. E o mais importante é que se possa compreender que a derrubada desses muros não se refere apenas a espaços físicos, mas acima de tudo às nossas constituições internas.

Ainda segundo ela, é preciso proporcionar igualdade de oportunidades a todos, respeitando as capacidades em desenvolvimento, e desta maneira, não só os colegas das crianças com deficiência estarão aprendendo a conviver desde cedo com a alteridade, com os valores da diversidade e da democracia, mas também a sociedade estará se preparando numa perspectiva humanizada para resgatar valores como o respeito, a tolerância e a solidariedade, na perspectiva de um mundo mais justo e acolhedor, que conceba a diversidade e as diferenças como parte da condição humana.

A Gerência de Educação Inclusiva produz diversos materiais de divulgação como a campanha contra a discriminação, que são distribuídos nas escolas. Dentre eles destacamos as ilustrações a seguir.



Ilustração 8 - Cartaz CAP Tudo bem ser diferente



Prefeitura de Florianópolis
Secretaria Municipal de Educação
 Diretoria de Educação Continuada
 Gerência de Educação Inclusiva

Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva



É uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas da educação básica e superior.

Disponibiliza o Atendimento Educacional Especializado - AEE e os recursos próprios desse atendimento.

Orienta alunos e professores quanto à utilização desses recursos nas turmas do ensino regular.

Público alvo: alunos com deficiência física, deficiência mental, alunos com surdez, cegueira, baixa visão, surdocegueira, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação.



Ilustração 9 – cartaz CAP 2



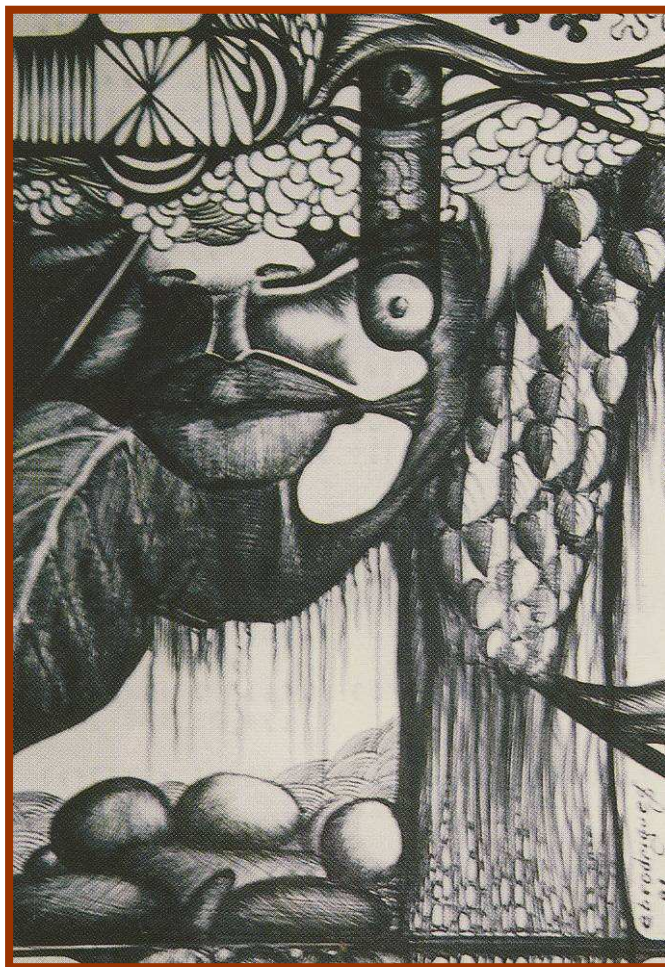
oferecido nas Salas Multimeios e tem por objetivo:

- Identificar;
- elaborar e
- organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas.

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. O AEE é realizado no período inverso ao do ensino regular e, preferencialmente, na própria escola que o aluno frequenta.



4 - ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS DA PESQUISA



Tudo que se aprende, se descobre, cria e produz, toma sentido quando o empregamos para fortalecer nossa comunidade, para apoiá-la na resolução de seus problemas, que também são nossos. Para permitir que cada um de seus membros seja capaz de participar da vida social, política e econômica em pé de igualdade com outros grupos étnico-raciais e de construir sua cidadania.

*Ensino herança africana
(SILVA, 2005, p. 31)*

O objetivo desta pesquisa foi Investigar a percepção e ações dos bibliotecários quanto às mudanças ocorridas no contexto educacional nas últimas décadas, no que se referente às leis de inclusão e a temática multiculturalismo, no que concerne à sua ação profissional cotidiana.

Sabe-se que são muitos os estudos e teorias sobre o que é, e como se manifesta a percepção, isso tanto na sociologia, quanto na psicologia, como também em outras áreas do conhecimento. Porém, não sendo objetivo deste trabalho fazer um estudo aprofundado sobre os conceitos de percepção, buscamos trabalhar com base em uma conceituação simplificada, encontrada no dicionário Aurélio⁴⁴.

Assim, percepção neste trabalho, se refere ao conhecimento dos bibliotecários em relação à temática multiculturalismo e assuntos correlatos, e a percepção dos mesmos sobre seu papel na implementação de uma educação multicultural. Também buscamos investigar se essa percepção influencia nas ações praticadas junto às bibliotecas escolares pesquisadas, e se as mesmas contribuem ou não para a efetivação da legislação em vigor, que apresentamos no capítulo 2.

Acredita-se que a percepção acerca desses assuntos, perpassa também o processo de formação escolar/acadêmico, pessoal e profissional, ou seja, pelos variados processos de aprendizagem ao longo da vida. Assim abordamos a formação acadêmica e continuada com objetivo de Identificar a existência ou não de fatores que possam corresponder às necessidades educacionais no novo contexto social multicultural e de respeito às diferenças.

⁴⁴ **Percepção** - Ato/efeito ou faculdade de perceber.

Perceber - Adquirir conhecimento de, por meio de sentidos, formar idéia de, entender compreender Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa – básico. Editora Nova Fronteira, 1998.

Os resultados desta pesquisa são apresentados através de quadros, contendo a sistematização das respostas dos questionários, seguidos dos conteúdos das entrevistas. Dividimos esta apresentação em quatro partes: formação acadêmica, formação continuada, percepção, e ações dos bibliotecários. Todos sendo analisados de forma qualitativa no decorrer do texto, sendo feitos alguns cruzamentos de dados relevantes entre as partes.

4.1 FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS PESQUISADOS

Conforme podemos observar nos quadros 1 e 2 abaixo, em relação à formação dos atores pesquisados, todos são graduados em Biblioteconomia, sendo sete pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e dois pela Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). Um dos pesquisados tem, também, outra graduação, em Pedagogia, quatro deles fizeram Especialização e um Mestrado.

ESCOLAS PESQUISADAS	Nº	GRADUAÇÃO	UNIVERSIDADE		ANO
	1	Biblioteconomia	UFSC	-----	1996
		pedagogia	-----	UDESC	2005
	2	Biblioteconomia	UFSC	-----	2002
	3	Biblioteconomia	-----	UDESC	1996
	4	Biblioteconomia	UFSC	-----	1986
	5	Biblioteconomia	-----	UDESC	1997
	6	Biblioteconomia	UFSC	-----	2003
	7	Biblioteconomia	UFSC	-----	2002
	8	Biblioteconomia	UFSC	-----	1999
	9	Biblioteconomia	UFSC	-----	2002

Quadro 1 - Formação acadêmica dos pesquisados

ESCOLAS PESQUISADAS	Nº	ESPECIALIZAÇÃO	UNIVERSIDADE	ANO	MESTRADO	ANO	UNIVERSIDADE
	1	Metodologia de Ensino	UNIESC	2009	-----		
	2	Política Pública para o Livro e Biblioteca	FAF	2006	-----		
	3	Estratégias e Qualidade no Sistema de Informação	UDESC	1998	-----		
	4	-----	-----	----	-----		
	5	Gestão Educacional e Metodologia de Ensino Interdisciplinar	UNIESC		-----		
	6	-----	-----		Ciência da Informação	2006	UFSC
	7	-----	-----		-----		-----
		-----	-----		-----		-----
	9	-----	-----		-----		-----

Quadro 2 - Pós-graduação dos pesquisados

Com o objetivo de aprofundar questões referentes à pesquisa proposta, foi questionado se na formação acadêmica dos mesmos, eles tiveram disciplinas que abordaram temáticas como multiculturalismo, diversidade cultural, respeito às diferenças, acessibilidade e inclusão de portadores de deficiências, gênero ou afins. Dos nove consultados, cinco foram enfáticos respondendo que não tiveram disciplinas que abordassem essas temáticas. Já os outros quatro fizeram algumas manifestações diferenciadas, como no caso do bibliotecário da Escola 1, que respondeu: “Só aconteceu na minha segunda que foi Pedagogia. Na época que fiz Biblioteconomia essas disciplinas não faziam parte do currículo”. Já o da Escola 2 disse que “sim, uma única disciplina de história”. “Tivemos abordagens sobre Políticas Sociais de Inclusão, mas não lembro muito bem”, disse o bibliotecário da Escola 5. E outro, da Escola 6 afirmou, sem fazer outros comentários, que “Praticamente todas, tirando as técnicas”.

A mesma questão foi apresentada às bibliotecárias A e B em entrevista. As duas afirmaram que não tiveram disciplinas com tais temáticas. A bibliotecária A complementa afirmando “que isso tem trazido algumas dificuldades”, principalmente quando precisa selecionar materiais para portadores de deficiência. “Devíamos ter uma orientação maior sobre o assunto na graduação” afirma.

Ainda em relação à formação acadêmica, perguntamos as duas professoras universitárias que pesquisam e atuam com a temática biblioteca escolar se as mesmas conheciam disciplinas que abordem essas temáticas atualmente na graduação de Biblioteconomia. A Professora Bernadete afirmou não conhecer. Já a professora Magda afirmou que sim, citando as disciplinas “Fundamentos de Biblioteconomia, Ética Profissional, Organização de Unidades de Informação, Serviços de Informação, Referência, entre outras”, todas do curso de Biblioteconomia da UFSC.

Prosseguindo na investigação sobre a formação dos bibliotecários, quando perguntamos às professoras universitárias se as mesmas acreditavam ser pertinente que as temáticas multiculturalismo, diversidade cultural, diversidade étnico-racial, gênero, educação sexual e acessibilidade a portadores de deficiência fizessem parte da formação do profissional da informação, tivemos as seguintes respostas:

Como professora em curso de biblioteconomia, respondo a essa pergunta tendo em vista a formação do **bibliotecário**. A formação de bibliotecários no Brasil é feita numa perspectiva generalista. Isto significa que o bacharel (formado em nível superior) está capacitado a atuar em quaisquer tipos de biblioteca, preparando-se para atender a diferentes demandas, no que diz respeito à missão da organização, aos seus usuários e ao assunto da biblioteca. Portanto, considerando a variedade de ambientes em que o bibliotecário poderá atuar, penso que quaisquer assuntos que possam ajudá-lo a compreender melhor o ambiente informacional em que atua, e a atender melhor as demandas dos usuários, são pertinentes. Além disso, os assuntos em pauta me parecem ser de interesse de qualquer cidadão que se

preocupe com questões que dizem respeito à sociedade contemporânea. (Bernadete Campello). Grifo da entrevistada

Já a professora Magda respondeu que

Sem dúvida. Estas são questões atuais que devem fazer parte do dia a dia das atividades do profissional da informação. Esses temas certamente farão parte das necessidades informacionais dos usuários e os profissionais da informação precisam estar preparados para abordá-los de forma eficiente.

Perguntamos, então, como poderiam ser abordadas as temáticas multiculturalismo, diversidade cultural, diversidade étnico-racial, gênero, educação sexual e acessibilidade aos portadores de deficiência na formação do profissional da informação.

Segundo a professora Bernadete Campello, há atualmente uma tendência, nas Universidades Federais, de organizarem seus currículos de graduação dentro da carga horária mínima exigida pelo MEC. Para ela os cursos sofrem um “enxugamento”, sendo as disciplinas optativas uma alternativa de formação, mas que isso também ocorre em função do perfil do corpo docente. Bernadete ainda afirma que “Por outro lado, a ‘flexibilização’ (outra tendência atual dos currículos da graduação) abre possibilidades para que o aluno elabore seu percurso curricular, cursando **disciplinas eletivas**, participando de **atividades complementares**, enfim, moldando sua própria formação”. Grifo da entrevistada.

Sobre essa questão, a professora Magda Teixeira Chagas afirma que as temáticas podem ser abordadas de forma teórica e prática. “Podem ser criados estudos de caso, propostas de pesquisas que abordem os temas, projetos de

extensão, entre outros. Enfim, desde que os professores estejam conscientes de sua importância, inserirão esses conteúdos em suas atividades docentes.”

Bernadete Campello ainda avança citando os estágios, curriculares e/ou remunerados, como oportunidades para uma formação diferenciada para aquele aluno que tem capacidade de planejar sua formação. E completa sua opinião

Finalmente, outra tendência observada no ensino profissional é a de **formação continuada**. Seja no nível formal de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado), seja participando de encontros e realizando leituras, a maioria dos profissionais hoje depende dessa aprendizagem constante para manter-se atualizado. Portanto, mais do que incluir conteúdos ou temáticas específicas nos currículos, considero importante preparar o profissional para se responsabilizar por sua própria formação. Atualmente, qualquer profissional deve desenvolver competências informacionais que lhe capacitem a aprender sempre, tudo que sua prática exigir. (BERNADETE CAMPELLO) grifo da entrevistada

4.2 FORMAÇÃO CONTINUADA

Dando continuidade ao questionário que buscava maiores informações sobre a percepção dos bibliotecários para com as temáticas relacionadas ao multiculturalismo, verificamos dados sobre a formação continuada dos mesmos.

Perguntamos se eles haviam participado de algum curso que abordasse temáticas afins à pesquisa. Dos nove, seis afirmaram que nunca fizeram curso de formação continuada com essas temáticas. Os três restantes que afirmaram ter participado, indicaram quais os cursos e os promotores dos mesmos. As respostas se encontram no quadro a seguir.

Respostas à questão - Participou de curso(s) de formação continuada que abordava as temáticas multiculturalismo, diversidade cultural, diversidade étnico-racial, respeito as diferenças, acessibilidade, gênero ou afins?	
ESCOLA 2	- Oficina História da África – 1996 – UDESC - Um axé para a educação, 1996 – UDESC. - IV Seminário de Diversidade Étnico-Racial da Rede Pública de Ensino de Florianópolis – 2008 - Curso de Formação de Alfabetizadores, do Programa BB Educar – Projeto Alfabetização Quilombola – 2008. - Contação de histórias africanas: baú de histórias – 2008 Obs.: outros eventos e palestras que não me recordo sobre as temáticas gênero e raça.
ESCOLA 6	A Prefeitura disponibiliza vários cursos que tratam do tema
ESCOLA 8	Sobre diversidade participei de vários promovidos pela UNISUL Palhoça, palestras e cursos com a bibliotecária Salete de acessibilidade na biblioteca, mas participei de cursos principalmente com relação à acessibilidade e um de contação de histórias africanas.

Quadro 3 - Participação em cursos de formação continuada

Quando questionados se tinham dificuldades na compreensão e/ou abordagem na biblioteca onde atuam das temáticas citadas na questão anterior, a maioria dos pesquisados afirmou que não. Apenas dois responderam que sim, sentem dificuldade. “Principalmente em relação a acervo sobre esses temas, as bibliotecas necessitam de mais incentivos, principalmente na aquisição de materiais. Sempre é mais produtivo fazer abordagens e ter embasamento documental”, disse o da Escola 7. Já o entrevistado da Escola 6 justifica a dificuldade “porque o tema faz parte do nosso cotidiano, mas só é passado através da legislação e de documentos que chegam à biblioteca e temos muito pouco tempo para explorar mais esse assunto “.

O fator “tempo” foi um dos fatores negativos que mais apareceu nas entrevistas realizadas. Na sua grande maioria, os bibliotecários atuam sozinhos na biblioteca da escola, dificultando seu afastamento para formação complementar. A bibliotecária B fala que sempre buscou maiores informações sobre o assunto, pois a prefeitura tem feito “manifestações a respeito desses assuntos” e ela precisa saber como tratar tais questões.

Outra questão colocada aos entrevistados foi sobre o sentimento de preparo dos mesmos no atendimento àqueles que tivessem interesse por essas temáticas e também àqueles que fazem parte desses grupos. Vejamos as respostas.

Escolas pesquisadas		Respostas à questão - Você se sente preparada(o) para atender ao usuário nas temáticas multiculturalismo, diversidade cultural, respeito às diferenças, acessibilidade, gênero ou afins?
Escola 1	Sim	Na biblioteca eu atendo portadores de necessidades especiais só que a biblioteca não é preparada para eles ficarem à vontade nesse espaço, quanto ao multiculturalismo e as diversidades temos materiais impressos sobre o assunto.
Escola 2	Sim	Participo desde a graduação do movimento negro. Nas formações estamos sempre discutindo formas de combate à discriminação racial, como também a qualquer outra forma de discriminação.
Escola 3	Não	Sinto-me preparada somente para auxiliá-lo na busca da informação que deseja
Escola 4	Sim	Porque o usuário que procurar a biblioteca em busca dessas temáticas poderá ter sua solicitação atendida com um razoável levantamento bibliográfico em livros, artigos de revistas e DVDs do acervo da biblioteca.
Escola 5	Sim	Porque é um assunto bem divulgado na mídia, em revistas, jornais e em outros locais que participo.
Escola 6	Sim	Devido a minha experiência profissional e acadêmica.
Escola 7	Não	Pela carência de acervo específico, e falta de cursos preparatórios, falta de formação.
Escola 8	Médio	Pois tenho necessidade de ter mais matéria neste tema, pois possuímos pouco acervo nas bibliotecas.
Escola 9	Não	Porque não tenho experiência

Quadro 4 - Preparação para atendimento ao usuário sobre as temáticas propostas

As repostas negativas apresentam preocupações relativas à falta ou pouca formação sobre as temáticas, ou ainda a carência de materiais específicos na

biblioteca. Mas, ao mesmo tempo, se observa que a maioria – 5 dos 9 profissionais que responderam ao questionário - afirma que sim, está preparada para o atendimento ao usuário.

4.3 PERCEPÇÕES DOS BIBLIOTECÁRIOS ACERCA DO MULTICULTURALISMO

Nesta parte da pesquisa, buscamos captar qual a percepção dos profissionais da informação que atuam em bibliotecas escolares sobre os significados do multiculturalismo. Para tanto, através de questões abertas, perguntamos aos mesmos sobre Multiculturalismo e Diversidade Cultural. As respostas constam no quadro 5, a seguir.

Escolas pesquisadas	Respostas à questão - Para você o que é multiculturalismo e diversidade cultural?
Escola 1	Multiculturalismo e diversidade cultural para mim são a mesma coisa, ou seja, é conhecer várias culturas nas suas diferenças e na sua importância, coisa que antes era negada principalmente a cultura africana. Que muito tempo se excluiu como forma de preconceito na construção histórica e cultural
Escola 2	A presença de várias culturas em uma sociedade. Porém devemos ter o cuidado de não deixar que uma cultura predomine sobre a outra. Todas as culturas são importantes, é de fundamental importância trabalhar sobre esta perspectiva na educação, vivenciando as diferenças sempre respeitando o outro.
Escola 3	São termos utilizados para abordar as diferentes culturas de um mesmo lugar, o respeito que se deve ter sobre elas, independente do credo, cor, sexo, etc.
Escola 4	Já encontrei alguns textos que pareciam tratar como sinônimos; e alguns que faziam uma diferença entre culturas misturadas, híbridas (multiculturalismo) e outras preservadas no mesmo espaço (diversidade cultural). Mais ou menos isso...
Escola 5	Multiculturalismo e diversidade cultural são diversas raças e culturas que formam nosso planeta. Somos todos resultantes de uma mistura dessas diversas raças e culturas.
Escola 6	Não respondeu
Escola 7	São as diferenças, seja na vestimenta, na fala, no modo de agir, cultivar etc.
Escola 8	As diferentes influências e origens das culturas (alemães, italianos, africanas/ indígenas) a união destas todas basicamente originaram uma cultura impar como a brasileira.
Escola 9	Não respondeu

Quadro 5 - Percepção sobre multiculturalismo e diversidade cultural

Os 7 pesquisados que responderam a esta questão abordaram o tema como sendo uma mistura ou mesmo formas diferentes de cultura. Não houve a percepção de multiculturalismo enquanto movimento social, ou mesmo políticas institucionais.

Outra questão apresentada foi sobre o conhecimento das Leis 10.639/03 e 11.645/09. Dos nove pesquisados, cinco (55,55%) não conheciam as referidas leis, enquanto quatro (44,44%) responderam que sim, conheciam as mesmas. Então pedimos que explanassem sobre o que elas tratavam. As respostas dos quatro entrevistados que afirmaram conhecer tais leis ou uma delas estão no quadro 6, abaixo.

Respostas à questão: Você conhece as Leis 10.639/03 e 11.645/09? Sobre o que elas tratam?	
Escola 2	Incluem no currículo da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”
Escola 3	Tratam da obrigatoriedade da História da Cultura Afro-brasileira nas redes de Ensino
Escola 5	Uma é da obrigação na disciplina de história falar sobre o tema da cultura Afro-Brasileira e a outra inclui o povo indígena
Escola 8	A lei 10.639 fala da inclusão no ensino fundamental de temas africanos a outra eu desconheço.

Quadro 6 - Conhecimento de Leis de Inclusão

Nas entrevistas, além da questão acima, abordamos outras Leis, como a de inclusão dos portadores de deficiência em escolas de ensino regular. As bibliotecárias A e B afirmaram que conheciam estas leis e que no que era possível se adequavam. Quando abordamos a questão da sexualidade, a bibliotecária A afirma que não teve essa demanda nas atividades. E a bibliotecária B afirmou que todo o acervo está disponível, inclusive aqueles sobre sexualidade. As duas afirmaram desconhecer legislação a respeito.

4.4 AÇÕES MULTICULTURAIS NAS ESCOLAS

Com o intuito de saber se as formações e percepção dos profissionais contribuíam para ações realizadas nas bibliotecas escolares, buscamos informações através dos instrumentos de coleta para aferir sobre o assunto. Questionamos os pesquisados sobre a disponibilidade de acervo em suas bibliotecas escolares para dar suporte às necessidades de aplicação do plano político-pedagógico da escola com relação às temáticas multiculturalismo, diversidade cultural, respeito às diferenças, acessibilidade, gênero ou afins e quais tinham sido os critérios para a aquisição dos mesmos, vejamos as respostas:

A biblioteca onde você atua dispõe de acervo que dê suporte às necessidades de aplicação do plano político-pedagógico da escola com relação às temáticas multiculturalismo, diversidade cultural, respeito às diferenças, acessibilidade, gênero ou afins? Quais critérios foram utilizados para a aquisição dos mesmos?		
Escola 1	Sim e não	Está chegando o material via MEC
Escola 2	Sim	A partir de formações que os educadores receberam da Rede Municipal de Ensino. Muitos materiais foram adquiridos pela Rede e também enviados pelo MEC.
Escola 3	Não	Em termos, pois não temos um acervo que supra todos os gêneros. Essas aquisições foram realizadas pela Secretaria Municipal e via Governo Federal.
Escola 4	Sim	O MEC, e também a SME, têm enviado obras (livros, revistas, dvds) que abordam a temática.
Escola 5	Sim	A escolha foi feita pela SME e MEC, não tive acesso aos critérios.
Escola 6	Sim	Doações.
Escola 7	Não	Foram adquiridos pela secretaria de educação.
Escola 8	Médio	Ainda faltam. Temos mais necessidade. O que se possui basicamente são contos africanos.
Escola 9	-----	Não respondeu.

Quadro 7 - Acervo e política de aquisição dos materiais

Dos nove consultados, quatro afirmaram que sim, três afirmaram que não e um afirmou que de forma mediana sim. Observa-se que em nenhum momento foi citada uma política de aquisição de acervo. Porém, a maioria afirma receber materiais advindos de políticas institucionais, que vem ao encontro da revisão de

literatura desta pesquisa.

Questionando os pesquisados sobre possíveis ações desenvolvidas nas bibliotecas com as temáticas apontadas, tivemos respostas bem diferenciadas, como se observa abaixo.

A biblioteca desenvolve ações, que contribuem para a abordagem das temáticas multiculturalismo, diversidade cultural, respeito às diferenças, acessibilidade, gênero ou afins junto aos seus usuários?		
Escola 1	Sim e não	Primeiro como falei nas primeiras questões não temos nenhum curso ou seja formação, e quando acontece o planejamento com os professores colocamos o material que seja sobre multiculturalismo tanto na literatura infantil para que os professores usem na sua sala de aula. Porém ainda fizemos muito pouco, pois hoje trabalho sozinha atendendo toda escola e também a comunidade escolar fica difícil fazer muitas coisas
Escola 2	Sim	Contação de histórias, murais informativos, exibição de vídeos, palestras, exposições.
Escola 3	Não	No momento a biblioteca não desenvolveu diretamente nenhuma ação específica que tratasse do multiculturalismo. Talvez pelo fato desta temática ainda não está tão forte na nossa escola, acontece muitas coisas isoladas nas salas de aula.
Escola 4	Sim e não	SIM, porque tem o material organizado, divulgado e disponível; NÃO, porque não desenvolve nenhuma ação específica com relação ao tema.
Escola 5	Sim	Temos bastante materiais divulgando esse assunto, desde livros de literatura infantil até livros para trabalhos de professores e demais interessados. Os livros ficam a disposição, os mais utilizados são da literatura infanto-juvenil.
Escola 6	Sim	Não respondeu quais
Escola 7	Não	Não respondeu
Escola 8	Médio	Eu faço atividade de leitura com todas as 39 turmas de primeiro ano. A 8 série e todas, então incluo sempre leituras, principalmente voltadas ao respeito às diferenças
Escola 9	-----	Não respondeu

Quadro 8 - Ações desenvolvidas nas bibliotecas

Os profissionais das escolas 2 e 8 se destacam por apresentarem preocupação em promover atividades específicas. Em contraponto, a falta de resposta desta questão pelos bibliotecários das escolas 6, 7 e 9 pode nos remeter à reflexão de que não existem essas ações. A falta de tempo e pouca parceria entre

bibliotecário e professores ficaram expressas na resposta do profissional Escola 1. Já o da Escola 3 afirma que não desenvolveu atividades, justificando que talvez isso ocorra por esses assuntos “não serem tão fortes” na escola.

Por fim indagou-se sobre a existência ou não de dificuldades quanto ao atendimento e demanda dos usuários. Eis as respostas.

A biblioteca escolar onde você atua, tem dificuldades para atender a demanda das temáticas multiculturalismo, diversidade cultural, respeito às diferenças, acessibilidade, gênero ou afins junto aos seus usuários?		
Escola 1	Sim	Primeiro a biblioteca não está ainda preparada para essa nova realidade. A biblioteca escolar ainda caminha em passos lentos sobre essas temáticas.
Escola 2		Não respondeu
Escola 3	Sim	Dificuldades em atender eu diria que sim, pelo pequeno acervo que temos, porém esta real necessidade ainda não é tão notória pois a demanda não é muito grande
Escola 4	-----	Por ser uma temática bastante em voga atualmente, há um acervo considerável sobre os temas; a procura é que não é muita.
Escola 5	Não	-----
Escola 6	-----	-----
Escola 7	Não	Pouco acervo falta pessoas. Interessadas e preparadas para tratar dos temas.
Escola 8	Sim	Faltam livros para o aluno especial. Temos diferentes necessidades especiais distintas e não possuímos livros de literatura e as vezes nem o didático para este aluno, em auto relevo, letras bem grandes.
Escola 9	-----	Falta tempo para as atividades de pesquisa

Quadro 9 – Dificuldades enfrentadas nas bibliotecas

Novamente a falta de tempo, de materiais e de preparo apareceram entre as respostas, como também opiniões diferenciadas sobre o acervo. E tivemos reincidentemente falta de respostas, que nos remetem às reflexões que apresentamos na próxima seção.

4.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS DA PESQUISA

A pesquisa revelou que, quanto à formação acadêmica, foi amplamente majoritária a manifestação dos profissionais pesquisados de que não tiveram, em suas graduações e pós-graduações, abordagens sobre conteúdos como multiculturalismo, diversidade cultural, respeito às diferenças, acessibilidade, gênero ou afins.

Já quanto à formação continuada, percebeu-se que mesmo havendo uma preocupação da Prefeitura da capital catarinense com alguns destes temas, inclusive com a existência de iniciativas específicas, como é o caso da Coordenação do Programa de Diversidade Étnico-Racial e a Gerência de Educação Inclusiva, o processo de formação continuada oferecido é voltado para os professores e outros agentes educacionais da escola, não incluindo, na sua maioria, os bibliotecários.

Por outro lado, também existe a Coordenadoria de Bibliotecas Escolares e Comunitárias. Esta tem um papel importante quanto à formação continuada dos bibliotecários dentro da estrutura organizacional da Prefeitura de Florianópolis, realizando atividades como cursos de catalogação, de Marc e de gestão de bibliotecas, entre outros. Porém, entre as atividades que esta rede realizou até hoje, apenas uma era referente a uma das temáticas desta pesquisa.

E ficou evidente, na entrevista com a primeira Coordenadora da Rede de Bibliotecas, que quando houve atividade específica com os bibliotecários, como o curso de contação de histórias africanas, obteve-se resultados positivos, com essa experiência sendo reproduzida em diversas escolas.

Ficou estampado na pesquisa, também, que quando há uma intervenção de

programas institucionais, os assuntos fluem mais positivamente, como no caso do debate sobre a diversidade étnico-racial e das ações voltadas para a inclusão de portadores de deficiência. Mas a questão de gênero, sexualidade e outras esferas da discriminação na escola, que não possuem tais programas, pouco são enfocadas e em alguns momentos parecem nem existir.

Também é perceptível a existência de contradições nas respostas aos questionários desta pesquisa, pois se de um lado ficou caracterizada a pouca formação dos entrevistados sobre o tema nas suas formações acadêmica e continuada, por outro lado a maioria deles se considerou preparada para lidar com essas questões no cotidiano da biblioteca escolar.

Nota-se que o perfil do bibliotecário que entende que seu papel é apenas organizar e disponibilizar os materiais ainda está presente, se contrastando com o perfil diferenciado e necessário de um profissional que busca se informar e fazer parte do debate pedagógico da escola.

Confirma-se nas respostas, também, o que foi registrado em entrevista com o Coordenador do Programa Municipal Diversidade Étnico-Racional na Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis, Vânio Seeman: os bibliotecários não participam das definições sobre a política de aquisição de acervo das bibliotecas escolares do município. Logo, não há uma política de integração de bibliotecários como agentes no processo de implementação de Políticas para as Relações Étnico-Raciais, ficando tal atribuição a cargo da ERER. Como também não há uma política mais geral que consagre a biblioteca escolar como instrumento fundamental de apoio a iniciativas de combate e busca da superação de todo tipo de preconceito.

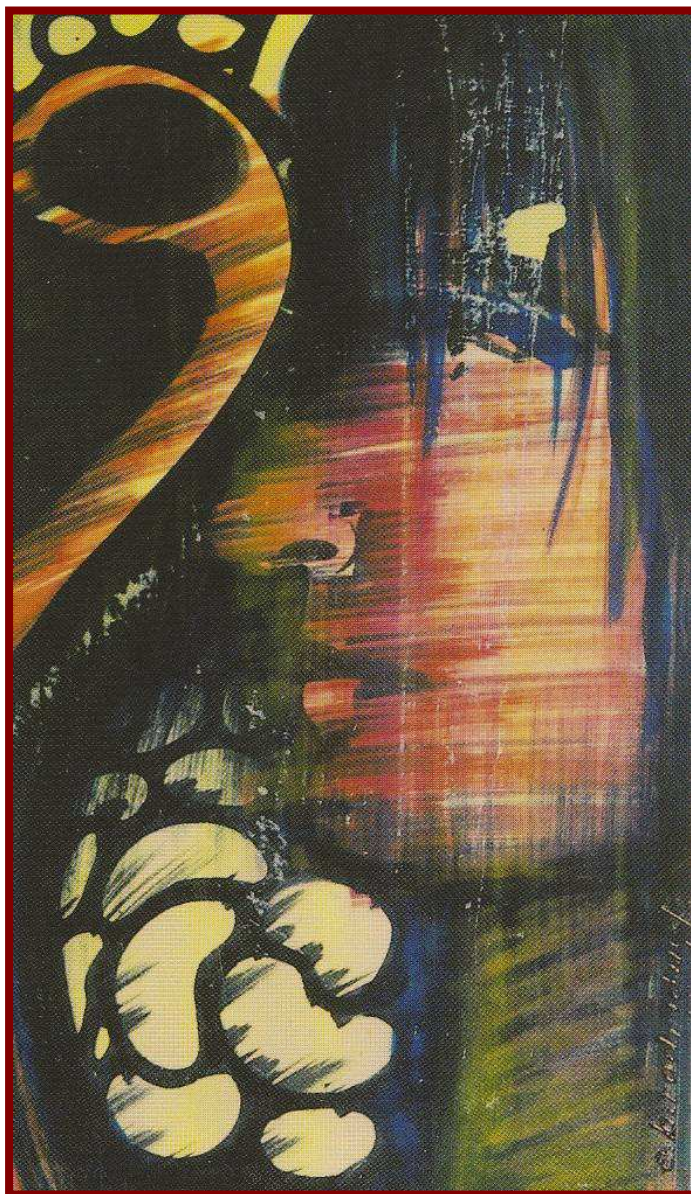
A baixa percepção dos bibliotecários da Rede florianopolitana com relação às temáticas pesquisadas pode ser analisada inicialmente pelo não interesse em participar da pesquisa. E aqueles que participaram, mostraram que seu conhecimento sobre os assuntos tratados nos questionários ainda é insuficiente, pois várias questões simplesmente não foram respondidas. Ainda assim, em algumas questões, como as Leis 10.639/03 e 11.645/08, o conhecimento pode ser considerado significativo, já que a maioria dos pesquisados tem ciência do conteúdo de tais leis, mesmo que de forma superficial.

As justificativas dos bibliotecários de falta de tempo para se dedicarem a atividades de formação continuada, pelo fato de trabalharem sozinhos nas bibliotecas escolares também é merecedora de consideração e já é preocupação da Coordenadoria da Rede. Há um processo de informatização das bibliotecas escolares municipais de Florianópolis em andamento. Nele pretende-se desenvolver todo o processamento técnico dos acervos na Biblioteca Central da Rede. Isto possivelmente contribuirá para que os profissionais que atuam nas bibliotecas escolares possam se dedicar a outras demandas e perspectivas em suas unidades de informação.

Assim, embora a Prefeitura de Florianópolis se destaque como uma das poucas no país que tem o cargo de bibliotecário escolar em seu quadro funcional e dispõe de uma Rede de Bibliotecas Escolares que atende a toda a Rede Pública Municipal de Ensino, parece-nos claro que falta dar passos maiores e possíveis: desenvolver uma política pública mais abrangente de combate a preconceitos e promoção da dignidade humana, ampliar a política de formação continuada dos

profissionais da educação integrando também os bibliotecários e fortalecer sua Rede de Bibliotecas Escolares como instrumento de combate às desigualdades, consolidando-as como verdadeiras bibliotecas multiculturais.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS



*"...No fim tudo dá certo, se não deu certo é porque ainda
não chegou ao fim ... "*

Fernando Sabino

No desenvolvimento desta pesquisa bibliográfica e qualitativa encontramos indicativos de que a ampliação do número de bibliotecas escolares nas escolas públicas brasileiras – que já se constata nos dados do relatório preliminar do Censo Escolar 2010 – tende a tomar maior envergadura com a aprovação da Lei nº 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Com isso amplia-se, também, a necessidade de pesquisas que dêem suporte ao trabalho e formação dos profissionais que irão atuar nesse campo.

As bibliotecas escolares, para cumprirem com uma de suas finalidades, o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem, devem estar incorporadas ao conjunto da escola, em lugar privilegiado que permita o seu entrosamento com os demais espaços do ambiente escolar. Desta forma a biblioteca escolar também estará apta a cumprir algumas funções que Fragoso (2002) agrupou em duas categorias: educativa e cultural.

Na função educativa, ela representa um reforço à ação do aluno e do professor [...] Em sua função cultural, a biblioteca de uma escola torna-se complemento da educação formal ao oferecer múltiplas possibilidades de leitura e, com isso, leva os alunos a ampliarem seus conhecimentos e suas ideias acerca do mundo.

Se essa afirmação de Fragoso é correta, em relação a mediação da informação, existe uma lacuna a ser aprofundada quanto ao verdadeiro objeto de estudo da Ciência da Informação. Da mesma forma, a compreensão do que é mediação da informação e como isso atinge diretamente o fazer biblioteconômico fará com que o profissional tenha clareza de seu papel de mediador de forma mais

explicita, aprimorando seu interfaceamento, filtragem, enfim, sendo um elo no processo de apropriação de novos conhecimentos.

Em relação ao multiculturalismo, acredita-se que a compreensão das novas dimensões que caracterizam o exercício profissional de bibliotecário passa, necessariamente, pelo resgate do seu relevante papel social. Ao fazer uma proposição de estudo sobre o “Multiculturalismo em Ciência da Informação”, buscou-se mostrar que políticas de combate a discriminação também passam pela informação e, portanto, também fazem parte desta ciência. Neste sentido, resgatamos o paradigma social em Ciência da Informação, buscando interligar tal paradigma aos assuntos transversais⁴⁵ do multiculturalismo.

Neste sentido, buscamos revisões teóricas de Multiculturalismo em Ciência da Informação que abarcassem temas desta pesquisa: étnico racial, acessibilidade e gênero e sexualidade. Assim, aproximamos o debate do multiculturalismo à Ciência da Informação e, por decorrência, ao fazer biblioteconômico.

Ciência da informação e as relações étnico-raciais

Sabe-se que, dentro da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, pesquisas com enfoque nas relações étnico-raciais ainda são muito tímidas. Mas isso não é um caso isolado desta área de conhecimento. Levantamento realizado em 2005 apresenta que dos 19.470 grupos de estudo e pesquisa inscritos na plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

⁴⁵ Temas transversais – São questões sociais relevantes, ou ainda problemáticas sociais atuais e urgentes, de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal - Parâmetros Curriculares Nacionais

Tecnológico (CNPQ), em torno de 14 abordavam temas relativos a “negro e educação” ou a “educação e raça”.

Porém, Gomes (2004), Aguiar e Di Pierro (2004) ressaltam que a produção de teses e dissertações ainda é pequena, mas existe um crescente aumento da produção sobre o negro e a educação no Brasil nas últimas décadas. A maior parte dessa produção se apresenta em forma de artigos publicados em periódicos especializados na área de história e educação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana esboçam a importância da biblioteca como espaço para a promoção da educação das relações étnico-raciais afirmando que o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, para a educação das relações étnico-raciais, se desenvolverá nos cotidianos educacionais, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como também no conteúdo de disciplinas, nos laboratórios de ciência, de informática, na utilização da sala de leitura, **na biblioteca, brinquedoteca, área de recreação, em ações culturais promovidas pelos estabelecimentos de ensino, e em outros ambientes escolares**. Tais diretrizes preceituam que “[...] As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afro-descendentes [...]”. (BRASIL/MEC/SECAD, 2005, p. 3) grifos nossos.

Outro trecho de tal documento reforça que: “os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras [...] proverão as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários [...] para a implementação

das Leis 10639/03 e 11645/08”.

Além das graduações de História, Geografia, Pedagogia e Educação Artística, que já passaram ou estão passando por reformulações para a aplicabilidade da Lei, também já existem iniciativas em outras áreas do conhecimento como:

- Em Medicina – abordagem entre outras questões, de estudo da anemia falciforme, da problemática da pressão alta, do preconceito no tratamento diferenciado aos pacientes;

- Em Filosofia – estudo da filosofia tradicional africana e de contribuições dos filósofos africanos e afrodescendentes da atualidade;

- Em Matemática - contribuições de raízes africanas, identificadas e escritas pela etnomatemática;

- Educação Física – o ensino da capoeira e do maracatu, entre outros.

Da mesma forma, acredita-se que os cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação virão a se adequar às Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, pois o cumprimento das mesmas será fator considerado para o funcionamento e avaliação das instituições de ensino.

Mas existem muitos outros aspectos que vão além das preocupações com discriminação social no processo de organização da informação que podem vir a ser abordados na formação do bibliotecário. Um exemplo é a própria história do livro e da biblioteca.

Atualmente a graduação de Biblioteconomia enfoca apenas os padrões

europeus e americanos, desconsiderando outras experiências. Lembramos dos monges copistas⁴⁶, mas a existência dos *Griots*⁴⁷ africanos, considerados “bibliotecas vivas”, passam despercebidos.

Questionados sobre referências de experiências em Ciência da Informação africanas e asiáticas, professores de disciplinas da Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP e da UFSC responderam que, além de Ranganathan, não conheciam a produção de nenhum outro teórico da área nestes dois continentes. Isto reforçou-nos a convicção de que nossas visões ainda etnocêntricas e eurocêntricas influenciam nossa forma de ver o mundo e, por consequência, nossa ação profissional.

Ciência da Informação e acessibilidade a deficientes

Diferente da questão étnico-racial, a temática acessibilidade tem sido debatida e pesquisada com maior frequência em Ciência da Informação. Como seus pesquisadores nas últimas décadas têm se dedicado a tentar acompanhar a evolução tecnológica, diversas pesquisas têm se dedicado a estudos quanto aos conteúdos informacionais que utilizam esses recursos tecnológicos como meio de armazenamento, tratamento, recuperação, preservação e disseminação de

⁴⁶ Homens dedicados em período integral a reproduzir as obras, herdeiros dos escribas egípcios ou dos *librai* romanos.

⁴⁷ Numa cultura oral como a africana, o *Griot* conserva a memória coletiva. Por isso, é costume dizer-se que «quando na África morre um ancião é uma biblioteca que desaparece». A figura do *Griot* tem uma enorme importância na conservação da palavra, da narração, do mito e da história africana. Estes estudam aproximadamente 40 anos para se tornarem guardiões da história e da ancestralidade.

informações a diferentes usuários, entre eles as pessoas com deficiências físicas, cognitivas e/ou sensoriais, além de idosos e pessoas com mobilidade reduzida, temporária ou permanente.

A Legislação Brasileira define acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das instalações e equipamentos esportivos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, 1999).

Concordando com Silveira, (2000, p. 88), a Ciência da Informação “pode atuar na construção da cidadania, por meio dos estudos das necessidades informacionais, dos processos de interação e dos sistemas de informação”. Acredita-se ser necessário que as bibliotecas ofereçam infra-estrutura e conduta que permitam o acesso à informação pelo aluno com deficiência da forma mais independente possível. Da mesma forma ressaltamos que o potencial humano que medeia todo esse processo é essencial. Nesse sentido, Madruga (2007) destaca a importância de um melhor preparo do profissional de graduação em Biblioteconomia, por meio de mudanças curriculares, para atender mais eficientemente esta nova demanda social.

Recentemente uma pesquisa de Mestrado em Ciência da Informação, apresenta exatamente essa proposta. Paula (2009) sugere a criação de uma disciplina que ajude na formação do bibliotecário para o atendimento de qualidade a pessoas com deficiência que fazem uso de bibliotecas universitárias. Para isso a autora buscou identificar a existência de disciplinas voltadas para acessibilidade à informação nas ementas e matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia. Foram encontradas algumas Universidades que apresentam, na literatura da Ciência

da Informação, programas de adaptação à acessibilidade, criando condições adequadas aos alunos com deficiência⁴⁸.

No cotidiano do deficiente há muitas barreiras. Entre elas, limitação nos espaços, barreira de aceitação, dificuldades na comunicação, limitações nas ferramentas de estudos, de trabalho e até mesmo no lazer. Para transpô-las faz-se necessário, além da superação de comportamentos estigmatizadores e discriminatórios, superar também a lentidão ainda hoje verificada na formulação e concretização de políticas públicas voltadas para os deficientes.

Prover acessibilidade é, portanto, remover barreiras que impeçam os deficientes de participarem de atividades cotidianas, incluindo o uso de serviços, produtos e informação. A integração de pessoas com deficiências no mercado de trabalho é, muitas vezes, condicionada pelo desconhecimento das adaptações e alternativas que podem ser colocadas à disposição destas pessoas para realizarem tarefas que parecem difíceis ou impossíveis de realizar, devido às suas limitações funcionais.

Atualmente há uma crescente preocupação com a arquitetura da informação digital para uma maior democratização e inclusão digital e social de minorias, tais como as pessoas com deficiências. Isso exige o “desenvolvimento de interfaces condizentes com a especificidade de grupos sociais minoritários visando o acesso ao computador” (CORRADI; VIDOTTI, 2007) e seus conteúdos, facilitando o acesso

⁴⁸ **UNICID** - Universidade da Cidade de São Paulo que criou o Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes (CAAD), para facilitar a inclusão e participação de alunos; **PUC** - Campinas, Programa de Acessibilidade aos Alunos Deficientes Visuais (ProAces/DV); **UNICAMP**, com o projeto “Todos Nós”; **UNB** – Programa de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais PPNE; **USP** “Rede Saci” uma realização da Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais; **UEM** – Programa Interdisciplinar de Pesquisa e Apoio a Excepcionalidade (PROPAE); **UFMG** – Comissão Pró- Acesso.

do usuário à rede de informações. Exige, também, disposição de respeito ao direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

Carvalho e Kaniski (2006 p. 214), ao falarem da construção de sites acessíveis, afirmam que “um bom projetista não deve ser conhecedor apenas da tecnologia, mas também dos aspectos psicológicos e cognitivos envolvidos na interação entre o usuário (ser humano) e o computador”. Acredita-se que o bibliotecário e o cientista da informação não devam se ater somente à questão de acesso por acesso. Têm que estar mais profundamente preocupados com o significado que está implícito na ação de prover esse acesso, ou seja, da função social dessa ação. Assim, a acessibilidade na informação pretende que a interação de pessoas com diferentes necessidades especiais, seja possível, permitindo que o usuário exerça a sua cidadania de modo pleno.

Nos tempos atuais é mais nítida a preocupação com essa mudança na sociedade. Por isso acredita-se que o espaço dos debates acerca de tecnologias e arquiteturas digitais que dêem um respaldo às necessidades sociais tende a crescer, sendo um dos aspectos com os quais o profissional da informação deve estar atento.

Ciência da Informação e o debate de gênero e sexualidade

Em Ciência da Informação já se encontra algumas pesquisas que se desenvolvem em torno de temáticas de gênero e sexualidade. Na pesquisa recente de Milane (2010) a autora aborda estudos éticos em representação do

conhecimento, fazendo uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras. Neste sentido, aborda a representação do conhecimento, enquanto processo, assim como os instrumentos que a permeiam e os produtos que dela decorrem, que segundo a autora não são neutros, “estando imbuídos de valores morais”. No âmbito acadêmico, o profissional da informação encontra-se no início de uma reflexão acerca da dimensão social implícita no processo de representação do conteúdo documental, nos instrumentos que utiliza para tal tarefa, bem como da presença da influência pessoal e da ausência de neutralidade nesse contexto.

Outro trabalho na área que destacamos foi realizado por Pacheco (2007) e trata da análise das posturas dos bibliotecários educadores frente às solicitações de informações sobre sexo e sexualidade, pelos usuários alunos das séries iniciais da Rede Pública de Ensino do Município de Florianópolis. O cerne da discussão envolve o estudo do comportamento desses bibliotecários no processo de ensino-aprendizagem no que diz respeito à educação/“orientação sexual” dos alunos frequentes nas séries iniciais, isto é, de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental. O estudo permitiu identificar fatores importantes referentes às atitudes desses profissionais frente à temática e fornece subsídios para ações futuras perante a educação sexual.

A análise de algumas respostas de tal pesquisa indicou que os bibliotecários muitas vezes designam o que acham que as crianças “podem” ou não ler pelo seu julgamento quanto à adequação dos materiais ou não a eles. Essas designações representam as dificuldades encontradas, pelos mesmos no trabalho de educação sexual com os alunos e as alunas da Unidade Escolar onde atuam, ou seja, a falta

de preparo e o receio de que a maioria destes profissionais possui em lidar com esta temática.

Muitos estudos sobre a homofobia nas escolas remetem à família, à direção das escolas e ao papel do professor em sala de aula como importantes atores para a promoção e valorização da diversidade sexual e para combater o preconceito em suas diversas esferas. É nesse contexto, que os livros didáticos utilizados em sala de aula ganham importância no que tange ao auxílio para o combate à discriminação, preconceito e homofobia nas escolas e na sociedade como um todo, perpassando o fazer biblioteconômico.

Profissionais da educação, no entanto, ainda não contam com suficientes diretrizes e instrumentos adequados para enfrentar os desafios relacionados aos direitos sexuais e à diversidade sexual. É comum que tais profissionais declarem não saber como agir quando um estudante é agredido por parecer ou afirmar ser homossexual, bissexual ou transgênero.

Para os bibliotecários isso também não é diferente. Diretrizes consistentes para incluir coerentemente tais temas na sua formação inicial e continuada, bem como para estimular a pesquisa e a divulgação de conhecimento acerca dessas temáticas podem contribuir para atuação do bibliotecário de forma que este não estimule o preconceito e nem seja passivo com o mesmo em seus diversos espaços de trabalho.

Em busca de novos caminhos...

Acredita-se que os atuais paradigmas educacionais estão em transformação, pois, os padrões seguidos pelos nossos educadores, que repercutem em suas práticas educativas, são insuficientes para abarcar os complexos problemas contemporâneos. Portanto, é necessário e urgente mudar os paradigmas, isto é, repensar o conjunto de crenças, princípios e valores partilhados nesse momento e assimilar novos, como por exemplo, a proposta de educação fundada no paradigma multicultural, inclusivo, social e anti-discriminatório.

Da mesma maneira, a escola, como espaço de construção de conhecimento e de desenvolvimento do espírito crítico, onde se formam sujeitos, corpos e identidades, torna-se uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade. A escola – e a biblioteca escolar – deve se firmar cada vez mais como um local de questionamento das relações de poder e de análise dos processos sociais de produção de diferenças, desigualdades, opressão e sofrimento.

Em uma verdadeira e autêntica biblioteca multicultural deve existir o direito à diferença, onde os valores culturais, étnicos, políticos e religiosos se salvaguardam, se respeitam e se protegem. Dessa maneira, a formação dos bibliotecários para a atuação multicultural deve ser aquela que prepare o futuro profissional para a compreensão de que a diversidade que compõe a biblioteca é um fator enriquecedor da prática pedagógica.

Sabemos que a educação não está mais restrita aos espaços formais designados para essa função. As mudanças relacionadas à tecnologia da

informação influenciaram muito o trabalho do bibliotecário e trouxeram novas perspectivas para a educação. O bibliotecário contemporâneo perdeu as características de passividade e isolamento. Ele precisa ser proativo e participar das mudanças sendo um membro ativo da comunidade escolar.

Segundo Almeida Jr. (2009), nenhuma pesquisa finda nas conclusões. “Todas elas, conclusões, são parciais e nos arrastam para novas reflexões, novas buscas por responder às interrogações suscitadas”. Neste sentido, a conclusão desta dissertação já nos instiga a buscar subsídios para a ampliação de um olhar transformador dentro dos currículos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, contribuindo para uma maior qualificação da formação universitária de tais cursos. Isto porque entendemos ser necessário o aprofundamento de estudos sobre a formação e adequação dos currículos dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação frente a esta nova realidade social de inclusão de temáticas transversais nos currículos e da influência destes no fazer biblioteconômico.

Tais estudos, acreditamos, poderão contribuir para aprimorar os cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação enquanto espaços de formação de profissionais mais preparados para consolidar uma nova trajetória para a humanidade, de rejeição da barbárie expressa em relações de dominação, exploração, discriminação, preconceito e de violências com suas mais variadas facetas, e de edificação de um novo mundo possível e necessário, onde todos se enxerguem como iguais, respeitadas suas diferenças.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia ; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Profissional bibliotecário: um pacto com o excludente. In: Sofia Galvão Baptista; Suzana Pinheiro Machado Mueller. (Org.). **Profissional da Informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004, v. 1, p. 70-86.

_____, O.F. de. **Sociedade e biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997.

_____. O F. Bibliotecário escolar: seu perfil, seu fazer. In: Rovilson José da Silva; Sueli Bortolin. (org) **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Polis, 2006, v 1. p.43-54.

_____, O.F. A. mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.2, p.89 103 2009.

ALVES, Fabiana Barbosa et al. **Pensar a integração social do sujeito para além das legislações no campo educação especial**. [200?] Disponível em< www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/BP09.pdf> Acesso em: 25 jul. 2010.

AZEVEDO, Alexander Willian. A construção da Ciência da Informação na pos modernidade: Dialética histórica. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 71-82, jan./jun. 2009. Disponível em: < <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/login.php>> Acesso em mar.2010.

BARITÉ, Mario. Organizacion del conocimiento: um nuevo marco conceptual em bibliotecologia y documentacion. In CARRARA, Kester (org) **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: UNESP – Marília – publicações; São Paulo: FAPESP, 2001. p.35-60.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. CNDH. MEC **Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2002.

_____. CNDH. **MEC Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos II**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Documento referência para elaboração do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares da Educação das Relações Étnico Raciais**. MEC, 2008. disponível em<
<http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:ICgsVUxfNL0J:www.smec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-diversidade>> acesso em 02 maio 2009.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Brasília/DF: UNICEF, 1991.

_____. **Decreto – Lei nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta a Lei no. 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/14>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

_____. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. INEP. **Censo escolar 2004**. 2005. Disponível em:
 <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news05_10.htm. Acesso em 12 de setembro de 2009.

_____. INEP. **Censo escolar 2010**. 2010. Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/censo/2010/divulgacao_censo2010_201210.pdf> acesso em 26 de dezembro de 2010.

_____. **Lei nº. 10.048 de 08 de novembro de 2000**. Regulamenta o atendimento às pessoas com deficiência. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br>

/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.082000?OpenDocument&AutoFramed>. Acesso em: 30 jun. 2009

_____. **Lei nº.10.098 de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L10098.htm>>. Acesso em: 30 jun 2009.

_____. **Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** D.O.U de 10/01/2003.

_____. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010.** Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 maio 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/lei/l12244.htm>. Acesso em: 26 maio 2010.

_____. MEC. **Lei nº11645, de 10 de março de 2008.**

_____. MEC/SECAD. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** MEC/SECAD, 2005.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira. **Informativo INEP.** Ano 3, n.74, jan. 2005.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

_____. Ministério da Educação. **Documento referência para elaboração do plano nacional de implementação das diretrizes curriculares da educação das relações étnico-raciais.** Grupo de Trabalho Interministerial de Elaboração do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares da Educação das Relações Étnico-Raciais. 2008. (texto em xerox)

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o **Plano Nacional de Educação** e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.**

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.**

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 5.296 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais** – orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de educação continuada. **Gênero e diversidade Sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos.** n. 4, Ministério da Educação. Secretaria de educação continuada. Alfabetização e Diversidade. Brasília-DF, 2007.

_____. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino.** Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs). 2 ed. ver. re e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação PCNs: **introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007

_____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2009.

CAMPELLO, B. et al. A coleção da biblioteca escolar na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Informação & Informação**, v. 6, n. 2, p. 71-88, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs>>. Acesso em: 05 maio 2009.

CAMPELLO, B. A função educativa da biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para seu aperfeiçoamento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais ...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. CD-ROM. Disponível em: <http://www.eci.ufmg.br/gebe/?Publica%E7%F5es:Artigos_e_trabalhos_em_eventos> Acesso em: 18 nov. 2009.

_____. A competência informacional na educação para o século XXI. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **A Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica** – 2. ed., 2 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____, B.; SILVA, M. A. **A biblioteca nos Parâmetros Curriculares Nacionais**. *Presença Pedagógica*, v. 6, n. 33, p. 59-67, 2000.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Sociedade, Cotidiano Escolar e Cultura (s): Uma Aproximação. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, Agosto/2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10852.pdf>>. Acesso em: 25 de maio 2008.

CANEN, A. **Competência pedagógica e pluralidade cultural**: eixo na formação de professores? *Cadernos de pesquisa*, n.102, p89-107, São Paulo: FCC, nov.1997.

CANEN, A.; XAVIER, G. P. de. M. Multiculturalismo, pesquisa e formação de professores: o caso das Diretrizes Curriculares para a Formação Docente. **Revista Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 48, p. 333-344, jul/set 2008.

CARVALHO, I. C. L.; KANISKI, A. L. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 33-39, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a04v2_9_n3.pdf> Acesso em: 30 de jun. 2009

CASTRO FILHO, C. M. Os caminhos da Biblioteca Escolar. In: ROMÃO, Lucília Maria Sousa. (Org.). **Sentidos da Biblioteca Escolar**. São Carlos: Compacta, 2008, v. , p. 73-91.

CASTILHO, Alceu Luis; CASTRO, Fabio de. O inferno são os outros. **Educação**. v.8, n. 88, p.40-50, 2004.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CORRADI, Juliane A. M. Corradi; VIDOTTI, Silvana. Diretrizes de Acessibilidade Digital Em Websites: arquitetura da informação para infoinclusão. **ENANCIB 2007**. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--256.pdf>> Acesso em: 30 de jun. de 2009.

DEBRAY, Régis. **Curso de midiologia geral**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DELORS, Jacques (Coor.) **Educação: Um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. UNESCO/MEC, 1999. Disponível em: <<http://4pilares.net/textcont/delorspilares.htm#Aprender>> acessado em 25 jun.2009.

DINIS. Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em nov. 2010.

FRAGOSO, Graça Maria. A bela adormecida precisa acordar. In: MACEDO, Neusa Dias de. (Org.) **Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual**. São Paulo: Senac São Paulo: Conselho Regional de biblioteconomia – 8ª região – São Paulo, 2005.4.6

FREIRE, I. M. Da construção do conhecimento científico à responsabilidade social da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.2, n1, 2004.

GARCEZ, Eliane Fioravante. O Bibliotecário nas Escolas: uma necessidade. **Revista ACB: Biblioteconomia em SC**, Florianópolis, v.12, n.1, p.27-41, jan./jun. 2007.

GOMES, Nilma Lino. Uma dupla inseparável: cabelo e cor de pele. In: BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves E; SILVERIO, Valter Roberto (Orgs). **De preto a afro-descendentes: trajetórias de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos, UFSCar / Brasília, UNESCO, 2003,

p.137-150.

GOMES, Nilma Lino. Levantamento bibliográfico sobre relações raciais e educação: uma contribuição aos pesquisadores e pesquisadoras da área. In: MIRANDA, Claudia. AGUIAR, Francisco Lopes de. & DI PIERRO, Maria Clara (Orgs).

Bibliografia básica sobre relações raciais e educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. P. 07-21.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça.** Brasília: IPEA; UNIFEM, 2006.

IFLA/UNESCO. MANIFESTO IFLA/UNESCO PARA BIBLIOTECA ESCOLAR, 1999. Traduzido por Neusa Dias de Macedo. 2005. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2008.

IFLA. MANIFIESTO IFLA POR LA BIBLIOTECA MULTICULTURAL. 2008. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s32/pub/MulticulturalLibraryManifesto-es.pdf>> Acesso em: jan. 2010.

IFLA/UNESCO. MANIFESTO IFLA/UNESCO PARA BIBLIOTECA PÚBLICA, 1994. Disponível em: < http://www.mdpls.org/miespanol/sp_services/attach/CN-1008ap_sp.pdf> Acesso em: dez 2009.

KAMEL, Luciana, **Diversidade sexual nas escolas:** o que os profissionais de educação precisam saber. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

KUHLTHAU, C. C. **Como usar a biblioteca na escola:** um programa de atividades para o ensino fundamental. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

KUHN, T. S. **Estrutura das revoluções científicas.** 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LOPES, Ana Lúcia. Currículo, escola e relações ético-raciais. In: **Educação Africanidades Brasil.** MEC – SECAD, Faculdade de Educação. Brasília. 2006. p.13-31.

LOPES, José Rogério. Movimentos sociais, negociação da realidade e modos de modernização na sociedade brasileira. **Revista de Educação Pública.** Cuiabá, v.16, n.31, maio-ago. 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACEDO, Neusa Dias; SIQUEIRA, Edmea Semeghini. **Biblioteca Pública / biblioteca escolar de um país em desenvolvimento: diálogo entre bibliotecária e professora para a reconstrução de significados com base no Manifesto da Unesco**. São Paulo: FE-USP/CRB-8, 2000.

MADRUGA, Maria Lucia Cazarin Beserra. Biblioteconomia e inclusão educacional. Análise de propostas curriculares. In: **Seminário Nacional de Bibliotecas Braille (SENABRAILLE, V)** Florianópolis, 23 e 24 de novembro de 2007. CD ROM do SENABRAILLE 2007.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia. Rompendo o silêncio: a biblioteca escolar e a trajetória de um pesquisador. **SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR: ESPAÇO DE AÇÃO PEDAGÓGICA**, 10., 1998, Belo Horizonte. Seminário biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica. Belo Horizonte: Esc. Bibl. UFMG, p. 31-38, 1999.

MATTOS, Miriam de C. C. M.. A diversidade cultural presente nos estoques informacionais das escolas públicas de Santa Catarina: um estudo sobre a implementação da Lei Federal N° 10639/03. Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008. Coleção África Brasil

MATTOS, Miriam de C. C. M. Multiculturalismo em Ciência da Informação: percepções e ações dos profissionais da informação em bibliotecas escolares de Florianópolis. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 10. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009.

MILANI, Suellen Oliveira. **Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras**. 2010. 140f. Dissertação (Mestrado).

MORTALI, Claudia. et al **Antropologia Cultural e Multiculturalismo**. Florianópolis: UDESC: FAED: CEAD, 2002.

NERI, Marcelo et al.. *Retratos da deficiência no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE,CPS, 2003.

NUNES, Érica Melanie Ribeiro. **Cidadania e multiculturalismo: a Lei 10.639/03 no contexto das bibliotecas das escolas municipais de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, UFMG, 2010. Dissertação de mestrado.

ODDONE, Nanci. O profissional de informação e a mediação dos processos

cognitivos: a nova face de um antigo personagem. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 8, n.1, p.25-41, 1998.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Escola do País é dominada por preconceitos, diz estudo**. São Paulo SP. Jornal O Estado de São Paulo de 18 de jun.2009.

OHIRA, Maria de Lourdes Blatt; DAVOK, Delsi Fries. caminhos do tcc... **Roteiro para elaboração de projeto de pesquisa**. Florianópolis, UDESC, 2007. Disponível em:< <http://www.polvo.udesc.br/polvo3/script/login.php>> Acesso em: 25 de maio 2008.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.[S.I.]

PACHECO, Raquel. Atuação do bibliotecário educador: educação sexual na biblioteca escolar. **PerCursos**,v. 7, Nº 2 (2006).

PAULA, Sonia Nascimento de; CARVALHO, José Oscar Fontanini de. Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia. **Ci. Inf., Brasília**, DF, v. 38, n. 3, p.64-79, set./dez., 2009.

PERROTTI, Edmir. Biblioteca não é depósito de livros. **Revista Nova Escola**. São Paulo: abr, jun./jul. 2006, 24-26.

PERROTTI, Edmir; VERDINI, Antonia de Sousa. Estações do conhecimento: espaços e saberes informacionais. In: ROMAO, Lucília Maria (Org). **Sentidos da biblioteca escolar**. São Carlos: gráfica e editora compacta, 2008.

RIBEIRO, Álvaro Sebastião Teixeira et al. Canção dos Povos. In: UNB. Centro de educação a distância. **Educação Africanidades Brasil**. Brasília: UNB/CEAD, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão. **Políticas Afirmativas e Educação: A Lei 10639/03 no contexto das Políticas Educacionais no Brasil Contemporâneo**. UFPR. Dissertação de Mestrado. 2006.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990.

SALLES, Fernanda de. **O emprego da abordagem DSC (discurso do sujeito coletivo) na pesquisa em educação**. UFSC. 2004. Dissertação de mestrado.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2005. 15ª ed. São Paulo. Brasiliense. 2005. (Coleção primeiros passos).

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, Petronilha Beatriz. Pesquisa e luta por reconhecimento e cidadania. In ABRAMOWIZ, Anete Roberto (Org) **Afirmando Diferenças**: montando o quebra cabeça da diversidade na escola. Campinas, SP: Papirus, 2005. p. 27-53.

SILVEIRA, H. F. R. da. Um estudo do poder na sociedade da informação. Revista **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S010019652000000300008&lng=pt&nrm=iso>> Acesso em: 30 de jun. 2009.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a diversidade cultural**. 2002. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf> > Acesso em: abril de 2010.

VÁLIO, Else Benetti Marques. Biblioteca escolar: uma visão histórica. **Transinformação**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 1990.

Apêndice I Parecer da Prefeitura Municipal de Florianópolis autorizando a pesquisa dirigida ao Orientador



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
GERÊNCIA DE FORMAÇÃO PERMANENTE
Rua Ferreira Lima, 82 – térreo – Centro
CEP 88014-420 – Florianópolis – SC
Telefone: (48) 21065920 – Telefax: (48) 21065917



PARECER PESQUISA GEPE 037/2010

Florianópolis, 28 de maio de 2010.

ILMO. SR.
PROFº DR. EDUARDO ISMAEL MURGIA
PPGE – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Vimos por meio deste, emitir parecer referente à solicitação de Pesquisa da mestranda **MIRIAM DE CÁSSIA DO CARMO MASCARENHAS MATTOS** estudante do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação – PPGE/UDESC acerca da temática: **“Multiculturalismo em Ciência da Informação: percepções e ações dos profissionais em bibliotecas escolares”**.

Em consonância com a Portaria Municipal nº 70/05, comunicamos que somos favoráveis a pesquisa, porém a liberação está condicionada aos seguintes critérios:

1. Que o projeto se desenvolva com o **conhecimento e a anuência** dos profissionais da Unidade Educativa;
2. A pesquisa a ser realizada não poderá objetivar lucro ou finalidade político-partidária;
3. Que a pesquisa esteja articulada com o **Projeto político Pedagógico** da Unidade Educativa e com as **Diretrizes Municipais** que fundamentam a prática pedagógica da RME de Florianópolis;
4. Que toda e qualquer intervenção realizada pelo pesquisador, seja discutida previamente junto aos profissionais do grupo, construindo assim, o **“Projeto de Trabalho”**;
5. Os registros, documentários, fotos, ilustrações e outros, quando envolver aluno ou pessoas da comunidade escolar, devem ser precedidas de autorização por escrito, de pessoa capaz, com a interveniência da direção da Unidade Educativa;
6. Que o pesquisador agende com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, se precisar de dados da SME (Central) ou Unidade Educativa;
7. Dados, informações, referências ou depoimentos sobre a Secretaria Municipal de Educação sejam referenciados, conforme as normas da ABNT.
8. Que ao concluir a pesquisa, o pesquisador se comprometa em socializar os resultados obtidos por meio de relatório (exposição oral e/ou escrita), em duas vias, a ser entregue na Unidade Educativa e na Gerência de Formação Permanente.

Atenciosamente,


Rosângela Kittel
Gerência de Formação Permanente

Apêndice II - Parecer da Prefeitura Municipal de Florianópolis autorizando a pesquisa dirigida à Pesquisadora



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
GERÊNCIA DE FORMAÇÃO PERMANENTE
Rua Ferreira Lima, 82 – térreo – Centro
CEP 88014-420 – Florianópolis – SC
Telefone: (48) 21065920 – Telefax: (48) 21065917



AUTORIZAÇÃO GEPED 010/2010

Florianópolis, 28 de maio de 2010.

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

A Gerência de Formação Permanente, em consonância com a Portaria Municipal nº. 070/2005, autoriza a mestrand **MIRIAM DE CÁSSIA DO CARMO MASCARENHAS MATTOS – UNESP**, à realizar sua pesquisa na Secretaria Municipal de Educação da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, acerca da temática: **"Multiculturalismo em Ciência da Informação: percepções e ações dos Profissionais da informação em bibliotecas escolares"**.

Agradecemos antecipadamente a sua parceria nesse processo de investigação, certos de que esta experiência será extremamente significativa, contribuindo com reflexões, proposições e indicadores que visem a qualidade da ação educativa da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Rosângela Kittel

Gerência de Formação Permanente



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
FAPESP - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Anexo I – questionário aplicados aos bibliotecários

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

**Público alvo: BIBLIOTECÁRIOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE
FLORIANÓPOLIS**

Pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP/MARILIA). Estudo desenvolvido pela mestranda Miriam de C.C.M.Mattos⁴⁹, bolsista FAPESP, e orientado pelo Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguia⁵⁰.

Título da Pesquisa

**MULTICULTURALISMO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
Percepções e Ações dos Profissionais da Informação em Bibliotecas
Escolares.**

Objetivo Geral

Compreender, por meio de diferentes instrumentos de coleta de informação, a adequação do profissional bibliotecário para enfrentar os novos desafios da educação em um contexto multicultural, nas bibliotecas escolares da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

⁴⁹ miriammattos@marilia.unesp.br 48-9114-54-24

⁵⁰ murguia@marilia.unesp.br

Nome da Escola

1. FORMAÇÃO

1.1 TITULAÇÃO	TEMÁTICA DESENVOLVIDA PARA CONCLUSÃO DO CURSO	ANO	INSTITUIÇÃO
Graduação			
Especialização			
Mestrado			
Doutorado			

1.2 Em sua formação acadêmica, você teve disciplinas que abordaram as temáticas multiculturalismo, diversidade cultural, respeito às diferenças, acessibilidade, gênero ou afins?

() Sim () Não

Descreva quais e como foram

1.3 Participou de curso(s) de formação continuada que abordava as temáticas multiculturalismo, diversidade cultural, diversidade étnico racial, respeito as diferenças, acessibilidade, gênero ou afins?

() Sim () Não

Em caso positivo descreva qual(s) o curso, quando ocorreu e quem promoveu.

1.4 Você tem dificuldades na compreensão e/ou abordagem na biblioteca onde você atua das temáticas citadas na questão anterior?

() Sim () Não

Em caso positivo, fale sobre essas dificuldades.

1.5 Você se sente preparada (o) para atender o usuário dentro dessas nas temáticas multiculturalismo, diversidade cultural, respeito às diferenças, acessibilidade, gênero ou afins?

() Sim () Não

Por quê?

2. PERCEPÇÃO

2.1 Para você o que é multiculturalismo e diversidade cultural?

2.2 Você conhece as Leis 10639/03 e 11645/09?

() Sim () Não

Sobre o que elas tratam?

3. AÇÕES

3.1 A biblioteca onde você atua dispõe de acervo que dê suporte às necessidades de aplicação do plano político-pedagógico da escola com relação às temáticas multiculturalismo, diversidade cultural, respeito às diferenças, acessibilidade, gênero ou afins?

() Sim () Não

Quais critérios foram utilizados para a aquisição dos mesmos?

3.2 A biblioteca desenvolve ações, que contribuem para a abordagem das temáticas multiculturalismo, diversidade cultural, respeito às diferenças, acessibilidade, gênero ou afins junto aos seus usuários?

() Sim () Não

Em caso negativo responda por que, e em caso positivo descreva quais

3.3 A biblioteca escolar onde você atua, tem dificuldades para atender a demanda das temáticas multiculturalismo, diversidade cultural, respeito às diferenças, acessibilidade, gênero ou afins junto aos seus usuários?

Descreva quais essas dificuldades



QUESTIONÁRIO DE PESQUISA 2

Anexo II – Questionário semi-estruturado Direcionado a professoras do curso de Biblioteconomia que desenvolvem estudos com a temática da Biblioteca Escolar

Pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP/MARILIA). Estudo desenvolvido pela mestranda Miriam de C. C. M. Mattos⁵¹, bolsista FAPESP, e orientado pelo Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguia⁵².

Título da Pesquisa

MULTICULTURALISMO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
Percepções e Ações dos Profissionais da Informação em Bibliotecas
Escolares.

Objetivo Geral

Compreender, por meio de diferentes instrumentos de coleta de informação, a adequação do profissional bibliotecário para enfrentar os novos desafios da educação em um contexto multicultural, nas bibliotecas escolares da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

⁵¹ miriammattos@marilia.unesp.br 48-9114-54-24

⁵² murguia@marilia.unesp.br

1. Em sua opinião, é pertinente que as temáticas: multiculturalismo, diversidade cultura, diversidade étnico-racial, gênero, educação sexual e acessibilidade a portadores de deficiência façam parte da formação do profissional da informação? Por favor, justifique.

2. Você conhece disciplinas que abordam essas temáticas atualmente na graduação de Biblioteconomia?

3. De que forma você acha que essas temáticas podem ser abordadas na formação do profissional da informação?

Muito obrigada.